

Assembleia Municipal da Guarda

Ata

Sessão Ordinária de Vinte de Dezembro de Dois mil e Vinte e Dois

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas e trinta minutos, teve início, na Sala António de Almeida Santos, nos Paços do Concelho da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, sendo a Mesa constituída pelos seguintes elementos: Presidente, José Carlos Travassos Relva; Primeiro Secretário, António Carlos Saraiva Fernandes e Segunda Secretária, Maria da Graça da Fonseca Soares Rodrigues. De seguida, procede-se à transcrição da mesma. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, muito bom dia a todos. Neste momento, encontram-se na sala setenta e seis Deputados Municipais. Queria cumprimentar todos os senhores Deputados eleitos, Presidentes de Junta, o Executivo e permitam-me uma palavra, hoje, especial, para a Dra. Adelaide Campos, que está em substituição do Dr. Luis Couto, que comunicou que hoje não poderia estar presente. Cumpre-me, ainda, informar da renúncia ao mandato do Deputado Tiago Gomes por razões pessoais e familiares. Pediu-me para, em seu nome, agradecer a todos os grupos municipais, aos senhores Presidentes de Junta, aos membros independentes e ao Executivo, todo o apoio e o trabalho que fizeram juntos. O senhor Deputado que se segue na lista é o senhor Deputado Paulo Jorge Costa Teixeira. Começaria por o chamar para lhe poder dar posse. Faz favor.” -----

- **Paulo Teixeira, Deputado (PG):** “Juro, solenemente, por minha honra, que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Seja bem-vindo a esta Assembleia. Em consequência, a liderança da bancada do grupo PG é assumida pelo Deputado José Valbom. Cumpre-me, ainda, ainda dar conhecimento das substituições. Como já referi, não está presente o senhor Vereador Luis Couto, está a Dra. Adelaide Campos. Do grupo municipal Pela Guarda, falta José de Almeida Gonçalves, substituído por Lídia Lucas Matos Aleixo. Do grupo municipal do PSD, falta: Helena Isabel Barroso Saraiva, substituída por João Bernardo Rebelo Marques; falta Rodolfo Alberto Baldaia de Queirós, substituído por Maria Manuela Rodrigues Pereira Monteiro; falta Pedro Jorge Vilarinho Martins Lourenço Nobre, substituído por Sara Cristina Palos Ramos; falta Alina

Rosa Coelho Louro, substituída por Rodrigo Pires Besteiro; falta Luciano Manuel Calheiros Gomes, substituído por Francisco António Ricardo Jorge Robalo. Do grupo municipal do CDS-PP, falta Cláudia Isabel Silva Sá Guedes Ribeiro, substituída por Pedro Miguel Gonçalves Narciso. Do grupo municipal do Partido Socialista, falta: Pedro Manuel Pinto Teixeira, substituído por Liliana Palos Almeida; falta Rui Pedro Torres Ribeiro, substituído por Nuno Filipe Costa Laginhas. Relativamente às Juntas de Freguesia, falta o Presidente da Junta de Freguesia da Guarda, João José Pina Prata, substituído pela Secretária, Anabela Guerra da Cunha. Falta a Presidente da Junta de Freguesia dos Meios, Maria Teresa Teles Cabral, substituída pelo Tesoureiro, Paulo Jorge Nascimento Pina. -----

Ao abrigo do disposto no artigo 34º do Regimento que aprovámos na última Assembleia e que está em vigor, deu entrada atempadamente na Mesa um requerimento, subscrito pelo senhor Albino Bárbara, a solicitar a intervenção neste período. Eu penso que ele está presente. Faça Favor.” -----

- **Senhor Albino Freire Bárbara:** “Muito obrigado, Senhor Presidente. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Guarda e Membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, e, na sua pessoa, cumprimentar todos os Vereadores, senhores Deputados Municipais, senhores Jornalistas, minhas Senhoras e meus Senhores. O assunto que me traz aqui são os sessenta anos do Centro Cultural da Guarda. Dizer-vos que no dia 17 de novembro de 1962, o Veterinário Municipal, Dr. Virgílio de Carvalho, e o Cónego Sanches de Carvalho, outra figura da cidade, fundaram, na rua Rui de Pina, e depois posteriormente na rua Direita e presentemente nas instalações que ocupamos no Paço, aquilo que foi o Centro Cultural da Guarda. O Centro Cultural da Guarda iniciou-se, portanto, no longínquo 1962, com um orfeão a que se seguiu um rancho folclórico e, depois, posteriormente, foi ganhando valências, nomeadamente orfeão, rancho folclórico, Conjunto Rosinha, (por esta ordem) o Sessenta Cinco Estrelas, mais cinco conjuntos de pop rock que por ali passaram, o Coro Infantil, o Coral Canta a Tradição. E depois as escolas de música, em muitas que lecionamos ainda hoje, teclas, cordas, sopro, percussão, e também as escolas de Ballet e de Danças Modernas. Dizer, claramente, que nestes sessenta anos, o Centro Cultural da Guarda confunde-se um pouco com a história da Guarda, porque esteve presente em

todos os momentos, em todos os momentos importantes da vida da cidade. E, portanto, é aquela instituição que merece respeito e que, efetivamente, se consolidou, não só na Guarda, como na região, como na região centro também, e também no país. E dizer claramente que hoje temos um orgulho em termos, no Centro Cultural da Guarda, a maior instituição da zona centro, tendo envolvidas cerca de quatrocentas pessoas que ali fazem o seu trabalho, nomeadamente como professores, como colaboradores. Dizer que este embaixador quer continuar, quer firmar-se, quer levar bem o nome da Guarda, não só no país, como também no estrangeiro. E com os acordos que temos, nomeadamente com Castilla y León e como temos desenvolvido realmente este trabalho, não só aqui, mas também em países como na Bélgica, como na França, como na Alemanha. Portanto, isto foi extremamente importante. Uma outra questão que eu vos queria aqui apenas trazer e dizer e deste orgulho que temos em ter uma instituição como esta, com sessenta anos, porque, no fundo, dizer que passámos aquela convulsão do 25 de Abril, o período revolucionário. Muitas instituições foram abaixo. Nós também abanámos, não caímos e aqui estamos para, provavelmente, daqui a sessenta anos ainda estarmos por cá. Provavelmente não serei eu nem nenhum de vocês a falar sobre isto, mas, oxalá os vindouros tenham orgulho naquilo que, no dia 17 de novembro de 1962, o Dr. Virgílio de Carvalho e o Cónego Sanches de Carvalho fizeram. Uma outra questão é uma homenagem que eu gostaria de prestar aqui nesta Terra, que, embora a pessoa que eu vou falar não fosse natural desta terra, e digo já quem é, é o Padre Bernardo Terreiro do Nascimento, por aqui passou praticamente toda a sua vida. Foi maestro do Orfeão do Centro Cultural da Guarda a seguir ao Padre Geada Pinto, entre os anos de 1968 e 1999. E o Padre Bernardo Terreiro do Nascimento, foi padre, foi músico, foi pedagogo. Os homens passam, as obras ficam. E efetivamente relembrar a obra do Padre Bernardo Terreiro do Nascimento, que nos deixou aqui coisas fundamentais e que temos que recordar, nomeadamente o hinário. O hinário porque, à parte das músicas que ele, sem ser apenas os hinos, mas, efetivamente, ele musicou hinos do norte ao sul do país. E, portanto, este homem merece ser relembrado. Lembrar apenas que muitos dos hinos que hoje estão aqui ainda na nossa cidade foram de autoria do Padre Bernardo. Mas, por exemplo, recordar o hino da Rádio Renascença, o hino da RTP que efetivamente foi feito pelo Padre Bernardo. E também dizer-vos que o Padre Bernardo, neste processo de pedagogo, foi muito interessante porque encerra também

um ciclo. Um ciclo que é aquele que muitos, e eu vejo aqui algumas caras que passaram pelo Colégio São José, pelo Rocha, e nomeadamente dizer-vos que é importante porque fecha aquele ciclo histórico da sociedade civil e também de muitos dos homens do clero que por ali passaram. E cito-vos apenas algumas alguns, nomeadamente, por exemplo, o Prof. Manuel Bernardo, o Eng.º Almiro que foi funcionário desta Câmara, o Dr. Fernando Rodrigues, o Dr. Queiroz, o Coronel Orlindo de Carvalho, o Capitão Orvalho, o Padre Zeferino, o Padre Alberto Gonçalves, o Padre Manuel Freire, o Padre Crespo, o Padre Joaquim Martins, o Cónego Álvaro Quintalo, o Cónego Queijo Cabral, entre outros que efetivamente marcaram e foram homens de cultura. E daí este maestro, que também foi do Centro Cultural da Guarda, dizer-vos que merece ser homenageado pelo trabalho que efetivamente foi. E, portanto, na minha pessoa, enquanto Presidente do Centro Cultural da Guarda, era minha obrigação vir aqui, não só falar dos sessenta anos deste Centro Cultural, desta homenagem que nós próprios nos fazemos a nós próprios, porque sabemos que efetivamente temos a qualidade necessária para levar o nome da Guarda como um grande embaixador que é o Centro Cultural. Muito obrigado por me ouvirem.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Colocava, agora, à votação, a ata de 28 de setembro de 2022, informando que num determinado local, está trocado o nome e é para ficar o nome do senhor Deputado José Carlos de Almeida Alexandre. Na altura da gravação houve qualquer problema, mas a ata correta já está emendada. -

- **Resultado da votação da ata do dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e dois.** -----

- Aprovada, por maioria, com sessenta e seis votos a favor e sete abstenções. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Chegou uma comunicação da Assembleia Municipal de Belmonte, que vou rapidamente ler. «Moção a favor da decisão de um aeroporto para um processo de desenvolvimento territorial mais harmonioso. No cumprimento da deliberação tomada por esta Assembleia Municipal informo V. Exa. que, no dia 30 de setembro passado, foi aprovada, por unanimidade, a Moção que a

seguir transcrevemos: MOÇÃO. A necessidade reconhecida como imperiosa, de construção de um novo aeroporto em Portugal, deve ser encarada como uma oportunidade de alavancar o desenvolvimento regional, no âmbito de uma verdadeira política de coesão. Nesse sentido, sendo as regiões periféricas, geograficamente mais afastadas da capital do país, penalizadas pela distância e pelos custos de mobilidade, vem esta Assembleia Municipal apelar aos decisores políticos para a importância de considerar as assimetrias regionais nesta decisão. Os decisores políticos têm o dever de procurar esbater essas assimetrias, decidindo a localização do novo aeroporto em Santarém, sendo esta uma localização mais central e mais inclusiva de toda a região centro e, em particular do interior do país. O concelho de Belmonte e todos os concelhos do interior desejam e necessitam de melhores infraestruturas. Os seus habitantes merecem aceder a menores custos a esta infraestrutura, e assim participar num desenvolvimento regional mais harmonioso. Propõe-se o envio desta moção ao gabinete da Sra. Ministra da Coesão Territorial, do Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação e gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, bem como às Assembleias Municipais da CIMBSE para que se pronunciem. Moção apresentada pelo Grupo Parlamentar Municipal do PSD na Assembleia Municipal de Belmonte, tendo sido aprovada por unanimidade.» Punha à consideração se alguns senhores Deputados desejarem pronunciar-se sobre esta moção, nomeadamente no sentido de a colocarmos ou não à votação. Faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “O grupo PG não tem nada contra. Antes pelo contrário. Consideramos que, efetivamente, Santarém é das localizações equacionadas, que eu tenha conhecimento, a que nos satisfaz melhor. Por isso nós estamos solidários com a moção, que aliás foi aprovada por unanimidade. Nós estamos a favor. E penso que deve ser considerada a oportunidade da votação.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não percebi as suas últimas palavras. Deve ser considerada a votação? Portanto, a proposta é nesse sentido. Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bom dia a todos. Eu, aqui, a única questão que se me coloca é se será normal, se será regimental nós estarmos a votar uma moção que vem de um outro Concelho, quer dizer. Eu acho que, tudo bem, o PG poderá trazer, para a

próxima reunião, uma proposta desta forma. E eu dizer-vos assim: eu, em meu nome pessoal, votarei favoravelmente. Acho que, neste momento, estamos a ir contra aquilo que é o Regimento. Quer dizer, estarmos a votar moções de outros concelhos, quer dizer, já só faltava isso. Mas vocês é que sabem.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Bom dia a todos. Na realidade, é um pouco estranho estar a receber uma moção de uma outra Assembleia para aqui ser votada. Não foi discutida, é levada só em consideração. Eu acho que isto devia ser a nível da Comunidade Intermunicipal e não propriamente a nível só das Assembleias de cada um dos Municípios. Mas, pronto... é isso, no fundo foi o que o Miguel acabou de dizer. O Regimento não sei se permite fazermos este tipo de votação. Mas o Senhor Presidente, por mim, está à vontade. Nós votaremos sempre a favor de uma situação deste tipo. Agora ou noutra altura.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu penso que é uma daquelas situações que não sei se as previmos ou não. Nesta perspetiva, talvez fosse, se aceitassem, se algum grupo parlamentar na próxima Assembleia, que é em fevereiro, desejasse apresentar. De qualquer maneira eu tinha que dar conhecimento, porque foi recebido para dar conhecimento aos senhores Deputados. Então, ficamos para a próxima Assembleia. Muito obrigado. Entramos agora no período dos Votos de Pesar. E começaria pelo Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Poppe Lopes Cardoso. Este Voto é do Partido Socialista e do PSD, creio eu. Vem o Dr. Virgílio Bento? Faz favor.” -----

- **Virgílio Bento, Deputado (PS):** “Muito bom dia, como disse Senhor Presidente da Assembleia Municipal, este Voto é subscrito pelo Grupo Parlamentar do PS e pelo Parlamentar do PSD, do meu amigo Francisco, que eu iria começar a ler. «Manuel Poppe Lopes Cardoso nasceu em 1938, algures no bairro de Campolide, em Lisboa. Tal como já tinha acontecido com Agostinho da Silva (que nasceu no Porto por engano, mas a sua aldeia era Barca de Alva), o local de nascimento deveu-se apenas a um erro no movimento dos astros, que depressa foi retificado. Por isso, com oito anos de idade veio viver para a Guarda, acompanhado da sua ama Beatriz e do seu cão Vick, chamado assim porque nascera depois da Guerra, no dia da Vitória, para se tratar da tuberculose e das

crises de asma que o afligiam em Lisboa. Confidencia o amor de toda a sua vida, Maria João Falcão, que numa época em que não havia aerossóis nem as bombas da asma, o ar puro da Guarda foi a salvação desses tormentos. Foi nesta pátria, que era como se referia à Guarda, no meio da neve e das frieiras, que descobriu a verdadeira vida, conquistou a sua identidade e a sua liberdade interior. Esta sensação de liberdade, de abrir a janela e respirar ar puro, só a voltará a ter no dia 9 de janeiro de 1975, quando desembarcou em Roma. Sentimento estranho numa cidade, que, nos inícios dos anos cinquenta, era parada e fechada, à imagem do que acontecia num país atrasado, retrogrado e imobilista. Apesar de tudo, Manuel Poppe recorda com saudade este tempo, esta cidade e as suas pessoas. A Guarda que a memória não deixa apagar, é a Guarda dos afetos, dos amigos, das descobertas. Foi na Papelaria Académica, pela mão do senhor Casimiro, onde conheceu Gide, Proust, Thomas Man, André Kedros, Dostoiewski ou Gogol, onde começou a comprar os primeiros livros que ia pagando às prestações. O senhor Casimiro, considera Manuel Poppe, era uma exceção no trato e no amor à cultura, é alguém a quem a Guarda muito deve. Foi na sua livraria que muitas gerações começaram a abrir as asas, a libertar-se de um ambiente retrogrado e fechado, “era ali” diz Manuel Poppe “que o Sonho recuperava os direitos e que se aprendia a realidade criadora, fecunda, e se aprendia a lutar e a dizer não”. Mas esta sua paixão pelos livros e pela escrita deve-a também ao Padre Pôpo, o então diretor da Biblioteca Municipal, que lhe deixava levar os livros para casa, mesmo aqueles que não eram aconselháveis para a sua idade. Foi assim que pode ler Tolstoi, Feodor Sologub, Raul Brandão ou Alexandre Dumas. Foi o Padre Pôpo, escreve Manuel Poppe, que estimulou “a minha curiosidade e a minha sede de entrar no mundo mítico da literatura”. Havia ainda o Cineteatro com uma programação da responsabilidade do seu proprietário, Júlio Xavier, que, considera Manuel Poppe, não era má. Foi lá que se pode rir com a interpretação de Vasco Santana e assistir aos filmes de Rosselini, Chaplin, Jean Renoir e admirar a beleza de Maria Schell. Não deixava de estranhar as opiniões negativas e de troça que faziam a filmes que ele considerava sublimes. Assim, aprendeu um princípio que o seguiria toda a vida, que o consenso é redutor e perigoso, significando muitas vezes desistência, medo e cobardia. Mas na Guarda era fácil encontrar amigos. Também Manuel Poppe teve lá a sua maior amiga a que chama de Santa Libânia, meretriz e filantropa, que tinha o seu santuário no Poço do Gado. Era a ela que os estudantes,

emboçados nas suas capas rotas e velhinhas, recorriam à procura do calor da braseira ou do conforto das alcovas. Num inverno frio e rigoroso, ali encontravam luz, calor e afeto. Barroco Esperança, num excelente texto publicado na Guarda Formosa na Primeira Metade do Século XX, afirma que “três gerações de estudantes aprenderam nela a inutilidade do pecado solitário. Foi, por assim dizer, a primeira educadora sexual. Sem diploma”. Como é grande a satisfação de Manuel Poppe ao receber em sua casa esta obra que o faz regressar ao seu mundo, e a enorme surpresa, sinal dos novos ventos que sopravam na sua pátria, que a sua amiga Libânia tenha nela lugar de destaque. É este mundo de vivências, emoções e afetos, construído na Guarda, que Manuel Poppe irá transportar para os novos mundos, pois foi na Guarda, afirma “que cresci e aprendi tudo: poesia, amor e sexo (se é que se podem separar, amor e sexo)”. Viveu em dezoito casas, cinco países e três continentes: Portugal, Itália, São Tomé e Príncipe, Israel e Marrocos. Foi diplomata e conselheiro cultural em Roma, São Tomé e Príncipe, Telavive e Rabat. Foi crítico literário, dramaturgo e escritor. É autor de mais de duas dezenas de obras e sócio fundador da Associação Portuguesa de Escritores, sendo distinguido em 1995 com o Grande Prémio desta associação pela sua obra Crónicas Italianas. O antigo presidente italiano Sandro Pertini concedeu-lhe a comenda da Ordem de Mérito e as cidades de Florença e Veneza atribuíram-lhe as medalhas de ouro. No ano de 2006, a Câmara Municipal da Guarda concedeu-lhe a medalha de mérito municipal, e no mês de fevereiro de 2011 organizou um ciclo sobre a sua obra, que incluía conferências, exposições, leitura dos seus textos e a apresentação teatral da obra Acácia vermelha, escrita propositadamente para este ciclo. Algumas das suas obras são património da Guarda: Evocação da Libaninha do Poço do Gado e Na sua mão direita: Manuel de Vasconcelos curador do sofrimento humano, editados nessa coleção tão simples como importante como é Fio da Memória, A acácia vermelha e Os sobreviventes, editados pelo Teatro Municipal da Guarda. Tanto havia a dizer sobre a sua vida e obra, que nos ocuparia todo o tempo desta assembleia. Deixo esse trabalho para os historiadores e críticos literários. O Manuel Poppe que quero recordar é o Manuel Poppe que nutria uma imensa paixão pela Guarda. Esta sua pátria ocupou sempre o seu espaço e o seu tempo. Em Telavive, na parede da sala de sua casa, estava pendurada uma gravura de Westall, publicada em 1823 por J. Murray. Era a Guarda do séc. XIX, situada no cimo da Montanha Mágica, com as suas muralhas intactas e a cidadela em torno da Torre de

Menagem. É este Alto Monte da Sagrada Beira, como dizia Augusto Gil, que Manuel Poppe escolheu para sua última morada. Aos oito anos, quando veio para a Guarda para se curar da tuberculose, seguramente não imaginava que, passadas quase oito décadas, viria repousar junto do Sanatório. O que nos fins da década de quarenta foi a sua cura, é agora a sua morada definitiva. Agora, nesta sua nova morada, pode reencontrar os seus amigos. Lamentar-se com o Sr. Casimiro por a Guarda nunca mais ter uma livraria como a sua, elogiar ao Padre Pôpo a nova Biblioteca Municipal e como ele seguramente gostaria de ser seu diretor, e dizer à Libaninha como tinha razão quando os avisava que “a vida é amante e madrasta”. Por todas as razões aduzidas, proponho que a Assembleia Municipal da Guarda, reunida no dia 20 de dezembro de 2022, aprove um voto de pesar pelo falecimento de Manuel Poppe Lopes Cardoso e, dele, seja dado conhecimento à sua esposa, Maria João Falcão, e aos seus filhos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. A Mesa não procedeu ao desconto de tempo na medida em que este Voto, apesar de extenso, e o que vem a seguir é igual, foi apresentado por duas bancadas, pelo PS e pelo PSD. Colocava, portanto, este Voto à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----

----- **Pelo falecimento de Manuel Poppe Lopes Cardoso** -----

- **Aprovado, por unanimidade, com setenta e quatro votos a favor.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Voto de Pesar pelo falecimento de Jaime Alberto Couto Ferreira. É apresentado pelo Partido Socialista e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão... Não consta na Moção. Por isso é que eu não podia extravasar. Então, um minuto de silêncio, se faz favor.” -----

- Muito obrigado. Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Virgílio Bento, Deputado (PS):** “Este Voto de Pesar é proposto pelo grupo parlamentar do Partido Socialista e pela Junta de Freguesia de Famalicão da Serra que o senhor Presidente me deu a honra de ler. «Voto de Pesar pelo falecimento de Jaime Alberto do Couto Ferreira. Jaime Alberto do Couto Ferreira, Professor, Historiador, Escritor e Pintor nasceu a 1 de junho de 1944, numa encosta da serra, onde dois glaciares, há muitos milhares de anos tinham colidido. A este ponto de colisão foi dado o nome de Famalicão

da Serra, terra onde dizia o prior João Duarte, nas Memórias Paroquiais datadas de 1 de junho de 1758, “não há serra nem rio que se deva dar conta nesta freguesia”, nem “há memória que deste lugar saíssem homens insignes por virtudes, letras ou armas”. Como o futuro viria a desmentir o Sr. Prior, como se pode comprovar com tantos ilustres personagens que povoam a história de Famalicão da Serra, como é caso deste seu filho Jaime Alberto do Couto Ferreira. No seu livro *Famalicão da Serra* ou dizer histórias com mãos de Abril, publicado no ano de 2005, enaltece a gente de Famalicão, afirmando que “é modesta, austera e abnegada, mas não decrépita, pois quando muito lhe falta sempre lhe resta uma irreprimível vontade de viver, não se resigna e, num contínuo, tem sabido conjugar o seu apego ao berço com a incomodidade de partir para mais ou mesmo longe”. De Famalicão da Serra vem para a Guarda a frequentar o liceu. No ano de 1974, licenciou-se em História, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Convidado pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, ali desenvolveu a atividade docente e de investigação até 2006. Tal como no quadro *As meninas* de Diego Velázquez, em que o pintor está simultaneamente ausente e presente, também Jaime Alberto do Couto Ferreira vai falar de si de um modo impessoal, como sendo uma qualquer personagem de ficção. No seu livro *Hieracita*, apresentado na Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço, no dia 1 de junho de 2010, vai descrever a sua biografia. Jaime Alberto do Couto Ferreira, depois de cumprir o serviço militar obrigatório, e ter ido à Guerra Colonial em África, trabalhou e desenvolveu a sua atividade profissional na Universidade de Coimbra. Publicou diversos estudos sobre o pão, eletricidade, urbanismo e vida rural. Em 2006, já como professor catedrático, aposentou-se. A partir de então, dedicou-se exclusivamente à reprodução de obras primas de Chagal, De Chirico, Dali, Grosz, Léger, Matisse, Malevich, Miró, Modigliani, Mondrian, Picasso etc., mergulhando nas raízes do Homo Faber, para tentar entender porque se dera ao incomodo de passar a *Sapiens Sapiens*, dominar a luz e continuar a fazer hediondas asneiras. Após o seu regresso da Guerra Colonial trabalhou na revista *Vértice* com Joaquim Namorado. A sua presença, nomeadamente no domínio das artes plásticas, adquiriu uma importância incontornável. Qualquer estudo sobre as artes plásticas na revista *Vértice*, encontrará, refere o antigo Diretor Regional da Cultura do Centro, Professor António Pedro Pita, “algumas imagens cada vez mais frequentes e um nome: Jaime.” Em 1979 foi-lhe atribuída uma bolsa pelo Instituto Nacional de Investigação

Científica, que lhe permitiu estudar em França sob orientação dos professores Levy-Leboayer, Caron e Jean Bouvier. Em 1989 doutorou-se com distinção e louvor na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Jaime Ferreira iniciou a sua investigação sobre duas áreas fundamentais para a economia do país: a eletricidade e a produção cerealífera. Aliás a sua tese de doutoramento foi sobre a dessacralização do pão, analisando-o na perspetiva daqueles que o procuram para sobreviver e aqueles que o procuram para dominar. Jaime Ferreira quis ver o pão de diferentes ângulos, nem que para tal, tivesse que recorrer à arte, como é o quadro de Hieronymus Bosch, o Carro de Feno, que o descobriu numa das paredes do Escorial. É este quadro que, através de uma simples olhar, nos desvenda a complexidade dos laços que se tecem em torno do pão. Jaime Ferreira, autointitulado de vagamundo, calcorreando Coimbra e França, andando pelas áreas do pão e da eletricidade, decide, dentro deste sentimento tão famalicense de estar/abalar, partir/ficando, regressar às suas origens, aos espaços, territórios, personagens e afetos que povoam a sua memória. Foi por ocasião da comemoração dos Oitocentos Anos da sua Cidade, que lançámos um repto ao Ceis 20 para fazer um livro sobre a Guarda na primeira metade do Séc. XX. Encontramo-nos em Coimbra, num restaurante alentejano. Entre a sopa de cação e a carne de porco à alentejana, o Diretor do Ceis 20, Professor Reis Torgal, propõe o nome do Professor Jaime Ferreira para desenvolver este Trabalho. Inicia-se o reencontro, que nunca mais será interrompido, do Jaime com a sua Cidade e com a sua Aldeia”. Vai ter a tarefa de coordenar uma equipa de investigadores, animados pelo mesmo sentimento de amor à Guarda. Resultado deste trabalho de investigação, será publicada, no ano 2004, a obra A Guarda Formosa na Primeira Metade do Século XX, que nos ensina o olhar sobre este território, a desocultar a sua beleza escondida. Dos seus cinco Fs, escolheu o F de Formosa, mas “de uma maneira instável” diz Jaime “que só se revela e reforça quando se respeita o património e exige qualidade urbana e que de pronto se degrada e esvai com concessões ao urbanismo de compressor e à arquitetura do efémero, cuja hediondez estético-ética tem relação estreita com as ganâncias que proporciona”. O nome de Jaime Alberto do Couto Ferreira está indissociavelmente ligado a uma instituição que muito honra os guardenses. Foi ele uma das almas fundadoras do Centro de Estudos Ibéricos. Foi ele um dos principais responsáveis pela concretização da utopia lourenciana. Pertenceu à sua Comissão Executiva desde o início, o ano de 2001, até 2012. Pela sua dedicação e paixão,

o CEI prestou-lhe homenagem pública, no dia 3 de julho de 2013, na Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço. Epicteto, no seu Manual, aconselha-nos a não ter medo da nossa morte, porque quando ela é nós não somos, e, quando nós somos, ela não é. Algo completamente diferente acontece, quando somos atingidos pela morte do Outro. Eduardo Lourenço, quando interrogado sobre a morte da sua companheira de toda a vida e minha amiga Annie, disse que “a morte do Outro é a nossa verdadeira morte”. Com a morte de Jaime Alberto do Couto Ferreira, morreu uma grande parte de nós, do nosso mundo. Por todas as razões aduzidas, proponho que a Assembleia Municipal da Guarda, reunida no dia 20 de dezembro de 2022, aprove um voto de pesar pelo falecimento de Jaime Alberto do Couto Ferreira e, dele, seja dado conhecimento ao seu filho Humberto Ferreira.» -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Colocava, então, à votação este Voto de Pesar. Guardaríamos, de seguida, um minuto de silêncio.”

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----

----- **Pelo falecimento de Jaime Alberto do Couto Ferreira** -----

- **Aprovado, por unanimidade, com setenta e dois votos a favor.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Entramos agora no período de apresentação e discussão das moções. E a primeira moção que deu entrada é do Partido Social Democrata, por uma Biblioteca Municipal aberta 24h. Não sei quem dos senhores Deputados deseja intervir? Faça favor.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Bom dia. Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia, cumprimentar todos os presentes, quem nos ouve e quem nos vai ouvir nas transmissões futuras desta Assembleia. «Moção por uma Biblioteca Municipal aberta 24h e pela criação de, no mínimo, uma Sala de Estudo 24h. Tendo em linha de conta que a Guarda possui Ensino Básico, Secundário, Profissional e Politécnico, somando, segundo a PORDATA, mais de oito mil alunos residentes; que são milhares os estudantes do Ensino Superior, dos ciclos de estudos de licenciatura, mestrado e doutoramento, que, espalhados pelo país e pelo mundo, regressam à Guarda sempre que podem para as suas visitas familiares; que nessas visitas familiares, nem sempre encontram espaços

de estudos do nível e com os horários a que estão habituados nas cidades que os acolheram e nas quais então estudam; que o sucesso escolar e académico dos alunos naturais e residentes da Guarda deve ser uma das prioridades do Município. A Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária a 20 de dezembro de 2022, delibera: dar orientação à Câmara Municipal da Guarda para que, no ano de 2023, altere os horários da Biblioteca Municipal, permitindo que esta esteja aberta durante 24h, todos os dias da semana; dar orientação à Câmara Municipal da Guarda para que, preferencialmente, no ano de 2023, afete à comunidade estudantil um ou mais do que um espaço cuja propriedade ou posse seja sua, criando-se aí uma ou mais Salas de Estudo 24h, com devidas condições de aquecimento, vigilância e equipamentos de apoio ao estudo.» Muito obrigado.» -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Esta moção está à discussão. Se algum senhor Deputado ou senhora Deputada se desejar pronunciar, faça favor. Senhor Deputado, faz favor?” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Bom dia a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento toda a Assembleia e também quem nos acompanha. Esta proposta, no abstrato e no conceito, faz todo o sentido. O PG segue-a a cem por cento, na medida em que também está no seu programa eleitoral. Temos aqui duas questões que tentámos consensualizar e que são: a Biblioteca Municipal, pelo acervo literário e espólio que tem, parece-nos que, estar aberta 24 horas, pode incorrer nalgum grau de insegurança. E também o nosso programa eleitoral plasmava primeiro fazer uma avaliação, até à meia-noite, de abertura de um espaço de estudo, e depois, se tiver procura, estar aberto 24 horas. Para além disso, quando falam afetar um espaço da sua propriedade, se houver um espaço que não seja da Câmara, mas que se possa protocolar, que tenha melhores condições, que tem a melhor localização, estar colocado que seja propriedade da Câmara pode evitar ou dificultar que se encontre um espaço melhor para os estudantes e para a comunidade da Guarda. Portanto, nós votaremos a favor se estas questões forem acauteladas. Senão, fiéis ao nosso programa eleitoral, abster-nos-emos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mais algum senhor Deputado deseja... faz favor.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Bem, antes de mais, bom dia a todos. Cumprimento todos na pessoa do Senhor Presidente. Também acompanhamos, naturalmente, a proposta. Não vemos nenhuma objeção às sugestões que foram agora apresentadas pelo Pela Guarda. Também nos parece bem que a questão vá evoluindo de forma progressiva, conforme se verifique as necessidades. Também era uma proposta que estava no nosso plano eleitoral e, portanto, estamos de acordo. Deixo também aqui só uma nota que, quando forem escolhidos os espaços ou o espaço a afetar, que se tenha em atenção para escolher um espaço que sirva tanto os estudantes do campus, como os estudantes da escola de saúde, pois estes estudantes também têm constantemente vindo a reivindicar serem tidos em conta na tomada deste tipo de decisões. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Pronto, face àquilo que foi dito, nós também não nos vamos opor a nada disso. Mas, é assim, a nossa moção não impede, não condiciona a concretização que o Executivo deve fazer. Certamente que nos programas eleitorais, já que isto é uma questão que esteve nos três programas eleitorais, não falava lá nada sobre a segurança e como é que ia ser concretizado. Portanto, a moção também não impede nada disso. Não vejo razão para estar agora a alterar o que quer que seja. A concretização é da responsabilidade Executivo Municipal. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Portanto, se entendi, mantém a alínea a) que é a biblioteca aberta 24 horas... biblioteca, sala de estudo 24 horas todos os dias. Trezentos e sessenta e cinco, não é? E, depois, um outro espaço. Não. Todos os dias, é o que está aqui. Todos os dias da semana, é o que está aqui escrito. Todos os dias da semana, penso que não excluíram sábados e domingos. É todos os dias da semana. Portanto, são trezentos e sessenta e cinco dias. E é 24 horas/dia. E dar orientação à Câmara para que afete ainda um outro espaço. Portanto, são dois espaços. Já lhe dou a palavra, senhor Deputado.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “A questão, obrigado Rodrigo pela tentativa de consenso, a questão é: é impreterível ou... para vocês é ponto de honra que seja a biblioteca? Ou que seja uma sala de estudo que se encontre?” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Muito bom dia a todos. A nossa proposta pede duas coisas. Ponto um, biblioteca aberta 24 horas. E que, no decorrer do tempo, o município encontre uma sala de estudo que possa afetar, uma ou várias salas de estudo, aquelas cuja propriedade ou posse seja sua. São duas coisas que se pedem. Em relação à questão da vigilância dos jovens, por amor de Deus! Subcontratem uma empresa de vigilância. Eu estudo em Lisboa, outras pessoas estudam em Aveiro, Coimbra, 24 horas em salas com funcionários vigilantes. Nada acontece. Não me digam que os jovens da Guarda são arruaceiros ou violentos, que não permitem estar na biblioteca durante a noite. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Presidente da Câmara, não sei se deseja pronunciar-se? Não? Muito obrigado. Colocava, então, a moção, tal como está, à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Por uma Biblioteca Municipal aberta 24h** -----

----- **e pela criação de, no mínimo, uma Sala de Estudo 24h** -----

- **Aprovada, por maioria, com trinta e cinco votos a favor e trinta e oito abstenções.** --

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Uma declaração de voto? Faz favor.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Obviamente, todos os jovens e toda a gente é a favor de um horário alargado para estudarmos. É fundamental. Eu acabei o curso há pouco tempo, estudei muitas vezes à noite e também sentia falta, quando vinha, de um espaço para estudar. Ninguém questionou aqui o comportamento dos jovens. Acho que isso foi uma assunção de uma coisa que eu não disse e que não foi isso que foi levantado. Mas só aqui exemplos, e o Francisco mencionou que alguns estudam em Lisboa, outros em Aveiro. Eu também estudei em Lisboa. A biblioteca da minha faculdade, não são salas de estudo que têm umas mesas e umas cadeiras onde as pessoas podem estudar. Na minha faculdade, por exemplo, encerrava às 21h. Há outros espaços na faculdade para se estudar que não seja uma biblioteca. A Faculdade de Letras tem a maior biblioteca da Universidade de Lisboa, também fui muitas vezes estudar, não funciona 24 horas. Há outros espaços, outras salas de estudo que estão abertas 24 horas e claro que o Município deve trabalhar para arranjar uma sala de estudo condigna para estudarmos.

Não necessariamente a Biblioteca, porque tem muitos livros e tem acervo, imensas doações, que pode acontecer, durante a noite, alguma coisa porque há menos vigilância. Vai haver um vigilante, provavelmente, ou dois, à noite, quando durante o dia há lá muitos mais funcionários. Era só isso que eu queria salientar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Seguidamente a moção do PSD, pela criação de um Regulamento de Apoio aos nossos Atletas de Alto Rendimento. Não sei quem usa da palavra. Faz favor, senhor Deputado.”

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, uma vez mais, Senhor Presidente. Cumprimentar todos, na sua pessoa. Esta moção é muito importante e é muito importante porque, ao longo do tempo, todos nós conhecemos na Guarda muitos jovens que amam o desporto, praticam desporto desde tenra idade e que muitas das vezes querem prosseguir uma carreira exclusivamente no desporto e não o conseguem fazer. E é por isso que nós hoje aqui vimos porque, apesar de não resolver todos os problemas, a Autarquia tem também, ou pode ter também uma palavra a dizer e é por isso que nós apresentamos, hoje, aqui, a moção. «Tendo em linha de conta que a Guarda é uma cidade que respira desporto, contando com várias dezenas de clubes e associações desportivas de grande diversidade, muitas delas históricas, todas com um papel único no desenvolvimento do território; que os atletas dos referidos clubes e associações não podem, na grande maioria das vezes, alimentar o sonho de prosseguir a carreira desportiva que ambicionam pelos mais diversos motivos; que os atletas guardenses que nos representam nacional e internacionalmente merecem o nosso reconhecimento e total apoio, pois são um verdadeiro exemplo de mérito, bravura e superação (e muitas vezes não são apoiados condignamente nem tampouco reconhecidos); A Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária a 20 de dezembro de 2022, delibera: dar orientação à Câmara Municipal da Guarda para que elabore, no ano de 2023, um Regulamento Municipal que vise apoiar financeira e logisticamente (principalmente, lá está, ao nível de transporte dos atletas) os nossos atletas de alto rendimento; que ele se aplique aos atletas do concelho, em nome individual, não profissionais, que participem em competições ao mais alto nível do desporto nacional e internacional, e que sejam naturais ou residentes na Guarda; que se aplique aos atletas que possuam “Estatuto de Alto Rendimento”, tal como ele é reconhecido pelo Decreto-Lei n.º

272/2009, de 1 de outubro; ou que representem o seu Clube ou o País em Jogos Olímpicos, Campeonatos Nacionais, Europeus ou Mundiais da Modalidade; ou que representem clubes do concelho e alcancem resultados de indiscutível relevo nacional e internacional, embora não sejam detentores do “Estatuto de Alto Rendimento”.»
Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado se desejar pronunciar sobre este Tema, faça favor. Não há? Ninguém deseja pronunciar-se? Faz favor.” -----

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “Antes de mais, apresentar os meus respeitos cumprimentos a todos, na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal. É claro que nós só teremos que apoiar esta moção e votaremos a favor, achando, contudo, o que o leque de medidas deve ser mais abrangente do que aquele que foi proposto e deverá ser aplicado não só atletas de alto rendimento, mas àqueles que ainda não o são e que gostariam de lá chegar. Sim, tal como mencionou, qualquer atleta, nesta cidade, certamente desejaria ter melhores condições para praticar o desporto. Nós já propugnámos, na anterior Assembleia Municipal, que fosse uma aposta deste Município a construção de infraestruturas necessárias para esse efeito. Esperaremos que um dia tenha o acolhimento do Município e, portanto, gostaríamos de deixar apenas esta nota. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais alguém se deseja pronunciar? Não parecendo, colocava a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pela criação de um Regulamento de Apoio** -----

----- **aos nossos Atletas de Alto Rendimento** -----

- **Aprovada, por unanimidade, com setenta e quatro votos a favor.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faz favor.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Rapidamente, o nosso grupo municipal acompanha, obviamente, esta proposta, que está em linha também com o trabalho e com o ideal do Executivo de promover a prática desportiva amadora e profissional. Isto é um regulamento que, pelos conceitos, vai ser difícil de redigir. Foi aprovado, há pouco

tempo, o estatuto do estudante atleta que pode servir de inspiração para construir o regulamento. E aqui, como mais importante, queria exortar o Executivo Municipal que vá mais longe, também um bocadinho na senda da intervenção do Partido Socialista. E que, na política de apoios do município, apoie estes jovens, mas também ainda mais as associações desportivas e outras do concelho e do movimento associativo, para que, tal como disseram, antes de haver atletas profissionais, eles possam desenvolver a sua atividade e tornar-se profissionais e que haja um regulamento geral para todos estes apoios. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Agradecia, e compreenderão o pedido que vou fazer, agradecia que os senhores Deputados que saíssem, eventualmente, por qualquer necessidade, não entrassem na sala quando estão a decorrer as votações, porque depois é quase impossível controlarmos aqui o número de votos. Continuando, o PSD, recomendação.” -----

- **Lucinda Fernandes, Deputada (PSD):** “Exmo. Presidente da Mesa da Assembleia, um bom dia, e sintam-se todos cumprimentados na sua pessoa. «O grupo municipal do PSD, sob a forma de recomendação, vem alertar para algo que, no seu entender, não devia acontecer na gestão da plataforma online onde são colocados os documentos relativos à Assembleia Municipal. Com efeito, é com desagrado que constatamos que nos vemos recorrentemente obrigados a colocar na plataforma os temas de assunto geral municipal, para debate no período da ordem do dia, antes de conhecermos o edital e os documentos a votar na assembleia descarregados pela Câmara Municipal. Gostaríamos, por isso, de apelar ao bom senso do senhor Presidente e das senhoras Vereadoras da autarquia, mas principalmente ao senhor Presidente desta Assembleia e à sua Mesa e recomendar que: 1) em futuras assembleias nos seja permitido colocar assuntos na plataforma, relativos ao período da ordem do dia, só depois de termos conhecimento dos temas a tratar pelo Executivo; 2) que, nesta ordem de ideias, o Edital seja sempre publicado com a devida antecedência; 3) que o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Guarda possa, em estreita colaboração com o a Mesa da Assembleia Intermunicipal, e contactando diretamente com o Presidente da Assembleia da CIM Beiras e Serra da Estrela, sugerir um contacto prévio com os municípios antes de este agendar as assembleias intermunicipais. Assim, no nosso entender, se evita a duplicação

de assuntos e situações em que se tenham de anular assuntos previamente inseridos na plataforma pelos grupos municipais e que coincidem com a ordem de trabalhos do executivo. Além do mais, evita-se ainda a sobreposição, como é o caso de hoje, da Assembleias Municipal e Intermunicipal ocorrer no mesmo dia.» Uma vez que a Assembleia Intermunicipal está a decorrer hoje, em Seia, começou às 10 da manhã. Obrigada pela vossa atenção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se algum senhor Deputado ou alguma senhora Deputada deseja pronunciar-se sobre este tema? Faça favor.” -----

- **Manuela Fernandes, Deputada (PS):** “Bom dia a todos, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes. O grupo parlamentar do Partido Socialista concorda na íntegra com esta recomendação. Foi uma coisa com a qual nos debatemos na discussão do Regimento. Portanto, isto não está vertido em Regimento. Já agora, alertar também que, relativamente aos documentos das reuniões de Câmara, vimos, neste momento, discutir o plano e orçamento, por exemplo, não temos acesso sequer às atas das reuniões de Câmara. Portanto, revemo-nos na vossa recomendação.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se? Faz favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Gostaria de reiterar e de dizer também aquilo que disse aqui a senhora Deputada. Nós não temos acesso à reunião de Câmara onde foi discutido o orçamento. Eu acho isto inacreditável, porque hoje vamos aqui falar de orçamento e não conseguimos ler o documento da reunião de Câmara. Mas também, verdade seja dita, os documentos da reunião de Câmara estão sempre a horas na plataforma. Sempre. Eu já vim aqui falar da Assembleia Municipal, não havia. Mas a verdade é que as reuniões de Câmara, as atas, vão para lá, estão lá sempre a horas. Esta aqui falhou. Não percebemos porquê. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Permitam-me, como esta recomendação é dirigida à Mesa, dizer que há um princípio pelo qual a Mesa tem que se reger, que é o princípio da legalidade. E esta recomendação viola

claramente o artigo 53º da lei 75/2013 que diz que: qualquer membro da Assembleia pode apresentar temas para a ordem do dia com cinco dias úteis sobre a data da reunião. Este artigo da lei está integralmente plasmado no regimento que aprovámos, na última Assembleia, por unanimidade. Não se pode elaborar um edital se não soubermos os temas que vamos levar à ordem do dia. É o que diz o artigo 53º. É que não faz sentido. Por outro lado, obrigava a Mesa a cometer uma outra ilegalidade, que era obrigar o município, o Executivo, a entregar os documentos à Mesa num período, que não sei qual seria, mas para o qual a Mesa não tem qualquer poder. O poder da Mesa é marcar a data da Assembleia e publicitar o edital de acordo com os temas que lhe forem pedidos. Aquilo que esta recomendação diz é exatamente o contrário. A Mesa faz o edital com temas que ainda não sabe quais são. Não vejo isto em lado nenhum. De qualquer maneira, vamos ter isto em consideração. Relativamente ao problema que põe com a coincidência com a Assembleia, hoje, intermunicipal, posso falar de futuro, mas gostava de chamar à atenção dos senhores Deputados que esta esta Assembleia que está hoje a decorrer foi convocada no dia 25 de novembro e chegou aos senhores Deputados no dia 28 e foi publicitada na comunicação. Penso que... É esta, não é a de hoje? A de hoje... Não, não. Diz o contrário: que o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Guarda possa e contactando o Presidente da Assembleia da SIMBSE. Não é a CIMBSE a contactar-nos. É nós a contactá-lo... Pronto, é para ter em consideração. Mas relativamente à que está a ocorrer no dia de hoje, eu creio que eles não a marcaram, tenho quase certeza, no dia 25 de novembro. Mas, de qualquer maneira, é para ter em consideração, obviamente. Se pudermos evitar. Diga, diga, diga... Sim, correto, não há problemas nenhuns. Senhor Deputado, não há problemas nenhuns. Se nos pudermos articular, ótimo. Certo, obrigado. Relativamente ao Partido Socialista, uma recomendação sob o título: Jarmelo, lugar com história.” -----

- **Maria Manuel Pimentel, Deputada (PS):** “Bom dia a todos. Cumprimento da Mesa da Assembleia na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal da Guarda, estendendo o mesmo cumprimento a todos os presentes nesta sala e a todos os que nos acompanham por outros meios. «Jarmelo, lugar com história. O Jarmelo é um espaço que importa preservar e recordar. Como é do conhecimento de pelo menos alguns, a vila do Jarmelo tem um castro que é desejável preservar e dar a conhecer por

fazer parte da nossa história. Permitam que recorde que um castro é um lugar fortificado das épocas romana ou pré-romana. Há um no Jarmelo mas é pouco conhecido. Como sabemos, D. Sancho I concedeu foral à Guarda, por carta enviada de Coimbra, a 27 de novembro de 1199. Quando a Guarda recebeu a sua carta de foral, o Jarmelo incluir-se-ia no seu vasto território. Segundo a descrição do site www.aldeiasdemontanha.pt, aquele cabeço fortificado era dotado de “infraestruturas de abastecimento de água apresentando muralhas com dois níveis concêntricos. Destacam-se a calçada romana com os vestígios da Fonte Moura e uma sepultura escavada na rocha, perto da Igreja de Santa Maria do Jarmelo, a área da Igreja de São Pedro, o cemitério e campanário e casa da câmara, duas sepulturas escavadas na rocha e o terreno que compreende a Igreja de São Miguel e duas fontes de mergulho. Revela ocupações desde a Idade do Ferro à Época Medieval.” Hoje em dia, além das edificações e marcos descritos, podemos observar, nas traseiras do edifício da antiga Câmara, um conjunto histórico, da iniciativa da Associação Cultural e Desportiva, que dá corpo à lenda de D. Pedro I e D. Inês de Castro. É um conjunto escultórico em metal, da autoria do artista Rui Miragaia, que foi inspirado no quadro de Columbano Bordalo Pinheiro, intitulado O Drama de Inês de Castro. Aqui, nesta escultura do Jarmelo, representa-se o assassinato de D. Inês de Castro. Inês está ladeada de duas crianças e ajoelhada, olhando para três homens que revelam insensibilidade à sua dor. Sabemos que um destes homens, um dos assassinos de D. Inês, seria do Jarmelo e, quando foi preso e entregue a D. Pedro I, o Rei mandou arrancar-lhe o coração e destruir a vila de onde era proveniente. Senhor Presidente, venho recomendar que aproveite este marco da história de Portugal, da história do Concelho da Guarda e mais concretamente da história da Vila do Jarmelo. Faça uma parceria entre a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia do Jarmelo e a Associação Cultural e Desportiva, e promova a recriação desta história anualmente, à semelhança do que se faz noutros concelhos, como, por exemplo, a recriação do cerco de Almeida, a Batalha da Salgadela em Castelo Rodrigo ou até as feiras medievais. O Jarmelo merece e o turismo do concelho da Guarda agradece.» -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Está aberto à discussão, se algum senhor Deputado desejar intervir. Senhora Deputada, faça o favor.” -----

- **Isabel Gonçalves, Deputada (PG):** “Bom dia a todos. Bom dia, Senhor Presidente, cumprimento todos os presentes na sua pessoa. Queríamos apenas dizer que estamos completamente de acordo com aquilo que a senhora Deputada disse. Está, aliás, no nosso programa eleitoral, a concretização da dinamização cultural do nosso território. De facto, temos é que tentar arranjar fundos para concretizar essa situação. É só. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhora Deputada. Não sei se mais alguma Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Não desejando, como se trata de recomendação, passava à recomendação seguinte: Recomenda-se que se cumpra. Também do Partido Socialista.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Novamente, bom dia. Passarei, então, a ler a recomendação. «Recomenda-se que se cumpra. Já tem sido habitual neste mandato que não se faça. Recentemente tem-se tornado cada vez mais evidente um novo fenómeno: não se cumpre. Confesso que nem sempre sou o cidadão mais atento, mas no meio da minha distração, vejamos alguns exemplos que identifiquei nos últimos 30 dias: - As Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município da Guarda para o ano 2023, daqui em diante COPO23, foram enviados aos senhores Vereadores da oposição no dia 25 de novembro, sexta-feira, para serem discutidos e votados dia 28 de novembro, segunda-feira. Se já era moralmente reprovável e pouco responsável entregar um documento desta complexidade no dia útil anterior e, especialmente, num fim de semana onde acontecem as festas da cidade, o real problema e ao qual não foi dada a devida atenção, é que não foi cumprida a lei. O nº2 do artigo 53º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, respeitante ao Regime Jurídico das Autarquias Locais define que “A ordem do dia é entregue a todos os membros do órgão com a antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data do início da sessão ou reunião, enviando-se-lhes, em simultâneo, a respetiva documentação”. O não cumprimento da lei, leva a que os documentos não sejam analisados com o devido tempo e que não sejam decididas as questões com a responsabilidade que se impõe. Também relacionado com as GOPO23, as alíneas a) e b) do nº1 do artigo 7º da Lei nº8/2009, de 18 de fevereiro, referente ao Regime Jurídico dos Conselhos Municipais da Juventude, define que “compete aos conselhos municipais de juventude pronunciar-se e emitir parecer obrigatório, não vinculativo, sobre as

seguintes matérias: Linhas de orientação geral da política municipal da juventude, constantes do plano anual de atividades; Orçamento municipal, no que respeita às dotações afetas às políticas de juventude e às políticas sectoriais com aquela conexas”, sendo definido no artigo 8º da mesma lei o procedimento para obter este parecer. Acontece que, novamente, tal como os senhores Deputados podem verificar, não vos foi entregue nenhum parecer deste órgão. Se para o ano 2022 o Executivo se defendeu com a justificação de que ainda não estavam eleitos os representantes dos grupos municipais no Conselho Municipal da Juventude, este ano a não entrega atempada dos documentos e não solicitação do parecer é completamente injustificável. - Quanto à última Reunião do Executivo Municipal do dia 12 de dezembro de 2022, a agenda para a Reunião Ordinária contempla, como de costume, antes da ordem do dia, a “discussão e votação da ata da reunião anterior”. Acontece que, à data da entrega deste documento (15/12/2022), não é do conhecimento dos senhores Vereadores e muito menos está votada a ata da reunião Ordinária da Câmara Municipal da Guarda de 28 de novembro de 2022. Isto quer dizer que, além do senhor Presidente não cumprir a agenda que ele próprio propôs, discutiremos e votaremos as GOPO23, não tendo a ata da reunião, onde estas foram discutidas, sido aprovada e dada a conhecer ao público. - Por fim, o incumprimento das moções aprovadas neste órgão, nomeadamente no que toca a algumas das apresentadas pelo Partido Socialista e para as quais não se prevê concretização nas GOPO23, como a do Provedor do Município ou a do encontro de Nómadas Digitais, ou mesmo moções de outros grupos que mereceram a concordância do Partido Socialista como a da transmissão online das reuniões do Executivo Municipal até dia 27 de novembro. E porque nada se cumpre, nada se propõe, recomenda-se que se cumpra. Que se cumpra a lei, que se cumpra com o que o senhor Presidente se propõe a fazer, que se cumpra o que é aprovado nesta Assembleia. Se assim não for, o que andamos aqui a fazer?»” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Dava a palavra... Faça favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Muito obrigado. Mais uma vez, bom dia a todos. Este fenómeno de não cumprir, é exatamente este o grande problema que nós temos aqui hoje. Mas eu vinha aqui dizer que, quando as moções não são respeitadas pelo

Executivo Municipal, o Executivo Municipal dá uma mensagem clara à Guarda. Para além de não querer saber da Assembleia Municipal, não quer saber das pessoas que nos elegeram para estar aqui. Depois, em relação às nossas moções, tínhamos duas. A primeira moção era para transmitir as reuniões de Câmara online. O senhor Presidente tem medo de ser filmado. Ao contrário de nós, que vimos aqui e estamos a ser filmados e a reunião está a ser transmitida online, o Presidente tem medo de ser filmado enquanto está a exercer as suas funções, ou, pelo menos, a tentar. Em relação à Assembleia Municipal Jovem, nada de novo. No orçamento municipal que vamos aqui hoje discutir, estão onze vezes a palavra juventude, sete vezes a palavra jovem, no documento inteiro. O Executivo Municipal despreza a juventude. Nem foi capaz de fazer uma Assembleia Municipal Jovem, portanto, não cumpriu. Depois, de facto, a coloca-se aqui esta questão. Quem não respeita a Assembleia Municipal, terá legitimidade para governar? Andámos em campanha eleitoral a discutir que aqui o antecessor, Carlos Chaves Monteiro, que era um aprendiz de ditador. Fez-se campanha, fez-se política com estas afirmações. E, depois, chegamos aqui à Assembleia Municipal deste novo mandato e é o que vemos. Não há o cumprimento de absolutamente nada. E eu queria perguntar aqui a esta Assembleia, afinal, quem é que é o ditador? E, depois, dizer mais, porque a culpa não pode morrer solteira. Eu gostava de perguntar ao Presidente da Assembleia Municipal o que é que tem feito nestes últimos dias para assegurar que estas moções tenham sido cumpridas? Já passaram três meses. Já passaram três meses desde a última Assembleia. Não se vê nada. Portanto, a culpa não pode morrer solteira. Ou é do Presidente da Autarquia, ou é do Presidente da Assembleia Municipal. E, portanto, o senhor Presidente tem que nos dizer o que é que fez para que estas moções fossem cumpridas, para que estas questões fossem asseguradas. E tem que nos dizer se defende ou não a Assembleia Municipal, ou se o impedem de a defender. Portanto, eu, de si, espero sempre muito mais, porque eu, deste Executivo, já não espero nada, a não ser festarolas, concursos e tudo o mais. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, faz favor, tem a palavra. Já lhe dou a palavra, senhor Deputado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, ainda só sobre este assunto, há pouco, quando foi apresentada a moção para a abertura da Biblioteca durante 24 horas,

e vimos que o grupo do PG se absteve, é assim: qual é o problema? A Câmara não vai cumprir! Podem votar favoravelmente à vontade.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, tem a palavra, faça o favor.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Só aqui uma informação, da intervenção do Francisco sobre a Assembleia Municipal Jovem. Não é correto que nada se tenha feito. Foi decidido aqui, e aprovado por unanimidade, que seria mandatado o Conselho Municipal da Juventude para o fazer. Foi discutido num plenário do Conselho Municipal da Juventude. Discutiu-se a proposta. Percebeu-se, de acordo com todos os presentes do Conselho Municipal da Juventude, que a metodologia ideal não seria fazer agora, mas criar um regulamento para fazer uma coisa alargada, ampla e que envolvesse, de facto, todos os jovens. E por isso aguarda-se iniciativa para uma comissão eventual que faça esse regulamento. Foi isso que foi decidido e que ficou exposto em ata. Em relação à restante intervenção do que se cumpre ou não se cumpre, o mandato é para quatro anos. Eu estou convicto que o Executivo reconhece a importância e o mandato desta Assembleia e que, portanto, dentro das suas possibilidades e dentro do tempo que tem para o seu mandato, irá cumprir ou seguir, também de acordo com o programa eleitoral que o elegeu, essas recomendações e indicações. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor. Peço desculpa, não tinha reparado.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Bom dia a todas e a todos. Vimos reforçar que concordamos perfeitamente com a recomendação do PS e com o que foi dito pelo PSD. Peço desculpa pela minha voz. Nós, nesta Assembleia, vamos mesmo apresentar uma recomendação e uma moção que vão no mesmo sentido. Passou um ano desde a primeira vez que aqui estamos, têm sido aprovadas moções que não têm ido para a frente. Concordamos perfeitamente que tem que ser sublinhada a realização daquilo que é aprovado na Assembleia Municipal, como respeito, obviamente, como disseram, aos cidadãos e às cidadãs que nos elegeram. Por outro lado, também, sim, obviamente, precisamos de ter informação para conseguir debater as coisas. E não foi este o caso. Não temos reuniões públicas do Executivo gravadas e também não temos as atas.

Também foi dito aqui que normalmente estão a tempo. Não estão. Normalmente não estão sempre a tempo. No entanto, reforçamos, assinamos por baixo a recomendação feita e sublinhamos que sim, que seja cumprido e que daqui a um ano não estejamos na mesma situação. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Tinha pedido a palavra, faça favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Concordo com o Zé quando disse que esperamos que o Executivo cumpra. Mas a questão é que as moções têm um prazo. A primeira moção dizia antes do dia 27 de novembro. A segunda moção dizia no dia 27 de novembro. As coisas têm um prazo e têm um efeito. Passado esse prazo, é um incumprimento.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se... Faz favor, senhor Deputado.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Este é o velho problema... Bom dia, senhor Presidente. E, no senhor Presidente, cumprimento todos os presentes que me ouvem. As moções são moções, mas não são mandatos. E eu penso que o senhor Presidente da Câmara, o Executivo, não pode estar sujeito a mandatos por esta Assembleia. Eu não sei, até tenho dúvidas e tenho quase a certeza que, se ele fizesse um concurso e cumprisse os prazos legais, não podia, materialmente, fazer a transmissão do dia 27. Mas estudem os tempos e irão, com certeza, concluir a mesma coisa. Eu penso que entre os dois órgãos deve haver um espírito de cooperação e não tanto o espírito de mandato, de imposição. Nem de cima para baixo, nem de baixo para cima, ou, como eu costumo dizer, no estatuto de paridade. A Assembleia deve ser respeitada, o Executivo deve ser respeitado. Eu tenho dúvidas de que o mandato seja respeito institucional para com o Executivo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Deputado, faça um favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ó senhor Deputado Valbom, eu não percebi. Não percebi nada. Senhor Deputado Valbom, não percebi nada. Falta de respeito desta Assembleia pelos Órgãos Autárquicos ou pelo Executivo? Onde é que nós faltámos ao respeito ao Executivo? Mas não é falta de respeito do Executivo não aceitar as moções?”

Achar que as moções não são algo de importante? Que nós, Deputados, não temos importância? Cada um de nós foi eleito pelo povo. Cada um de nós merece o respeito do Executivo e isso não está a acontecer. O contrário, o contrário não é verdade, senhor Deputado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Queria deixar aqui um detalhe, em relação ao Conselho Municipal da Juventude. O Conselho Municipal da Juventude estava mandatado. Quem tem que assegurar, em última ração, é a Câmara Municipal. A Câmara Municipal tem que ler as moções e tem que as assegurar. Em última instância, é à Câmara que compete. Não é sobre o Conselho Municipal da Juventude que recai a responsabilidade. Depois, dizer apenas, para além disso, que, em relação a esta questão das moções, a única coisa que se pede é que se cumpram no prazo devido. Porque no mandato anterior o discurso era outro. O discurso era de um ditador que estava aqui na Câmara Municipal que não respeitava a Assembleia. Mas agora já não temos esse problema, mudou o discurso. A cassete mudou. E agora estão do lado, são poder e já não se importam com a Assembleia. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Francisco, só para terminar aqui esta questão do Conselho Municipal da Juventude. A moção que foi aprovada, no preâmbulo dizia: responsabilidade gera responsabilidade. A primeira alínea das deliberações dizia: dar indicações ou mandar a Câmara Municipal, através do Conselho Municipal da Juventude. E depois está o dia 27 de novembro. Está aprovado, decidiu-se no Conselho Municipal da Juventude, num plenário em que estavam representantes do PSD e da JSD, que seria criada uma comissão eventual para trabalhar no regulamento dessa Assembleia. Portanto, ou seja, a alínea a) e a e), pelo que foi decidido pelo Conselho Municipal da Juventude, são impossíveis de cumprir. São as leis e há de haver alguma definição para isso. Depois, sobre a esta responsabilidade gera responsabilidade, se quem apresentou a proposta... o Rodrigo, por acaso, está no Conselho Municipal da Juventude. Eu, numa primeira instância, esperaria que ele tomasse a iniciativa. Mas, o Conselho Municipal da Juventude tem essa responsabilidade e estou convicto que todos

levaremos e constituiremos essa comissão e far-se-á, obviamente, a Assembleia Municipal Jovem. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Novamente à questão da Assembleia Municipal Jovem. É assim, empurrou-se com a barriga para outra data. Tudo bem. Mas depois, chegou dia 27 de novembro, dia da Cidade, e para a juventude não houve nada. Não houve uma única iniciativa relacionada com a juventude. Houve para a Bola Parda, houve umas inaugurações, muito bem. Mas para a juventude nem uma palavra. Esse é que é o problema.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tratando-se de uma recomendação, não é colocada à votação. Dava agora a palavra ao Bloco de Esquerda para as suas... senhora Deputada, quer começar pela recomendação ou pela moção? Então, faça favor, tem a palavra.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Bom dia a todas e a todos outra vez. Então, como já disse há uns minutos atrás, a nossa recomendação vem no sentido de uma moção que foi aprovada na última Assembleia Municipal. Tem a ver com a criação de uma equipa de sapadores que não foi prevista nas propostas que nos foram dadas para orçamento. Apesar de, sim, existir apoios para as equipas de sapadores existentes, foi aqui aprovada, repito, uma moção em que toda a Assembleia concordou na criação de uma nova equipa afeta ao Município. Nós estivemos com o Eurodeputado José Gusmão, na Serra da Estrela, acompanhados pelos Vigilantes da Natureza, Sapadores Florestais, ICNF e o Sindicato Nacional da Proteção Civil. Destas reuniões, nós ficámos a saber que os trabalhos de estabilização de emergência de solos dependem de um processo que está a ser muito demorado e que ainda não está a intervir no terreno. Em grande parte, isto, a mensagem que nos foi passada, por falta de meios técnicos e humanos do ICNF. Também apurámos que nos baldios com equipas locais de Sapadores Florestais houve uma primeira intervenção, ainda o incêndio ocorria noutros locais. Com o semeio de centeio e a criação de barreiras artificiais contra a erosão e desabamento, foi possível minimizar os efeitos das chuvas que se seguiram aos incêndios. Não obstante dos protocolos já assinados com o ICNF e o seguimento de parte da moção proposta pelo

Bloco de Esquerda na última Assembleia Municipal, que vimos nas propostas de orçamento, cedência de material para combate aos incêndios às juntas de freguesia, reforçamos, na mesma, a importância de um maior número de recursos humanos afetos ao concelho. E, tal como aprovámos a moção, estamos aqui para recomendar que haja um comprometimento hoje, nesta Assembleia Municipal, com uma data concreta para um assunto já discutido, votado e aprovado, novamente a criação de uma equipa municipal de Sapadores Florestais. Sabemos, sim, as moções não são vinculativas. As recomendações são uma recomendação. Mas, repetindo novamente, toda a gente que aqui está foi eleita. Faz parte das funções do Executivo tomar atenção àquilo que é a palavra a do povo da Guarda. Portanto, voltamos a sublinhar a importância de se cumprirem as recomendações e, principalmente, as moções que foram aprovadas, discutidas, nesta Assembleia.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se há alguma senhora Deputado ou senhor Deputado que deseja pronunciar-se? Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, cumprimento-o e em si cumprimento todos os presentes. É só para dizer que concordo a cem por cento com a moção da senhora Deputada. Só dizer que eu penso que está desfocado o alvo, porque esse assunto está à espera de andamento no Governo, porque é um assunto essencialmente de Governo. Deve lá ter bons contactos ainda dos colegas de geringonça, remeter essa recomendação para o Governo. Concordo cem por cento. E, quando o Governo der o tiro de partida, o Executivo Municipal, deve, obviamente, acompanhar. Porque os assuntos de florestas e ordenamento do território, se para alguma zona do país é importante, para a Guarda é importantíssimo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Não retiramos, obviamente, a responsabilidade ao Governo. Voltamos a referir, já dissemos aqui, os atrasos no ICNF fazem, sim, parte desta responsabilidade. Mas aquilo que foi discutido e aprovado aqui foi uma equipa de sapadores florestais afetos ao Município. Portanto, faz parte do Município aplicar este

debate. Pode ser com financiamento nacional? OK, pode ser, é o trabalho do Executivo analisar. Era possível ter previsto esta situação nas propostas que nos foram feitas para as Grandes Opções. Não foi feito. Foi feito apenas uma proposta de apoio às equipas já existentes. Voltamos a reforçar, a nossa questão é a falta de recursos humanos. Se não houver uma equipa afeta ao Município, poderemos continuar a debater imensos planos e projetos, alguém me explique quem é que os vai aplicar no terreno porque não temos pessoas para isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se há mais qualquer intervenção? Não havendo, agradeço que não se sente e que regresse para a moção. Faça um favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, a moção vem no sentido de aprovarem aquilo que foi uma recomendação e que nós confiámos, em grande, que seria resolvida. Há exatamente um ano, exatamente porque foi dia 20/12/2021 que estivemos aqui, apresentámos uma recomendação que tinha a ver com arrendamento acessível, especificamente ao lado do centro de São Miguel, na zona da Guarda Gare. Volto a referir que num dos casos identificados pelo Bloco de Esquerda, apesar do projeto apresentado contemplar o cumprimento das regras no que toca à lei das acessibilidades, isto não foi aplicado no terreno. Temos uma pessoa, pelo menos, em casa, que não consegue sair de forma autónoma. Foi recomendado há exatamente um ano que esta situação se resolvesse e recebi como resposta do Senhor Presidente e passo a citar: que estaria de “acordo em relação à responsabilidade municipal nas suas habitações” e que, “naturalmente é esse o caminho que continuaremos sempre a fazer e que estamos obrigados a fazer para todas as pessoas que dela necessitam. Hoje são eles e amanhã somos nós e é sempre assim que devemos ver estas matérias”. Na minha opinião, não precisamos de ter esta conceção de: hoje são eles, amanhã somos nós. A função de todas e de todos nós é analisar as situações e fazer com que todo o espaço público seja acessível a toda a gente. Portanto, não preciso de ter qualquer dificuldade de mobilidade para pensar nestas questões. Há um ano falámos sobre isto, recebi esta resposta e há um ano que a situação se mantém exatamente igual. Portanto, desta vez trazemos uma moção. A discussão é grande, não é? As moções vão ser ou não vão ser recebidas e tratadas pelo por este Executivo Municipal. No entanto, «Pelo exposto, a

Assembleia Municipal da Guarda reunida em 20 de dezembro de 2022, delibera:

- Comunicar à Câmara Municipal a sua vontade de que, no primeiro semestre do ano de 2023, seja realizada a identificação e respetiva adaptação das habitações municipais utilizadas por população com mobilidade reduzida.» Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Se alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado desejar intervir, faça favor. Não havendo, colocava a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

- **Aprovada, por unanimidade, com setenta votos a favor.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Moção do grupo PG: Pela saúde da Guarda. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Bom dia a todos, novamente. Cumprimentar, outra vez, todos os presentes. A moção é longa, portanto, eu vou fazer uma apresentação breve. Esta moção surge de algumas intervenções que já fomos tendo nesta Assembleia já neste mandato, nomeadamente do Dr. João Correia, em abril de 2022, que foi muito completa e assertiva. E, para além dessas intervenções que já houve, é reconhecer que, desde então, as coisas pioraram em algumas áreas com insuficiências e debilidades em especialidades da ULS da Guarda, que abrange quase cento e quarenta mil cidadãos, treze concelhos e um território que é disperso geograficamente. Os alarmes soaram provavelmente mais, com o possível encerramento da urgência de Ginecologia/ Obstetrícia e do Bloco de Partos, em outubro deste ano, mas que foi empurrado, pelo Ministro, para 2023. Faltam onze dias para 2023. No entanto, a população, nós, e quem nós como eleitos servimos, sofre diariamente na pele dificuldades em várias especialidades, como a ortopedia, cardiologia, oftalmologia, gastroenterologia, a obstetrícia e ginecologia. Posto isto, eu acho que é um assunto que transversalmente preocupa toda a Assembleia e, da parte do poder local, como está a arquitetura legislativa neste momento, pouco mais pode ser feito. Tem havido reuniões regulares com as entidades envolvidas e relevantes para este tema, corporizou-se este espírito de colaboração num conselho consultivo e têm sido feitos alertas públicos e também apelos para soluções. Portanto, chegados a este momento, precisamos é de ações e por

isso é que vêm as deliberações desta moção, em que a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 20 de dezembro de 2022, vem mostrar-se extraordinariamente preocupada com a atual situação e futura evolução da saúde na ULS da Guarda; salientar a união e solidariedade dos elementos desta Assembleia em torno da defesa da prestação de cuidados de saúde de qualidade na ULS da Guarda; exigir junto do Governo a totalidade da obra da segunda fase do Hospital; convidar o Conselho de Administração a expor, numa próxima Assembleia, o retrato atual da ULS em termos de recursos humanos, especialidades médicas, tempos de espera, estratégia para o futuro e também o ponto de situação do Centro de Investigação Nacional para o Envelhecimento. Finalmente, exortar ainda os nossos Deputados à Assembleia da República para que lutem ativa e intensamente pela Saúde na Guarda, apresentando medidas que promovam a atração de profissionais de saúde; intervindo ativamente na permanência e funcionamento da urgência de Ginecologia/Obstetrícia e Bloco de Partos; e também questionando, visto que foi aprovada a audição do Diretor Executivo do SNS a 14 de dezembro, nessa audição qual é que é a perspetiva e quais é que são as medidas pensadas para a ULS da Guarda. Finalmente, e dada a gravidade, enviar a vários parceiros e entidades relevantes nesta área. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre esta matéria? Faça favor.”

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Entramos agora numa série de três moções que, realmente, de alguma forma, o grupo do PG desrespeita o Executivo e o senhor Presidente. Eu, há pouco, tinha-me enganado, senhor Deputado. Realmente, às vezes, algum grupo consegue desrespeitar o Executivo. É assim. Quais são as responsabilidades do senhor Presidente? O senhor Presidente não reuniu? O senhor Presidente não prometeu, em campanha eleitoral, que todos os meses reuniria com o Presidente da ULS da Guarda? Nós estamos totalmente, na sua grande maioria, de acordo com esta moção e iremos votá-la favoravelmente, desde que tirem, por favor, a questão de ter que vir a esta sala a Administração da ULS. Não faz sentido nenhum. O senhor Presidente de Câmara que trabalhe.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “A moção que aqui é apresentada não é de todo desinteressante. Pede tudo. Responsabiliza todos, ou melhor, quase todos. Depois do meu apelo nesta Assembleia, há mais de meio ano, algo mudou? A minha pergunta é esta. Eu pedi a intervenção de todos. Pedi do poder central, pedi do poder local, pedi de todos e acho que bem. Todos concordarão que algo mudou. A resposta é, na verdade, sim. Mudou para pior. Nos últimos seis meses estamos pior. O retrato que eu aqui tracei é agora pior do que era em abril. O que é que foi feito pelo poder central? Fez o mesmo que fez no resto do país. Aí não nos podemos queixar. Ou seja, não fez nada. Uma mão cheia de nada. O que foi feito pelo poder local aqui na Guarda? Outra mão cheia de nada. Esperávamos ver no orçamento que aqui será apresentado hoje à tarde, esperávamos ver propostas de contratação de um seguro de saúde para as pessoas mais carenciadas, para terem acesso às consultas que a ULS não lhes faculta atempadamente. Uma consulta de ortopedia pode demorar dois anos para decidir por uma cirurgia que, depois, por ação do poder central, será feita em seis meses. Isto é um contrassenso absoluto. As pessoas esperam dois anos para terem uma decisão. E, nada, não vimos nada. Esperávamos ver aqui apresentado um projeto de uma clínica moderna, com valências que foram aqui referidas pelo Deputado José Rodrigues. E esperávamos projetos de habitação para fixar população, nomeadamente técnicos de saúde. Também não vemos nada no orçamento. Enfim, esperávamos. O que temos então? Duas mãos cheias de nada. E para que nada fique resolvido, criar-se-á um Conselho Consultivo de Saúde. Terá, quiçá, como missão, avaliar, diagnosticar e propor. Adiar, talvez, direi eu. E mantermo-nos de mãos vazias. Esta moção, de tão ambiciosa e pretensiosa, correrá igualmente o risco de seguir o mesmo caminho de outras já aqui apresentadas. Isto tem sido o mote, e é interessante porque tem sido o mote de toda a manhã: as moções já aqui apresentadas o que é que lhes aconteceu? E, já agora, senhor Presidente, fica aqui o desafio, senhor Presidente da Assembleia, fica aqui o desafio para apresentar, se for possível, os resultados das moções até aqui já aprovadas por nós durante este ano. Será interessante perceber o que é que lhes aconteceu. Que resultados é que obtivemos. E, portanto, fica aqui este desafio, dado que o senhor é o nosso representante quando orienta as moções. Depois, pedir ao Presidente do Conselho de Administração para vir aqui, ele virá se quiser. Portanto, esta moção também vale o que vale. Mas é estarmos já a entrar noutra caminho e, na verdade, não responsabilizarmos o senhor Presidente

da Câmara que prometeu reunir todos os meses até ver os assuntos resolvidos. E eles não estão resolvidos. Ponto. Estamos pior do que estávamos em abril. É só isso. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **Manuela Fernandes, Deputada (PS):** “Sim, defendemos a Saúde na Guarda. Não podemos é concordar com tudo aquilo que está explanado. Apenas a título de exemplo, e de acordo com o Relatório Analítico da Atividade Assistencial e Desempenho Económico-Financeiro, designado Radef, informação pública e atualizada na página da ULS da Guarda, e, repito, a título de exemplo, as consultas de urologia aumentaram 37,3% face ao mesmo período de 2021. Por exemplo, também em oftalmologia houve um aumento de 101,8% relativamente ao período homólogo. Apesar dos constrangimentos, por todos conhecidos, em fixar gente na Guarda, a ULS está a trabalhar para a redução das listas de espera e para uma maior abrangência aos cuidados de saúde. Por outro lado, tem sido um desígnio dos Governos do Partido Socialista, o investimento na saúde na Guarda. Recordo que o pavilhão novo do Hospital foi uma obra lançada pelo Partido Socialista. A tão desejada obra do edifício 5, Departamento da Mulher da Criança, foi uma promessa do Governo PS e já hoje está no terreno. A requalificação do edifício da Psiquiatria, no valor de 1,8 milhões, vai começar em breve. Está também programada a reabilitação do Edifício António de Lencastre para a instalação da Unidade de Saúde Familiar Ribeirinha, que hoje se encontra em instalações arrendadas e pouco funcionais pertencentes à Santa Casa da Misericórdia. Outros investimentos se avizinham. Há diversas candidaturas ao PRR para os diferentes Centros de Saúde do distrito, totalizando este um possível investimento em mais 11 milhões de euros. A segunda fase do Hospital é, sem dúvida, a principal prioridade de investimento por este Governo na Guarda, contrariando a hipoteca do Hospital feita à altura do PSD, quando não foi executada a segunda fase do Hospital. Relativamente ao pedido de exortação aos Deputados, dizer-lhe que os Deputados eleitos pelo Partido Socialista questionaram já o senhor Ministro da Saúde concretamente ao edifício Rainha D. Amélia e ao edifício do antigo Sanatório. A resposta foi simples: estas obras, diz o Ministro, tal como todas as outras que foram sempre lançadas por Governos do PS. Gostaria de deixar aqui algumas questões ao senhor Presidente. Relativamente à

maternidade e àquilo que veio na comunicação social, senhor Presidente, já agendou a reunião com o Ministro da Saúde, conforme fizeram já os seus colegas, por exemplo, de Famalicão, Barreiro e Vila do Conde? Para quando? Das reuniões regulares que tem tido com Conselho de Administração, o que lhe tem sido transmitido? Precisa o Conselho de Administração vir a esta Assembleia fazer o retrato? Não será da competência do senhor Presidente da Câmara trazer estas informações? Sim, deve o Governo tomar medidas para a atração de profissionais, mas compete ao senhor Presidente da Câmara, em primeira instância, tornar a cidade atrativa e ter condições para os receber. Condicionamos o nosso voto à resposta a estas questões. Sim, defendemos a ULS da Guarda. E, sim, defendemos a saúde na Guarda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Sobre a intervenção do Dr. João, reconhecer que as competências de saúde e, então, por termos uma ULS...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe imensa desculpa de interromper. O grupo PG tem dois minutos e vinte e nove segundos e ainda tem depois duas moções para apresentar. Portanto, sucinto.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Sucinto. As competências em saúde, até por sermos uma ULS, são fundamentalmente do Governo. Depois, em relação ao...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não percebo.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ó senhor Presidente, aquilo que tem acontecido nesta Assembleia, e bem, é que as moções têm sido contabilizadas naqueles seis minutos...” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “E estão a contar. O PS esgotou o tempo.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Mas, neste momento, o PG terá depois, a seguir, tempo para a leitura das moções.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Sim. Para a discussão é que não.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Posso continuar, senhor Presidente? Em relação à intervenção do Partido Socialista, reconhecemos os esforços e foram dados passos

importantes, em termos da saúde e requalificação de infraestruturas, nos últimos anos. Mas o comunicado que nós citamos na moção é bastante claro. Há várias especialidades que correm riscos sérios, sobretudo de produção cirúrgica. E isso é a realidade com que nos confrontamos atualmente. Todavia, dada a sugestão, nós reformularemos o ponto 4, para que a ULS, no Conselho Consultivo da Saúde, possa fornecer esses dados e depois sejam transmitidos pelo Executivo numa futura Assembleia.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, portanto, altera o ponto 4, onde constava convidar o Conselho de Administração a vir expor, para? Pode redigir, faça o favor. Não sei se há mais alguma intervenção sobre este tema? Aguardávamos, por favor, a alteração que o grupo está a fazer. Então, se me permitem, para não perdermos tempo, enquanto o senhor Deputado altera o ponto 4, passávamos à seguinte moção. A Guarda e a Unidade de Emergência de Proteção e Socorro, UEPS. Faça um favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia a todos, mais uma vez. De uma forma sintética, porque o texto está disponível para todos. Lembrar que, em boa hora, em 2019, o Executivo Municipal solicitou esta unidade para a Guarda. Sabemos que depois, em 2019 ainda, de uma forma provisória, as instalações foram sediadas em Coimbra e houve gastos do erário público para fazer essa instalação. Em novembro de 21, o senhor Ministro Eduardo Cabrita fez aquilo que nós consideramos o primeiro ato formal de dizer que a UEPS vem para a Guarda, quando nos entregou o estandarte. Sabemos que, depois, o senhor Ministro foi embora, a senhora Ministra Van Dunem tomou conta da pasta. Entretanto, depois, o Governo caiu ou fizeram-no cair e, em janeiro, o senhor Presidente atual enviou uma carta, uma nova carta ao senhor Ministro José Luís Carneiro a dizer: nós queremos e estamos disponíveis para fazer tudo para termos as instalações, sediar esta unidade. Em maio, o senhor Presidente da Câmara volta novamente a insistir. Em outubro de 22, aquando da visita de algumas altas patentes, há uma reunião formal com o Presidente do Executivo para, de certa maneira, se arranjar um espaço. Porque o espaço é sempre, com estas entidades, aquilo que nós temos para oferecer e aquilo que elas querem. Não pode ser o Executivo que diz: o fato é este. Sabemos que é assim e eu penso que deve ser de uma forma articulada que estas coisas devem progredir. Depois, sabemos todos que, quando esteve aqui o senhor José Luís Carneiro, o senhor Ministro,

disse que: eu reafirmo o compromisso político de ficar na Guarda. Nós agradecemos. E disse: vamos tratar das instalações e isto é um assunto essencialmente do Executivo. E essa articulação tem que continuar. É isso que nós queremos. Porque, verdadeiramente, todos estamos de acordo que precisamos sediar as instalações, são altos quadros, é um número significativo e todos sabemos quanto a Guarda precisa de gente e de novas valências. Assim, a Assembleia Municipal, é a nossa proposta de texto, reunida em 20 de dezembro de 22, delibera: Primeiro, que o Governo, representado pelo Ministério da Administração Interna, formalize, documento formal, com a celebração do Protocolo de Colaboração, que será assinado por todas as entidades a sediar esta UEPS na cidade da Guarda. No fundo, aquilo que o senhor Presidente anda sempre a dizer: o preto no branco. O preto no branco. Segundo, que a Câmara Municipal, em articulação com o Governo e com a GNR, em articulação, crie as condições para que as instalações necessárias à sediação da UEPS na cidade seja uma realidade no mais curto espaço de tempo...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, faço-lhe um apelo à sua síntese.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Sim. E apelar, ainda, a um amplo consenso político de todos os que aqui estamos, tendo em vista a resolução deste problema. Esta moção será enviada às entidades que superintendem sobre a matéria.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Algum Senhor Deputado deseja intervir? Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Dizer-lhe, senhor Presidente, que pedimos ao grupo do CHEGA dois minutos do tempo, dos quatro minutos do CHEGA... Pronto, mas já falámos. Por isso é que estávamos a dizer. Obrigado. Obrigado. Não fui eu que tratei isso. Certamente não vai ser necessário, até porque o PG ainda tem mais uma moção para ler. Relativamente a esta questão da UEPS, aqui sim, senhor Presidente, aqui chega-se a um fenómeno total que é o PG, neste momento, estar a dizer ao senhor Presidente que precisa do apoio desta Assembleia Municipal para cumprir com aquilo que lhe compete. O senhor Presidente fez uma série de reuniões, como está aí escrito na moção do PG, com vários Ministros e que todos lhe disseram que seria aqui instalada a UEPS.

Soubemos, no outro dia, o Senhor Ministro, quando questionado, e de uma forma simples, sem qualquer tipo de atirar culpas para ninguém, disse: sim senhora, a UEPS é para colocar na Guarda, precisamos que a Câmara forneça instalações ou arranje instalações. Mais, as instalações, aquilo que nós sabemos, é que as instalações até são todas estatais, aquelas que estão em cima da mesa ou que estavam em cima da mesa. Neste momento, nós já não sabemos nada. É assim, senhor Presidente, quando as coisas vêm de trás e até estão bem feitas, não sei porque é que não se há de seguir. Agora, a questão que eu acho que o PG devia aqui vir colocar, é assim: o que é que se passou nessas reuniões, senhor Presidente? O senhor Ministro deu ou não deu garantias, senhor Presidente? E, depois, pergunto-lhe também, senhor Presidente, se acha correto, se acha correto, eu também não sei, eu aqui ponho nas mãos do senhor Presidente... o senhor Presidente está a negociar e, entretanto, aquilo que põe aqui em causa é a palavra de um Ministro. Porque os senhores querem uma coisa escrita em que o senhor Ministro assine. Eu percebo-vos. Eu percebo-vos. Claramente é melhor isto, porque as moções que aqui são aprovadas não são cumpridas. Eu tenho por norma aceitar aquilo que os Ministros e que os senhores Presidentes de Câmara dizem. Senhor Presidente, de certeza absoluta que quer ver aprovada esta moção? Quer trabalhar com os Ministros do Governo da República desta forma? A colocar em causa a palavra, senhor Presidente? Por favor, senhor Presidente! Aquilo que o Ministro precisa, neste momento, é que haja instalações. Mais, nós todos precisamos que existam mais cento e cinquenta postos de trabalho, estes reais e não imaginários, na Guarda. Precisamos que estas pessoas e estas famílias venham para a Guarda, senhor Presidente. Senhor Presidente, saia daqui, vá a Lisboa, faça tudo o que puder. É isto que se exige. Não somos nós. Isto é que não é uma responsabilidade nossa. Isto não, senhores Deputados do PG. Isto é uma responsabilidade do Executivo, é uma responsabilidade do senhor Presidente. Eu tenho a certeza absoluta que o senhor Presidente quer assumir esta responsabilidade.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “Muito bom dia a todos. Senhor Presidente, permita-me que assim passe já à intervenção em relação a esta moção. Ora

bem, sejamos claros de uma vez por todas. Afinal, não foi o ex-Ministro da Administração Interna que afirmou e garantiu na Guarda, creio eu, e se a memória não me falha, foi precisamente nesta mesma sala, a localização deste serviço? Afinal, não foi o atual Ministro da Administração Interna que afirmou na Guarda que essa unidade só ainda não foi instalada na Guarda porque o assunto está nas mãos da Autarquia? E, agora, depois disto, quer o grupo municipal PG consenso político? E assinatura de protocolo? Não deveria querer exigir e reivindicar que o PS cumpra aquilo que prometeu à Guarda? Senhor Presidente, o que se passa com o seu poder reivindicativo? A sua autoridade, a sua vontade combativa de lutar pelos interesses da Guarda? Está um pouco adormecida, parece-nos. Senhor Presidente, vamos a questões concretas. Dignos, por favor, se esta unidade já tem localização prevista e para quando? Para quando? Será, senhor Presidente, que aceita Vossa Excelência arcar com o ónus da culpa de tal atraso na fixação desse serviço na nossa cidade? O grupo municipal do Partido Social Democrata, diante desta passividade e subserviência, abstém-se a esta moção apresentada pelo grupo municipal Pela Guarda. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja intervir sobre este tema. O senhor Presidente da Câmara foi chamado à colação, não sei se quer falar agora, se fala no fim das moções todas. Fala no fim. Muito obrigado.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Sobre a necessidade ou não de compromissos formais, eu não sou um indivíduo particularmente com uma memória lá muito boa, mas sempre diria que já ouvi várias vezes que a segunda fase vai-se concluir. Li o protocolo de quantas especialidades ia haver nesta segunda fase. E eu não digo zero porque não utilizo máximos nem mínimos, normalmente eu ando pelo centro. E, efetivamente, eu penso, eu quero que o Executivo da Guarda se comprometa formalmente com o Executivo, este e o próximo, seja ele de que partido for. O município tem que ter uma política clara de investimentos em ações concretamente contratualizadas, porque se tivéssemos seguido aquilo que vários Ministros nos prometem, já várias vezes fomos defraudados. E é isso que eu não quero. Quero, obviamente, os cento e cinquenta postos de trabalho altamente qualificados. Se forem trezentos, melhor. Se forem outras

valências melhor. É isso que eu quero que o senhor Presidente da Câmara faça, mas depois de efetivamente estar contratualizado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Então, iríamos colocar já à votação esta moção. E depois voltaríamos um pouco atrás, à moção da saúde. Já leio ponto 4 que foi alterado.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **A Guarda e a Unidade de Emergência, Proteção e Socorro - UEPS** -----

- **Aprovada, por maioria, com quarenta votos a favor e trinta e duas abstenções.** -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Abstemo-nos por respeito ao senhor Presidente e às competências deste. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. A moção pela Saúde, o ponto 4 diz o seguinte. Em lugar de chamar o Presidente do Conselho, diz: *«solicitar que o Conselho de Administração da ULS informe sobre o estado da situação relativamente a recursos humanos, oferta de especialidades médicas, tempos de espera, estratégia para o futuro e o ponto de situação do Centro de Investigação Nacional para o Envelhecimento, para que o Presidente da Câmara possa, em Assembleia Municipal, transmitir esses dados.»* Não sei se algum senhor Deputado se quer pronunciar sobre esta alteração? Muito obrigado. Colocava à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pela Saúde da Guarda** -----

- **Aprovada, por unanimidade, com setenta e dois votos a favor.”** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Última moção, pelo início das operações do Porto Seco em 2023.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Tenho, então, zero segundos para falar. Muito bom dia a todos. Permitam-me cumprimentar toda a gente na pessoa do senhor Presidente. Vou fazer só aqui... dois segundos. Como alguém famoso nesta casa dizia há uns anos: que não seja por falta de dinheiro que as coisas deixam de ser feitas. Isto, em relação às moções. Ok? É só isso que vos quero dizer. Quer dizer, temos uma maioria, temos uma minoria na Câmara. E se houvesse uma minoria, uma maioria da oposição, nós seríamos

obrigados a cumprir todas as vossas moções. É isso que querem dizer, não é? Pronto, Ok. Estamos conversados. Pelo início das operações... Ok, mas há muitas moções que são aprovadas e têm declarações de voto. Vão vê-las, o que é que lá está. Tudo aquilo que implique... Ok. Ok. Está certo, está certo. Que não seja por falta de dinheiro. Que não seja por falta de dinheiro. Então, vou passar à minha moção. Muito bom dia a todos. Senhor Presidente, posso?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço desculpa. Um pouco de atenção. Muito obrigado.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “A Guarda tarda em usufruir da sua localização geográfica privilegiada. O facto de se encontrar na intersecção de duas autoestradas e de duas vias férreas dá à nossa cidade uma projeção ibérica que é fundamental concretizar. Está na hora de isso acontecer e esta é uma das lanças dessa projeção. A Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo demonstrou, há algum tempo, interesse em instalar aqui um Porto Seco. Será necessário, entre outras coisas, um projeto, um terreno e a construção de infraestruturas rodo e ferroviárias de apoio. Estamos a falar de um espaço temporal de, no mínimo, três anos, tempo esse que não temos, sob pena de aqui ao lado, em Espanha, termos cidades que aproveitarão esta oportunidade dentro de pouco tempo. Urge dar o tiro de partida, com a instalação, numa primeira fase, de um Porto Seco no espaço contíguo à estação, no terminal rodoferroviário aí existente, salvaguardando que o Porto Seco instalado nesse local nunca exceda a área existente, ou seja, que nunca se possa ampliar para junto das casas do Bairro N^o Sr^a de Fátima. Temos, assim, as condições para começar já, criando hábitos nas empresas na forma como podem transportar as suas mercadorias de um modo mais eficiente, reduzindo custos. Depois de estarem cá, outras virão, pelo que será necessário mais espaço. Assim, paralelamente, deverão iniciar-se os procedimentos que visem a instalação de um Porto Seco definitivo, longe da malha urbana, com uma área muito superior e com os acessos rodoferroviários correspondentes. Face ao exposto, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 20 de dezembro de 2022, delibera o seguinte: 1) Reforçar, junto da APDL, a instalação do Porto Seco com a máxima brevidade e ainda em 2023 no atual terminal rodoferroviário; 2) Que este local a disponibilizar numa primeira fase, seja apenas e sempre temporário, até que se arranje

um local definitivo num prazo relativamente curto, findo o qual as operações deverão, aí, cessar. A presente Moção deverá ser enviada para o Conselho de Administração da APDL.» Tenho dito, obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Está aberta a discussão sobre esta moção. Está inscrita a senhora Deputada Bárbara Xavier. Faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, bom dia. Apesar de concordarmos com a ideia, vamo-nos abster devido ao local. Ou seja, não vemos a necessidade de haver um local temporário, durante um tempo que não é determinado, para depois existir outro. E não temos confiança que um local temporário depois não venha a demorar imenso tempo para ser alterado. Falamos numa zona habitacional com a qual nós nunca concordámos. Portanto, vamo-nos abster da moção porque ela não prevê o que é que é este pouco tempo, o que é que é o temporário. E sabemos perfeitamente que neste país e nesta cidade o temporário com impacto dura montes de anos. Portanto, não queremos estar aqui novamente a debater que aprovámos algo temporário sem um tempo definido e que teve impacto sobre a população. Portanto, não podemos votar favoravelmente.” –

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Eu só venho dizer aqui uma coisa muito simples. Se esta moção, por acaso, for parar ao gabinete da APDL, o Nuno Araújo, do Conselho de Administração da APDL, vai-se rir à gargalhada. Senhor Deputado, a APDL tem a concessão do terminal rodoferroviário por Decreto-lei. Se é por Decreto-lei, o senhor não pode pedir à APDL. Portanto, tem que pedir ao Governo que haja um Decreto-lei revogatório que lhe tire esta zona de implantação inicial. A atividade não vai cessar. Foi atribuída por decreto-lei. Está aqui, em anexo. O que é que o senhor está a pedir? Isto é uma moção contrária à lei. Isto não faz sentido absolutamente nenhum. Portanto, a zona de implantação inicial vai continuar e não vai cessar. Para cessar teria que haver um Decreto-lei revogatório. Isto não faz sentido absolutamente nenhum. E o PSD vai-se abster, não quer estar associado a esta salganhada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor. Estava inscrito o senhor Deputado Miguel Borges. Já lhe dou a palavra. Muito obrigado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Neste caso eu acho que o PG se enganou. Não queria ser para o Porto de Leixões, provavelmente era para o senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda. Se quiserem ler, as duas propostas que lá estão, vejam como cabem bem naquilo que são as funções do senhor Presidente da Câmara da Guarda. São! É o Senhor Presidente da Câmara da Guarda que tem, conjuntamente com o Porto de Leixões, de rapidamente tratarem disto. Eu, neste momento, não estou a dizer que a questão seja do Porto de Leixões ou seja da Câmara da Guarda. Mas como dizia agora o senhor Deputado, quer dizer... aquilo que aconteceu é assim: o Decreto-lei está feito. Entendam-se! Mas entendam-se o Senhor Presidente mais a Administração do Porto leixões. É isto que se pede. Não é à Assembleia Municipal que compete uma situação desta. É ao Senhor Presidente de Câmara. Vamos lá ver. O senhor Presidente de Câmara, eu, sinceramente, eu tenho a certeza absoluta que o senhor Presidente de Câmara tem peso político. Não precisa de vir aqui desta forma, senhor Presidente de Câmara. O nosso Governo ouve-o, senhor Presidente de Câmara. Tenho a certeza absoluta. Tenho a certeza absoluta que o Porto de Leixões, a administração do Porto de Leixões também o ouve, senhor Presidente. Não precisa disto, senhor Presidente.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Eu acho que não perceberam bem o que se veio aqui fazer. Não perceberam. Primeiro, o peso que tem uma decisão de uma Assembleia Municipal... não, não... desculpem... posso? É verdade que o Decreto-lei está criado. É verdade. Portanto, está tudo definido. A questão não é essa. O que se pretende aqui é que haja uma clara... onde isto vai ser entregue. Perceber-se que a Guarda quer muito o Porto Seco. E quer já. Porque vocês fazem ideia quanto é que demora comprar terrenos, expropriar terrenos, no caso, fazer projeto, infraestruturar? Fazem ideia quantos anos é que...? São seis, sete anos. O que é que vocês preferem? Preferem o quê? Que as coisas sejam feitas logo num sítio que não é aquele sítio? Tem que ser outro. Está bem. Mas sete anos. E o que é que se passa em sete anos? As coisas têm que ser agora para se criarem hábitos, para as empresas chegarem, fiquem. E, depois, com tempo... E nós sabemos que estas coisas, precisamos de dinheiro. E o dinheiro vem lá de

cima e o Governo do PS não se tem portado muito bem com a Câmara da Guarda nos últimos anos. Portanto, é claro aqui o que se passa. É a população da Guarda, a qual nós representamos, quer o Porto Seco, já, em 2023. Depois,... No local certo, sim. Mas o problema... no local certo, não. Para já porque os estatutos delimitam aquele espaço. O que está aqui inicia aquele espaço. Mas também não extravasa aquele espaço. Sim, mas não extravasa aquele espaço. E na moção está claríssimo que nós não queremos para além daquela área que lá está neste momento cimentada. Ok? Agora, se vocês preferem perder uma oportunidade destas só porque não querem naquele sítio, eu acho que a cidade tem muito mais a perder com isso, do que instalar naquele sítio e depois ir para outro local com maiores dimensões. Desculpem lá, é isso que nós vimos trazer aqui. Ok? Um reforço desta vontade da cidade da Guarda, ok? É só isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Bem, eu começo a ficar preocupado com a postura que eu ouço vinda do Movimento Pela Guarda. É sempre: a lei não importa, vamos mas é fazer com que se cumpra. Já é a segunda vez que eu ouço isto nos últimos quinze dias. Primeiro, no Conselho Municipal da Juventude, quando a senhora Vereadora diz: “ai, se preferem que os jovens não deem opinião a cinco dias da Assembleia Municipal por se agarrarem aos pormenores legislativos, pronto, então não se faz”. Agora o senhor Deputado que vem dizer a mesma questão: “ai, preferem não ter o Porto Seco por não estar no lugar certo?” Não é preferir não ter. Nós queremos ter. Mas se as coisas estão feitas de uma determinada forma é por algum motivo e quero que se cumpra como as coisas estão definidas. É só isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se? Peço desculpa. Senhor Deputado, se se deseja pronunciar, faça favor. Não desejam? Então, colocava esta moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pelo início das operações do Porto Seco em 2023** -----

- **Aprovada, por maioria, com trinta e cinco votos a favor e trinta e nove abstenções.** -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Entrávamos, agora, no período... declaração de voto? Faz favor.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “O que eu acho inacreditável é como é que é possível, no início desta moção, dizer-se: para se dar o tiro de partida do Porto Seco. Os senhores não sabem o que é o Porto Seco. Isto é que me deixa... isto deixa-me assustado! Primeiro lugar, deixa-me assustado. O Porto Seco é um estatuto jurídico, acima de tudo. É um estatuto que permite a criação da janela única logística, que é, e eu passo a citar, uma lei, ou seja, uma lei que permite...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, este tempo é para uma declaração de voto...” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “E eu vou fazer, eu vou concluir...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não é fazer comentários, outra vez, sobre a moção.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, eu vou concluir e vou dizer porque é que o PSD se abstém. Porque a verdade, abstém-se porque isto é uma questão de fundo. Os senhores não percebem, não sabem o que é o Porto Seco. Não sabem! Porque a questão é, o Porto Seco pode-se aplicar a qualquer empresa da Guarda. É um estatuto jurídico que permite que as empresas tenham o trânsito, tratamento, armazenamento e despacho alfandegário das mercadorias. E é por isso que o PSD se abstém, porque esta proposta não tem cabimento nenhum. E o ponto 2 é contrário à lei, porque está em decreto-lei que a APDL vai ter a zona de implantação inicial. É só isto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Declaração de voto. Muito obrigado. Faça favor, tem a palavra.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Quando se fala em tiro de partida, é tiro de partida para a instalação. Já sabemos que que a lei já está há muito tempo, desde 2022.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Deputado tem a palavra. Declaração de voto, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Uma declaração de voto só, muito simples. Primeiro, o que eu votei é: Porto Seco e já. E a seguir uma perguntinha: onde é que o senhor Deputado tem o centro de explicações?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Faça favor.” -----

- **Miguel Bandarra, Deputado (PSD):** “Bom dia a todos. Só para dizer que, obviamente, e acho que é comum a todos os presentes aqui na sala, todos queremos o Porto Seco aqui na Guarda. Mas eu absteve-me porque, se bem se lembram, na campanha eleitoral, este Executivo lançou vários outdoors aqui na cidade que diziam: Porto Seco sim, no local certo. Já sabemos, até à data, que o local certo para este Executivo não é este atual. Portanto, até que eu não saiba qual é que é o local ideal, para este Porto Seco, para este Executivo, votarei sempre com abstenção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Nós abstivemo-nos porque o Governo... portanto, existe o Decreto-lei. Esta situação está nas mãos do Executivo, está nas mãos do Porto de Leixões. Deixemos que essas duas instituições trabalhem no sentido do mais rapidamente possível termos a instalação do Porto Seco na Guarda, num local que seja bom tanto para o Executivo como para a APDL.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Terminámos o tempo das moções e das recomendações. Vamos entrar no tempo das... Declaração de voto. Declaração de voto, peço desculpa, não são perguntas. Pode fazer noutro tempo. Agora, neste momento, é declaração de voto, só. Entramos no período chamado período político. Tenho aqui a inscrição do grupo do PSD. Duas intervenções. O tempo está esgotado. Irmãmente não foi porque só têm quarenta e três segundos. Acho que isso não é muito irmãmente. Mas peço-lhe o seu poder de síntese porque depois ainda têm o Miguel Bandarra. Muito obrigado.” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Ora bem. Não somos alheios aos graves problemas estruturais e de responsabilidade exclusivamente política que o nosso país atravessa. Como consequências, temos o fraco crescimento económico, em comparação com os países de leste, e a perda de lugares

no ranking da Europa em termos de PIB per capita. Para isso, claramente que urgem reformas estruturais. Creio que os presentes entenderão que as propostas fiscais para o interior têm de assentar numa pública e notória consideração de uma política redistributiva, para a qual o Orçamento de Estado é o maior e o melhor instrumento, instrumento esse que deve verter e assumir o princípio da equidade, priorizando assim as políticas do interior. Será necessário recordar ao Governo Socialista que a coesão territorial é um princípio constitucional e que é um desígnio dos fundos de coesão atribuídos pela União Europeia? Esta é a realidade de um país de que quem o governa tem descurado o combate às disparidades regionais e que tem levado à perda de competitividade da economia nacional num estado democrático que, independentemente da ideologia política, tem necessariamente de estar ao serviço dos cidadãos. A realidade é que aquilo que dita a espuma dos dias de todos os portugueses é que vivemos hoje num país onde são os cidadãos que estão ao serviço de quem nos governa. Em suma, sobre o Orçamento de Estado para 2023, não podemos deixar de constatar que se trata de um orçamento que deixa antever empobrecimento nacional, continuidade da degradação dos serviços públicos, asfixia fiscal, ausência de perspetivas de crescimento e de relevantes mudanças estruturais e que persiste ainda naquelas táticas ilusionistas de atirar areia aos olhos dos portugueses. Mas vamos também a questões concretas e que interferem com aquilo que é a política local, porque a Guarda precisa precisamente dessas garantias, de certezas e da esperança sustentada na verdade. Sobre os Passadiços do Mondego, senhor Presidente da Câmara Municipal, admito que concordará que é este um grande projeto encetado em boa hora e com o devido poder reivindicativo do Autarca Social Democrata de então, quando esse mesmo projeto veio a conhecer o apoio da CCDR Centro e, por essa via, a garantia de fundos comunitários para a sua execução. Mais um dos marcos positivos da governação Social Democrata, presidida por Álvaro Amaro, da qual Vossa Excelência pertencia e que parece que o esqueceu à data da inauguração. Como é de bem-nascido, ser-se bem-agrado, foi com justiça que encontrámos esse reconhecimento nas palavras da senhora Ministra da Coesão, que recordou todo o processo com a clarividência de quem atribui o seu a seu dono. E refiro-me, naturalmente, ao precursor do projeto e à equipa com que o acompanhava, onde incluo, naturalmente, todos. Também num passado não muito longínquo, foi o senhor Presidente que se arvorou, e bem, com o critério de que

se deve adjudicar na Guarda e priorizar o tecido empresarial local. E agora pergunto se, a adjudicação da conceção e desenvolvimento do plano de marketing para a promoção da marca Passadiços do Mondego a uma empresa de Peso da Régua, não se apartará daquelas suas boas intenções? O mesmo se passa com o plano de modernização tecnológica, por exemplo, adjudicado a uma empresa de Castelo Branco. Ou até da adjudicação para o fornecimento de produtos de pastelaria para as UAC e bar do Município a uma empresa de Celorico da Beira. Ou a adjudicação dos outdoors espalhados por toda a cidade a uma empresa de Viseu. Sublinho que o Município da Guarda pode ser, se assim quem o governa o decidir, um importante motor na dinâmica económica e impulsionador da inovação local e regional. Sobre o Hotel Turismo há tanto para dizer...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, depois ainda tem outro colega inscrito. Muito obrigado.” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “Certo. Só em relação ao Hotel Turismo, se me permite e desculpe-me, senhor Presidente. Naturalmente que, apesar de estranharmos não ter sido um membro do Governo, uma das senhoras Ministras que tem tanto laço afetivo à nossa cidade, ou até mesmo o senhor Ministro da Economia que faltou à cerimónia do Dia da Cidade, ou o senhor Secretário de Estado que substituiu, ou o senhor Presidente da Câmara Municipal a anunciar que o Hotel passará a integrar a rede das Pousadas de Portugal do Grupo Pestana. Senhor Presidente, não deixe perder o necessário capital de influência, o seu. Aquele pulso firme e o poder reivindicativo a que vínhamos acostumados. O PSD, o grupo municipal que o representa, recusa-se a entregar-se ao conformismo. Sentimo-nos convocados a exigir e reivindicar sempre mais e melhor para a Guarda. Assim o saiba também fazer o senhor Presidente da Câmara Municipal e todos os presentes. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Bandarra.” -----

- **Miguel Bandarra, Deputado (PSD):** “Serei breve, serei breve. Obrigado. Bom dia, senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da Mesa, senhor Presidente de Câmara, senhoras Vereadoras, senhores Vereadores, senhores

Presidentes de Junta e senhores Deputados e Deputadas Municipais. A minha intervenção vai ser breve e venho falar sobre algo que me parece importante face à realidade atual da nossa cidade. No ano passado dia 18 de novembro, foi criada a central digital de táxis da Guarda. Central esta, e passo a citar, que funciona 24 horas por dia, sete dias por semana. Ainda citando, esta plataforma vem no seguimento de um acordo com taxistas a laborar no nosso concelho, iniciativa que partiu do Município da Guarda e vem colmatar um problema antigo na cidade e no concelho. Posto isto, gostaria de perguntar a este Executivo, na pessoa do senhor Presidente da Câmara, o modo de funcionamento desta central. Funciona mesmo 24 horas, sete dias por semana? Quantos taxistas, efetivamente, aderiram a esta medida? Por fim, quantas das centrais existentes no nosso concelho, das três existentes na cidade, estão conectadas a esta linha 24 horas? Relacionado também com este tema, gostaria de saber se o senhor Presidente tem conhecimento de que vários turistas que visitaram recentemente os Passadiços do Mondego e quiseram usufruir deste Serviço 24 horas, não tiveram sucesso devido à falta de cobertura de rede. No que diz respeito aos Passadiços, gostaria também de lhe perguntar, senhor Presidente, para quando a cobertura total de serviços complementares e fundamentais à segurança e plena fruição desta importante infraestrutura. Será apresentado e implementado o modelo de gestão e segurança? E, já agora, para quando uma sinalética digna e estratégica que oriente e conduza os turistas até aos locais onde podem iniciar o seu percurso nos Passadiços? Em jeito de conclusão, dizer apenas que uma central de táxis sem taxistas de nada serve. E em relação aos Passadiços do Mondego, apenas dizer que não podemos perder mais tempo sem estas infraestruturas basilares, que permitem aos turistas chegar ao local e, acima de tudo, saberem que também temos Passadiços. A competitividade deste destino deve ser a principal aposta. Se a estrutura não estiver nutrida de tudo aquilo que é necessário, pode ficar aquém daquilo que são as nossas expectativas e daquilo que a Guarda precisa, e, assim, não estimular a economia local. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Está inscrito o grupo PG. Não sei quem vai intervir, façam favor.” -----

- **Paulo Teixeira, Deputado (PG):** “Bom dia a todos. Na pessoa do senhor Presidente, cumprimento todos os presentes e aqueles que nos assistem através dos meios de

comunicação social. Pretendo ser breve e muito objetivo na minha vinda aqui. Pelo que me dirijo diretamente ao senhor Presidente da Câmara, cumprimentando-o com apreço e consideração, perguntando-lhe que nos esclareça e preste o ponto da situação/evolução, a nós e à cidade, de duas a três promessas eleitorais que ainda não vimos evoluir no terreno, mas que sabemos que não estão esquecidas. Para quando a aprovação do importante instrumento de desenvolvimento da nossa terra, Plano Diretor Municipal? Para quando o início de duas obras que a cidade muito anseia e muito precisa, a variante dos Galegos e a variante da Sequeira? Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não estando mais ninguém, nem havendo tempo, dava a palavra, se assim o entender, ao senhor Presidente da Câmara.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Bom dia a todas e a todos, senhor Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, senhoras e senhores Vereadores, aos senhores Presidentes de Junta, senhores Deputados, aos senhores Chefes de Divisão, Funcionários do Município, à Comunicação social aqui presente, a todos aqueles que estão na plateia e os que nos veem online. Bom, senhor Presidente da Assembleia, tentarei ser breve e telegráfico em algumas das situações que aqui foram ditas. No que diz respeito à questão da Biblioteca Municipal, boa intervenção, senhor Deputado José Rodrigues. Nós, e falando com a senhora Vice-Presidente, tentaremos encontrar, naturalmente, uma solução para ir de encontro às necessidades, às verdadeiras e reais necessidades dos nossos estudantes, sem exceção. Mas há uma coisa que nós não podemos fazer. No caso concreto, já lá vamos à sala de estudo, no caso concreto da Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço. Sabemos bem, quem frequenta sabe o acervo importantíssimo que existe naquela Biblioteca. Honra a quem a fez na altura grande, e impulsionou aquele excelente serviço, um serviço de excelência da nossa cidade e da nossa região. Nós não podemos triplicar o número de funcionários na Biblioteca Municipal para estarem a vigiar normalmente, conforme acontece durante a hora de expediente, entre as 9h00 e as 19h00 atuais. E, portanto, nós procuraremos encontrar uma solução para alargar o horário da Biblioteca e encontraremos certamente uma solução para uma futura sala de estudo, seja ela qual for, onde quer que seja, no centro da cidade, para ir de encontro às pretensões reais dos nossos estudantes, tal como diz,

e muito bem, o senhor Deputado José Rodrigues, que consta do programa eleitoral do movimento independente Pela Guarda. Portanto, é nessa senda, é esse o caminho que nós iremos fazer. -----

Senhora Deputada Maria Manuel, no que diz respeito à recriação histórica do Jarmelo, perfeitamente de acordo e ainda bem que falou e que enalteceu. Aliás, tal como já foi referido, também nosso programa eleitoral do PG, do movimento independente Pela Guarda, refere também a essa situação, tal como a reabilitação, de certa forma, de todo aquele espaço. E, portanto, é uma excelente iniciativa que pode ser uma boa marca para o nosso território, no que diz respeito à cultura e ao turismo, num futuro próximo. E bem-haja pela sua pela sua intervenção. -----

No que diz respeito a algumas inverdades que aqui foram ditas, eu devo dizer o seguinte. Os documentos para... porque é bom repor a verdade das coisas. É bom repor a verdade das coisas. Os documentos para a reunião de Câmara que já aqui foi tão falada, foram enviados no dia 24 de novembro, quinta-feira, às 17h35. Está aqui a prova escrita. Duas horas e meia de atraso, é verdade. E, portanto, os serviços estão a fazer o esforço para que nem um minuto seja a mais do que aquilo que está previsto. Portanto, não foi um dia, foram duas horas e meia. É o que está aqui, é o que foi enviado. No que diz respeito à questão da ata... Posso continuar, senhor Presidente? Muito obrigado. No que diz respeito à ata, os serviços, foi aquilo que nos informaram os serviços que não conseguiram concluir a ata a tempo da última reunião de Câmara. Todas as outras atas estão lá. Podem ir, quem tem os telemóveis da nova geração, estão lá. Todas as atas estão lá disponíveis no sítio da Câmara Municipal da Guarda, para que conste. Estão lá. Podem lá ir verificar agora e estão lá, como já estavam há muito tempo. A última ata não está lá, os serviços não conseguiram terminar a tempo. E, portanto, foi enviada, na passada sexta-feira, a minuta da ata para que, na próxima reunião, seja aprovada. Bom, mas é público. Aliás, tanto a comunicação social falou sobre a última reunião de Câmara, sobre aquilo que se lá falou. É público o sentido de voto e o sentido das expressões de todos os senhores Vereadores que lá estiveram presentes. -----

No que diz respeito ao parecer do Conselho Municipal da Juventude, a maioria concordou com este orçamento no que diz respeito às questões mais tocantes à juventude, tal como já me referiu a senhora Vice-Presidente. E, portanto, ficamos muito

satisfeitos e enaltecer o trabalho que foi feito e os membros do Conselho Municipal da Juventude que deram o seu parecer. -----

Depois, no que diz respeito à questão das moções, sempre que há uma moção que nos chega desta Assembleia, e outros documentos que vão chegando aqui ou ali, são devidamente encaminhados, depois de analisados politicamente, naturalmente, são encaminhados para os serviços para proporem solução. É isso que é feito. Aliás, foi isso que foi sempre feito nesta casa, desde que eu cá estou. Antes, não sei. Eu estou cá desde 2013. E depois tive uma interrupção de dois anos, como bem sabeis. Toda a gente sabe essa telenovela da interrupção dos dois anos, não sabe? Portanto, para que conste. Mas, às vezes, é bom lembrar. Mas aquilo que sempre foi feito e continua a ser feito, são encaminhadas as moções e os documentos para os serviços para propor uma solução. E quando se encontra a solução certa e adequada, naturalmente dá-se seguimento à mesma. Mas, mais à frente, mais adiante eu falarei sobre esta questão das moções. ----

E no que diz respeito àquilo que este Executivo está a fazer. Este Executivo está, tão só e simplesmente, a cumprir o seu mandato, a cumprir com a sua palavra e a cumprir com o nosso programa eleitoral. É para isso que nós trabalhamos todos os dias durante o nosso mandato. E que o diga aquilo que nós fizemos no Dia da Cidade. Um dia totalmente dedicado à nossa economia e onde, já há pouco alguém falava por aí, os postos de trabalho, os empregos reais e efetivos que foram colocados à disposição da nossa sociedade e particularmente da nossa juventude. E, portanto, é muito importante, estamos mesmo muito satisfeitos com o programa que nós desenhámos para o Dia da Cidade. -----

Sobre a questão, senhora Deputada Bárbara Xavier, das equipas de Sapadores Florestais. Duas questões muito pertinentes. Bom, para que seja efetivada uma equipa de sapadores florestais, para que seja financiada, é preciso, eu já disse isto da outra vez e vou voltar a repetir, que haja um aviso do ICNF, do Fundo Florestal Permanente, para que ela seja possível de ser financiada. Para ser financiada, para não ser a custos. Porque todas as outras equipas que nós apoiamos, as quatro equipas de sapadores florestais que nós apoiamos em parte, uma pequena parte dos seus custos anuais, e bem-hajam pelo excelente trabalho que têm vindo a fazer e vão continuar certamente a fazê-lo, o dinheiro não chega a todos os lados. E, portanto, é preciso, naturalmente, que haja estes

avisos para que os Municípios se possam candidatar. Senhora Deputada, na ordem de trabalhos está lá o quadro de pessoal e no quadro de pessoal, está a ver, uma moção que já está resolvida, já consta lá, já consta no quadro de pessoal os números necessários, em termos de trabalhadores, para fazer face a essa necessidade. Para que conste e, portanto, certamente ficará satisfeita com aquilo que já consta no quadro de pessoal, porque já lá está, efetivamente, para os assistentes operacionais, os lugares necessários para as equipas de sapadores florestais, quando saírem os avisos do Fundo Florestal Permanente. -----

No que diz respeito à questão das acessibilidades, olhe, senhora Deputada, veja só, outra situação que já teve o seu andamento. Houve um programa do PRR, Programa +360, onde foi feito o trabalho. Os funcionários, os técnicos do município fizeram esse trabalho. Foram apresentadas as candidaturas necessárias e, assim que sejam aprovadas, mãos à obra, como se costuma dizer. Certamente que poderá haver sempre uma ou outra situação a resolver. Com certeza que sim e, os técnicos do município, é esse trabalho contínuo, do setor específico, que irão continuar a fazer. -----

Sobre a moção que aqui foi apresentada, Pela Saúde da Guarda. Aquilo que não deve acontecer é subverter a responsabilidade das pessoas, dos membros, dos órgãos. A responsabilidade do Município da Guarda em matéria de saúde, no caso concreto da saúde, é apenas e tão só debater, discutir, nomeadamente naquele Conselho Consultivo de Saúde que nós propusemos fazer, que está em consulta pública. Já agora, podem, na consulta pública, podem e devem dar os vossos contributos. Porque é talvez o primeiro concelho do país, eu arrisco mesmo a dizer que será o primeiro concelho do país, sem qualquer responsabilidade na área da saúde, que está a promover um órgão desta envergadura. Mas nós não devemos subverter. E o Município da Guarda, em caso algum, poderá subverter aquilo que é da responsabilidade da Administração da ULS e do Estado central. Em caso algum, para que conste. Porque, às vezes, gostam de mandar poeira para o ar, para os olhos das pessoas. Mas a responsabilidade, do setor para saúde, no nosso Concelho e na nossa região, é única e exclusivamente da responsabilidade da Administração da nossa ULS e do Estado central. Para que conste. E por isso, esse Conselho Consultivo da Saúde Local, que está em discussão pública o seu regulamento, é precisamente para que, de uma forma constante, com todos os atores, com todos os

players do setor, permitam-me assim falar, se possa analisar o estado das instalações, o estado das especialidades, tudo isso que deve ser feito nesse Conselho Consultivo da Saúde. E depois vem-se para aqui dizer que o poder local não fez nada. Não. Fez, fez aquilo que está ao nosso alcance e aquilo que está no nosso programa eleitoral. E nós fomos eleitos para quatro anos. Ao fim de um ano está em discussão pública. E, portanto, é isso que nós vamos continuar a fazer. Mas nós, Município da Guarda, não vamos apoiar seguros de saúde. Afinal de contas, para que é que serve o SNS? Agora até já tem um gestor, um administrador, um executor, o que seja. Não é da responsabilidade do Estado central os seguros de saúde? O Município da Guarda dá os seguros necessários aos seus funcionários. Agora, não pode andar a subverter aquilo que é o Serviço Nacional de Saúde. Isso nunca. Não é essa a política que foi conducente no Município da Guarda, nunca o foi e certamente nunca será. De outro modo, exigir sim que nós tenhamos, cada vez mais, uma saúde de excelência no nosso Concelho. Seja ao nível das instalações, seja ao nível das especialidades médicas e dos seus profissionais, que aproveitamos para agradecer o trabalho que, muitas vezes, muitos deles fazem sem algumas condições. É aquilo que nos vai sendo relatado, nomeadamente pelo sindicato independente dos médicos, com aquela comunicação que nos fez chegar na passada semana. -----

Senhora Deputada, no que diz respeito à reunião com o senhor Ministro da Saúde, aguardamos, pacientemente, que ele a marque. Ainda não a marcou. E ainda estamos a ser pacientes. Já agora, se puderem meter lá uma cunha para ele fazer a marcação da reunião! Não sei se há alguma força de bloqueio ou não. Espero que não. Mas o que é facto é que ainda continuamos à espera. -----

Sobre a Unidade de Emergência de Proteção e Socorro. Senhor Deputado José Valbom, bem-haja pela cronologia que aqui fez, que é a verdade dos factos também. E devemos recordar, eu vou recordar uma vez mais, como é que começou este processo todo em janeiro de 2019. Com o então Presidente da Câmara da Guarda, Álvaro Amaro, pessoa à qual eu estou grato por me ter chamado para este Executivo. Eu já disse isto aqui muitas vezes, ao contrário de outros que andaram a cuspir no prato onde comeram, ainda há pouco tempo ouvimos aqui, há meio ano atrás, parece que tinham esquecido o pai. Foi essa a expressão, mais ou menos, que eu utilizei. Mudam-se os tempos,

mudam-se as vontades, de vez em quando. Mas sempre com muito orgulho no meu passado. Sempre. E, em janeiro 2019, ele aceitou... eu já disse isto várias vezes, mas vou repetir. Senhor Presidente da Assembleia, permita, ainda que telegraficamente, que eu o faça. Em janeiro 2019, ele aceitou a minha sugestão para se fazer uma carta a pedir para que, a solicitar, a propor que a UEPS se instalasse na Guarda. Foi assim que o processo todo começou. E fui eu que redigi a carta, vejam só. Isto é a ironia do destino. Anos depois, aqui estou eu a continuar a defender, naturalmente como todos defendemos, acho eu que todos defendemos esta necessidade, esta possibilidade da UEPS vir para a Guarda. Mas, aqui há pouco alguém perguntava quando foram dadas as garantias. As garantias foram dadas no dia 2 de dezembro último. Publicamente. Foi dada a garantia. Sobre aquilo que se discute, entre Presidente de Câmara e entre Ministros da República, fica dentro da sala. A menos que a outra parte autorize divulgar o mesmo. É assim que eu trato, com lisura, esteja quem estiver no Governo. Seja o Ministro que for. Com todos. Até porque os temas foram vários. Como sabem, na área da Administração Interna, não é desde agora, é de há vinte ou trinta anos que se discute a necessidade de resolver alguns problemas na área da Administração Interna. E, portanto, vários assuntos foram lá tratados. Mas é lá que os assuntos ficam e é nesse recato que estas coisas devem ser feitas. Porquê? Sempre, pela Guarda. Pela defesa dos interesses da Guarda, é sempre assim que nós fizemos e vamos continuar a fazer. Mas é bom que nós saibamos que a instalação da UPEPS na Guarda terá consequências financeiras. Toda e qualquer adaptação de qualquer infraestrutura vai custar dinheiro. E, portanto, o consenso político, e bem, que o senhor Deputado José Valbom apelou, é precisamente essa a necessidade do consenso político das coisas serem agilizadas, no mais curto espaço de tempo, com recato, mas naturalmente para as consequências financeiras que o Município terá que ter. Nós vamos ter que despender as verbas necessárias para adaptar qualquer instalação. Qualquer que ela seja, vai ser necessário gastar dinheiro. E algumas delas podem custar muito dinheiro. É bom que nós tenhamos essa noção. Mas é claro que quando nós temos a possibilidade de vir para cá um comando nacional, comandada por um General do nosso país. E não são só cem ou cento e cinquenta. Pode efetivamente, como disse o senhor Deputado José Valbom, pode chegar aos trezentos, se toda a unidade se instalar na Guarda. E é para isso que, lado a lado com o Estado central, estamos a trabalhar, no recato. E é muito importante aquilo

que há pouco falou, senhor Deputado, o consenso político para que a UEPS se possa instalar na Guarda, no mais curto espaço de tempo. É este o nosso poder reivindicativo. Sempre no recato, sempre no diálogo, sempre na concertação com os centros de poder do país. E, quando necessário, fazer de cigarra. Gostamos muito de fazer o trabalho da formiga, mas quando é para fazer o canto de cigarra, colocamos todos ao lado uns dos outros, aqueles que verdadeiramente trabalharam para isso. Não é lançar, à distância de um clique, uma notícia qualquer para a comunicação social, escondendo aqueles que verdadeiramente trabalham pelo assunto. Isso não é bonito em política. Nós gostamos de salvaguardar sempre aqueles que trabalham em prol da nossa terra e estaremos sempre gratos por tudo isso. -----

Sobre a questão do Porto Seco. Senhor Deputado José Breia, bem-haja pela sua moção. Esta moção que é, para que conste, aquilo que eu percebi da moção, ninguém põe em causa aquilo que foi feito em março de 2022, a publicação, no Diário da República, do decreto-lei. Está lá que é naquele local. Ou melhor dizendo, não está lá a dizer que é naquele local. Está a dizer que, o que lá está no Decreto-lei é passar a concessão do terminal ferroviário da Guarda das Infraestruturas de Portugal para a APDL. É isso que está no Decreto-lei. E aquilo que está aqui na moção, bem-haja por isso, uma vez mais, senhor Deputado, é para que ali, naquele espaço, circunscrito àquilo que está pavimentado, o antigo terminal rodoferroviário, que começa ali o Porto Seco. É apenas naquele sítio e mais nada. E no ano de 2023. Porque nós não queremos que haja mais uma telenovela, tipo aeroporto de Lisboa. E eu posso-vos explicar aqui, rapidamente, a cronologia. O tempo. Fazer um processo de expropriação de terrenos demora dois anos. Não vou falar da sua localização futura. Demora dois anos. Fazer o projeto de execução, mais um ano. O estudo de impacto ambiental, mais outro ano. Lançar o concurso da obra, com os pareceres todos das entidades portuguesas, mais outro ano. Depois, mais dois ou três anos para as obras. Façam as vossas contas. Outro aeroporto de Lisboa? Não. E por isso, aquilo que está proposto e que a Assembleia aprovou é para que, em 2023, seja iniciada a operação, seja iniciada a operação do Porto Seco no terminal ferroviário. Mas sem qualquer expansão. Foi aquilo que aqui li. Sem qualquer expansão naquele local, ao contrário do que estava a acontecer em 2021, antes de nós termos chegado. Eu já disse isto aqui uma vez, mas vou repetir. O que estava em cima da mesa

era que fosse expandido para cima das casas do Bairro Nossa Senhora de Fátima. Ó senhor Presidente, falta de respeito, na Assembleia, eu não posso admitir. Meus senhores, isto está escrito. Era isso que estava em cima da mesa. E com o diálogo franco e aberto com a administração da APDL, chegou-se à conclusão, eles chegaram à conclusão que, de facto, depois de mostrarmos o local a muita gente, às tutelas todas, que de facto aquele não era o local certo para fazer o Porto Seco. O grande Porto Seco não era ali em cima das casas do Bairro Nossa Senhora de Fátima. E por isso se estão a procurar outras soluções, no recato. Mas, enquanto isso, porque o grande Porto Seco da Guarda, da região e do país, até que comece a funcionar, se for construído de raiz, demorará seis, sete anos. Nunca menos do que isso. E por isso é que é importante que as empresas possam ter. São as empresas que nos pedem isso, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta de Freguesia. São as empresas que nos pedem para que o Porto Seco comece a funcionar já, para que possam fazer a importação e a exportação das suas mercadorias, o alfandegamento, o desalfandegamento. Tem que começar já para se criarem os hábitos económicos e os hábitos da logística portuguesa, internacional. E é naquele espaço, que já está licenciado para tal, que deve começar a funcionar. Ampliações, noutro lado, sempre lado a lado com a APDL e com a tutela governamental. É assim que nós vamos continuar a fazer. -----

Sobre, já na parte final, algumas questões que aqui foram colocadas. Passadiços do Mondego, uma grande obra. Acho que cem por cento dos presentes e dos não presentes dirão que, sob o ponto de vista da economia e do turismo, é uma grande obra. E o projeto, vejam só, este projeto começou a ser pensado no ano de 2017, se não me falha a Memória. Por aí. Com o então Presidente Álvaro Amaro e com a sua equipa da qual eu, orgulhosamente, tinha a responsabilidade e o pelouro das obras. Começou a ser pensado, foi feito o projeto, foi feito o estudo prévio a calcorrear, a pé, aqueles doze quilómetros para encontrar o melhor sítio. Graças a Deus, fiz isso com técnicos da casa, com Juntas de Freguesia e o trabalho foi feito então e foi lançado o concurso. Depois, todos sabemos o que é que aconteceu em abril de 2019. Álvaro Amaro saiu, foi para outras funções. E, depois, o que aconteceu no dia 10 de março, nesta mesma sala, que eu também fui para outras funções... senhor Presidente, eu não admito isto, senhor Presidente..." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Não, não. No caso não foram os Deputados concretamente...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados. O Senhor Presidente da Câmara esteve totalmente calado, enquanto os senhores falavam. Portanto, exijo, exijo respeito e que não o interrompam, porque ele também não o fez...” -----

- **Vereador Carlos Chaves Monteiro:** “Posso falar?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não, não pode falar. Peço desculpa, mas não pode falar.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “E eu agradeço que não possa ser mais interrompido...” -----

- **Vereador Carlos Chaves Monteiro:** “Eu posso pedir, pode-me é ser recusada a palavra, para defesa da honra. Ok?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Posso continuar, senhor Presidente?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pode. Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado. Bom. As coisas andaram e quando nós chegamos em 2021, no final de 2021, obra parada. Terrenos por registar. Nem um terreno estava registado na esfera pública. As infraestruturas não estavam executadas, nem sequer o concurso estava lançado, nem sequer havia projeto. O que é que nós fizemos, entretanto? Fizemos tudo isto. Conseguimos lançar as infraestruturas. Para que conste, e vamos votar à tarde, discutir e aprovar, assim nós o pretendemos, assim o desejamos, continua lá a verba no orçamento para o próximo ano, para a conclusão dos Passadiços do Mondego, para terminar todas as infraestruturas que são necessárias. Os caminhos que, entretanto, o tempo não permitiu que fossem todos finalizados, com algumas calçadas que têm que ser executadas. As casas de banho, as zonas de estar, as telecomunicações. Tudo isso que está a acabar de ser feito. Mas os Passadiços, de facto, e é isso que é muito importante, já são um grande sucesso a nível

nacional e a nível internacional. E com a grande campanha que foi feita, e com algumas empresas que já tinham trabalhado, no passado, para esta Câmara. Foi assim que foi feito. Em 2017 já tinham trabalhado para esta casa e, na altura, ninguém falou. Fomos efetivamente procurar, no concurso que foi feito, consultar os melhores, para que nós tivéssemos uma grande campanha de marketing e para que a Guarda se pudesse afirmar no contexto nacional e no contexto internacional. Mas, a senhora Deputada, a senhora, há pouco, referiu uma coisa. Que me esqueci do antigo Presidente da Câmara, Álvaro Amaro. De todo! Antes pelo contrário. Certamente não ouviu as minhas palavras todas quando eu falei, no meu discurso. Conciso, direto e pragmático. E por isso é que convidei o Presidente Álvaro Amaro para estar presente e para estar junto de nós na inauguração. Para que conste. Para que não andem por aí a atirar areia para os olhos das pessoas, a tentar provocar algumas tempestades onde elas não existem. E por isso esta foi a telenovela dos Passadiços do Mondego, que já está nos seus últimos episódios e que esperamos que rapidamente fiquem cem por cento concluídos. Sempre com a necessidade da sua manutenção. É bom que nós tenhamos presente que os Passadiços do Mondego, muito para além das madeiras, os caminhos e não só, vão ter a necessidade de manutenção contínua sempre ao longo dos anos. -----

No que diz respeito às empresas de fora que aqui foi falado há pouco também, quando estão em causa concursos públicos não há volta a dar. Olhe, eu próprio fiz a questão nesta questão das UAC, da alimentação dos refeitórios da Câmara Municipal da Guarda. Verdade, senhora Vereadora? Fiz logo uma pergunta quando vi o contrário. Então, mas não há empresas da Guarda que forneçam isto? É concurso público e quando há concursos públicos nós não podemos subverter estas questões. Infelizmente o digo. A Lei da Contratação Pública, sob este ponto de vista, permitam-me dizer que é estúpida a Lei da Contratação Pública. Mas é verdade. E quando estão em causa concursos públicos, de outra forma não pode acontecer. O mesmo acontecendo com outras situações que foram mencionadas. -----

Sobre a central de táxis. Bom, nós demos o impulso inicial, somos o fio condutor. Quem faz a gestão... vejam só, até agora não havia nada. Não havia nada desta questão da central de táxis. Mas agora, nós fomos o fio condutor para convencer a ANTRAL a reunir com os seus associados para dar início a este projeto e agora fala-se mal dele.

Certamente que a ANTRAL, que é a associação do setor, certamente está a fazer o caminho para que todos os problemas, que é normal que surjam, nós próprios já demos conta de alguns, e sempre que nos fazem chegar esses problemas, nós reportamos imediatamente à ANTRAL para que possa resolver, com os seus associados, essas necessidades. -----

Por último, senhor Deputado, a questão do PDM. Bom. O PDM, se nós não tivéssemos conseguido fazer, em março último, a reunião de concertação com as trinta e oito entidades, o PDM ia caducar. Era o que estava em cima da mesa quando nós chegámos. Estava parado. Ia caducar e estaríamos em causa duas coisas muito importantes. Tudo o que é licenciamento urbanístico na Câmara da Guarda e tudo o que é fundos comunitários na Câmara da Guarda. Conseguimos fazer essa reunião de concertação. Reiniciámos todo o processo, porque ele tinha prazo apenas até agosto último. Reiniciámos todo o processo. Houve uma comunicação da Agência Portuguesa do Ambiente de junho, mês 6, de 2022, que ficou esquecida nesta casa e que chumbava o projeto que estava em cima da mesa da revisão da Carta da Reserva Ecológica Nacional. Tudo isso teve de ser refeito. Em todo este tempo foi feito um novo projeto da REN, foi enviada para a Agência Portuguesa do Ambiente. A Agência Portuguesa do Ambiente, há cerca de um mês, um mês, mês e meio, sensivelmente, finalmente respondeu, aceitando parte da metodologia da revisão da Reserva Ecológica Nacional. E, portanto, os técnicos, a empresa que foi contratada está a fazer essa revisão do projeto e esperamos que agora, no início do ano, seja novamente presente à Agência Portuguesa do Ambiente para que, durante o ano de 2023, nós possamos iniciar a discussão pública da revisão do Plano Diretor Municipal. Este é o estado da arte. -----

Sobre a questão da variante dos Galegos e da variante da Sequeira. Aguardamos que sejam lançados os concursos dos projetos para serem feitos por parte da Infraestruturas de Portugal. É isto que está a acontecer. Nós já falamos com as entidades responsáveis, que mudou a administração recentemente e, portanto, esperemos que, nos próximos meses, nós tenhamos este projeto em marcha. Muito obrigado, senhor Presidente.” ---

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, aconselho vivamente a lerem o Regimento que aprovámos. Depois do senhor Presidente da Câmara falar, não posso dar a palavra a mais ninguém. Isto já foi dito várias vezes. Já foi dito várias vezes.

Defesa da honra? Sua honra? Faça favor. Senhor Deputado, é para defender a honra. Se não, eu retiro-lhe a palavra.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Defesa da honra. Bem, o senhor Presidente disse que ia repor algumas verdades. Ficou muito ofendido que eu, na última reunião, o chamei incendiário no sentido figurado. Ele acabou de me chamar mentiroso no sentido literal. Mas vamos revisitar aqui a recomendação que eu trouxe. Eu disse que os documentos não foram entregues aos Vereadores com dois dias úteis, conforme dita a Lei. O Senhor Presidente confirmou. Depois disse que não foi pedido parecer ao Conselho Municipal da Juventude. O Senhor Presidente disse que foi pedido e que foi aprovado por grande maioria. Não é verdade. O ponto que estava na ordem de trabalhos da reunião, que foi no dia 15, era: informações sobre o orçamento. A lei dita que, logo após a aprovação do orçamento em reunião de Câmara, tem que ser entregue aos conselheiros e tem que ser pedido um parecer, que nos próximos quinze dias é entregue à Assembleia Municipal. Portanto, também não cumpriu. Quanto à reunião do Executivo Municipal, à ata, diz que as outras atas todas estão, mas a das GOP não estão. Foi exatamente isso que eu disse. Não cumpriu. Por fim, o incumprimento das moções aprovadas, a da transmissão das Assembleias Municipais não aconteceu, o provedor do município e os nómadas digitais não estão nas Grandes Opções do Plano...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe imensa desculpa. Isso, desculpe lá, isso é defender a honra? O senhor está a repetir a mesma coisa...” ----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Não. Eu desafio que o senhor Presidente me diga onde é que eu menti. Eu desafio que me diga onde que eu menti e que verdades é que foram repostas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Defesa da honra? Faça favor, tem a palavra.”

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, senhor Presidente, não pode chegar aqui e dizer que vai repor inverdades, falar em atirar areia para os olhos dos munícipes e depois não esperar resposta. Porque, na verdade, o que disse foi que as intervenções que foram feitas continham mentiras. Portanto, vamos à primeira. A ata foi colocada, sim senhora, tive inclusive uma chamada e um pedido de desculpas, mas foi colocada por meu pedido no dia 13 do 12. Portanto, não diga que elas estão a tempo. Pode consultar os e-mails

que foram enviados e terá essa informação. CMJ, a maioria aprovou. Não aprovámos nada. Não foi pedido nenhum parecer, não saiu nenhum parecer. Tenho a dizer que foram dadas até bastantes sugestões pelos jovens, desde os transportes do IPG à Escola de Enfermagem não funcionam; desde não ser possível beber água dos fontanários públicos... há muitas inverdades...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, eu peço imensa desculpa, talvez seja da minha avançada idade, mas eu tenho um conceito de defesa da honra que não é nada disto. E deixo aqui muito claro...” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Pronto, o meu conceito de defesa de honra envolve que eu não vou ser chamada de mentirosa. Portanto, peço imensa desculpa, mas...” ----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, peço imensa desculpa, já lhe dou a palavra. O Presidente da Assembleia também já foi aqui hoje atacado e entendeu que não foi ofendido na honra. Por amor de Deus! Senão, não podemos fazer nenhuma...” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “É uma escolha sua. Eu peço imensa desculpa, mas cada pessoa aqui tem liberdade e autodeterminação. Para mim, eu não...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Para defender a honra, senhora Deputada. Não é vir outra vez aqui repetir aquilo que já disse. Isso não é defesa da honra.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Ok. Então, volto a repetir. Foi dito aqui que a intervenção do senhor Presidente seria para inverdades e que estivemos aqui a atirar areia para os olhos dos munícipes. Eu acho que é ao contrário. As atas não estavam colocadas; a CMJ não aprovou nada apesar de ter sido dito aqui que sim. Isto, sim, é atirar areia. Porque quem ouça vai ficar a achar que este orçamento foi aprovado pela CMJ. Alguém que me mostre onde é que isto aconteceu. Porque, na verdade, o que aconteceu, foram dadas propostas e bastantes sobre o que não aparecia no orçamento. Foi entregue um edital a dizer «informação acerca de», e foi-nos pedido um parecer no momento. Portanto, sim. Isto é defesa da honra. Ninguém que veio aqui falar no início mentiu. Na verdade, há bastantes provas de que não foi assim. Não sendo defesa da honra, também vou ter que dizer isto. Mas quanto às acessibilidades, dia 2.10.2022, o senhor Presidente disse que não sabia das ações dos técnicos. Portanto, espero que

aquilo que diz pessoalmente aos munícipes e que diz aqui na Assembleia em público seja a mesma coisa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Ora bem, são uma menos dez...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, eu, desculpe lá...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Mas há uma coisa que eu tenho que dizer. Com a sua permissão, agora é efetivamente a minha defesa da honra e não vou agora aqui dizer outras coisas. Senhor Presidente, eu não chamei mentiroso a ninguém, ao contrário de algumas pessoas. Eu não sei se houve aqui alguma concertação agora na sala, PSD, PS, permitam-me falar assim. Mas o que é facto, senhor Presidente, eu não chamei. E podem ver, estará na ata. Eu não chamei de mentiroso a ninguém e limitei-me a repor, efetivamente, a verdade dos factos. Nomeadamente o dia e a hora em que foi enviada a ata para os senhores Vereadores. E no que diz respeito ao Conselho Municipal da Juventude, da mesma forma, houve oito conselheiros que já deram o seu parecer e com sugestões, por e-mail, do Conselho Municipal da Juventude. E estamos muito gratos por isso, e, naturalmente, é isso que vai continuar a ser analisado. Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. São 12h50. Posso pedir uma informação? A que horas está previsto o almoço? Às 13h00 ou 13h30? Deixem-me só confirmar, por favor. Então, se me permitem, interrompíamos para almoço e recomeçávamos às 14h30. Pode ser? Interrompíamos agora e recomeçávamos, depois de almoço, às 14h30. Muito obrigado. O almoço é no refeitório da Câmara Municipal.” -----

Período da Ordem do Dia

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Começamos a ordem do dia e, antes do ponto 2.1, o senhor Deputado Miguel Borges pediu para dizer umas palavras. Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bem, isto aqui mesmo fora de contexto e fora de Regimento. Mas, ao fim deste almoço de Natal, antes de mais desejar-vos umas Boas Festas a todos, daqui a pouco, provavelmente, poderei retornar esse esse desejo. Mas gostaria de fazer aqui um voto congratulação, em principal ao cozinheiro e às pessoas que nos estiveram a atender, mas como é óbvio também ao senhor Presidente da Câmara e ao senhor Presidente da Assembleia Municipal. Muito obrigado e um bom Natal para vocês os dois. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Como estamos em maré de espírito natalício, também o senhor Presidente da Câmara autoriza-me informar que, à saída, cada um dos senhores Deputados tem direito a uma oferta que, depois, as senhoras técnicas da Câmara, entregarão a cada um dos senhores Deputados. É uma oferta de Natal singela, mas sentida. Depois, à saída, serão entregues.” -----

Ponto 2.1 - Assuntos de interesse geral municipal. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pela ordem de entrada, tem a palavra o grupo PG, sobre o tema Anjo da Guarda.” -----

- **Isabel Gonçalves, Deputada (PG):** “Boa tarde a todos de novo. Com a celebração do octingentésimo vigésimo terceiro aniversário da concessão do Foral da Guarda, congratulamo-nos com a dinâmica demonstrada pelo Executivo em termos económicos, e não só, e que no dia 27 de novembro se materializou na inauguração do espaço tecnológico do centro histórico, onde estão já a funcionar empresas as NTT DATA, TRH e Air Liquide; a inauguração na PLIE da empresa Remarkable, que conta já com vários postos de trabalho prevendo aumentá-los rapidamente; a assinatura de duas escrituras públicas de alienação de dois lotes na PLIE para instalação de empresas de produção de cerveja e a cidade foi escolhida pela sua posição geoestratégica. E, um pouquinho à parte da celebração do aniversário do Foral, não posso também deixar de referir a Cidade Natal que tem atraído inúmeros visitantes. The last, but not the least, os Passadiços do Mondego, abertos a 6 de novembro, e que têm trazido inúmeros visitantes à cidade da Guarda, cerca de dez mil, fruto também de uma sustentada e eficaz campanha publicitária mediática com um reflexo positivo na dinâmica da economia local, nomeadamente restauração, alojamento e o comércio em geral. Tudo

isto é fruto de um trabalho persistente, coerente, proativo do Executivo, tendo sempre como desiderato o desenvolvimento da nossa cidade e do seu concelho, onde pontua sempre o Anjo da Guarda. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhora Deputada. De seguida, também do Grupo PG: O futuro do turismo.” -----

- **Daniel Gonçalves, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos, mais uma vez. No passado dia 27 de novembro celebrámos, uma vez mais, o dia da nossa cidade. Foi dia de homenagear o nosso Rei fundador, não esquecendo os bravos homens e mulheres a quem devemos a nossa cidadania, a nossa língua e fez de nós guardenses. Um dia de orgulho. Já à época, não se hesitava em lutar lado a lado pelo amor à pátria e pela Guarda, unidos pela causa do bem da Guarda. Deixamos agora o nosso passado e olhemos para o futuro do turismo. A história do emblemático Hotel Turismo deixou de se confundir com a nossa cidade há quase doze anos. Há doze anos que este assunto tão sério se transformou numa verdadeira telenovela. Telenovela iniciada por um verdadeiro atropelo ao nosso património coletivo, que ainda custa aceitar a todos os guardenses, independentemente da sua ideologia política. A devolução e abertura do Hotel Turismo à Guarda, é talvez o tema mais consensual a todos os guardenses, sejam eles mais à esquerda ou mais à direita. Talvez por esse motivo, no passado mês de abril, nesta mesma tão nobre sala, foi aprovada, por larga maioria, uma moção apresentada pela minha voz, em que estabelecia um prazo bem definido para serem tomadas medidas concretas, para que o Hotel Turismo pudesse finalmente abrir as suas portas, nomeadamente a reabilitação por agentes económicos, a sua devolução à Câmara Municipal para que este encontre uma solução definitiva, mais rápida e adequada até ao final deste ano. Sabíamos que havia reuniões entre o Executivo Municipal e o Governo quanto ao caminho a seguir. O primeiro resultado foi a saída do Hotel Turismo do programa Revive. Finalmente, havia bom senso e acordo entre o Governo e a Câmara Municipal da Guarda, remando todos para o mesmo lado. O que todos queremos é a abertura do nosso Hotel Turismo. Queremos pensar que o assunto esteja definitivamente tratado e resolvido com todas as partes envolvidas, que não haja pontas soltas. Sabemos que muitos preferiam que este anúncio tivesse sido feito em cerimónia pública, com a presença de todas as partes envolvidas. Isso sim, seria forma de fazer

política e não pela comunicação social. Eu sou daqueles que acreditam que só marchando para o mesmo lado podemos avançar e alcançar o bem comum. Deve ser da minha formação militar. Espero que este anúncio solitário não venha a pôr em causa e estrague o recato que certos assuntos, tão importantes como o nosso Hotel Turismo, devem ser tratados. O futuro do nosso Hotel Turismo não pode ser posto em causa por atitudes populistas. O futuro do nosso Hotel Turismo não pode passar por qualquer tipo de aproveitamento político. Deve ser, sim, a causa de todos os guardenses. A Guarda é bem maior do que todos nós. Sei que aqui, nesta Assembleia, não há quem não deseje outro destino para dar àquele novo espaço com história e memórias de todos nós, que não seja a sua abertura. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Dava, agora, a palavra ao grupo parlamentar do Partido Social Democrata, sob o tema: Uma herança pesada.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Mais uma vez, boa tarde a todos. O senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, senhor Sérgio Costa, disse recentemente numa entrevista e cito: temos que falar todos bem da Guarda, não podemos falar mal de ninguém. Estas declarações fizeram-me recordar os tempos de liceu onde estudei o Estado Novo nas aulas de história. Isto de falarmos bem uns dos outros era no tempo da União Nacional, senhor Presidente. Aí faziam-se grandes discursos a falar bem uns dos outros e todos aplaudiam longamente. Meus senhores, não chega terem andado a distribuir cravos na campanha eleitoral. Os senhores têm que perceber a real dimensão do regime democrático. Depois do 25 de Abril, todos falam bem uns dos outros, mal, assim-assim. Isto é um livre arbítrio. Todos dizem o que bem lhes apetece, desde que saibam, claro, respeitar os limites da liberdade de expressão. Para um autarca da capital do distrito, isto devia ser óbvio. Mas afinal não é. Incrível! O senhor Presidente devia ter vergonha e pensar várias vezes antes de dizer uma coisa destas à comunicação social, porque estas palavras envergonham não só a si, mas à cidade como um todo. Este tipo de intervenções, são a ruína reputacional da Guarda. Se pretende calar o debate e criar uma ditadura do pensamento único na cidade, é lá consigo. Mas digo-lhe já que anda mal assessorado. Isto, em 2022, não cai bem à população. Agora, nesta minha intervenção, queria falar também das entrevistas que o

senhor deu nos últimos meses à comunicação social. E o senhor disse à comunicação social correntemente, que recebeu uma herança pesada, uma Câmara à deriva, sem projetos. Dizer isto é que é andar à deriva. O senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda dizia aqui que o seu antecessor, Carlos Monteiro, comprava edifícios, era um especulador imobiliário. Mas a verdade é que o senhor já está farto de os comprar. O senhor diz uma coisa, faz o seu contrário porque o senhor não sabe mais. A sua política é tentar apagar o passado e ofender as pessoas e o lugar deste partido. O PG não fez nada de novo ou de relevante neste último ano. Não vai fazer nada de relevante e estratégico em 2023. Relevante e estratégico, nada. A seguir constataremos isso. O que o senhor fez de novo, neste último ano, foi inventar as suas festas novas para substituir as antigas, mudar os nomes dos concursos, os locais e as datas dos eventos e destruir projetos de importância capital. Mas eu vou refrescar-lhe a memória da herança pesada deste último ano. O senhor recebeu a FIT que ainda não soube pôr em prática; recebeu a Feira Farta, mudou-a de sítio; recebeu o SIAC e executou-o no inverno. Uma tristeza! Recebeu a Cidade Natal e a Guarda deixou de ser a Cidade Natal para passar a ser uma Cidade Natal qualquer. Ainda tiveram o descaramento de enfeitar obras de arte e de violar direitos de autor. Um atentado à cultura e uma pobreza de espírito zeladora. Só faltou pôr um casaco de Pai Natal ao D. Sancho ou à estátua de Augusto Gil. Abriu os Passadiços com mais de um milhão de obras por executar. Isto está à sua responsabilidade. Está à sua responsabilidade tudo o que de grave lá puder vir a acontecer. Recebeu a terceira fase de expansão da PLIE; os Santos da Guarda, mudou o nome; recebeu o Centro Operacional Agrícola; recebeu a requalificação urbana das Avenidas Afonso Costa, Alexandre Herculano, Soeiro Viegas, recebeu a estratégia que estava a ser gizada para a cultura. Na apresentação pública, lá apareceu, no PowerPoint, a cara do Dr. Carlos Chaves Monteiro e Victor Amaral. Recebeu e está a adiar a estratégia gizada para a habitação, que tem mais de seis milhões do Governo; recebeu os Mercados Nossos e os Festivais de Cultura Popular; as obras do mercado de São Miguel; Ciclovía e Pedovía, Estação Arqueológica do Mileu, inaugurar o Espaço Público no Bairro do Pinheiro; recebeu as obras em curso na Escola da Sé; o Regulamento das Bolsas de Ensino Superior, criado pelo PSD, modificou-a muito bem, mas não se pode esquecer que também faz parte dessa herança pesada. Agora diz que vai intervir na Avenida Cidade de Bejar, criar um Centro Tecnológico no Mercado Municipal. Ideias também do

PSD, que já vêm de trás. A herança é pesada nuns dias, é boa noutros, volta a ser pesada noutros, volta a ser boa noutros. Depende, é como calha. Na inauguração dos Passadiços, o senhor Presidente não se referiu uma única vez ao legado do PSD. Teve de vir a Ministra da Coesão Territorial, do Partido Socialista, lembrar e corrigi-lo para que se tomasse o rumo da história e dos acontecimentos. Mas eu vou-lhe dizer o que é pesado. Herança é o que o senhor já está a deixar à Guarda e o desespero é real. O senhor substitui a Casa Museu António Piné, um projeto vibrante e pleno de cultura, por lugares de estacionamento. Esta é a sua visão das cidades em 2022. O senhor não quer saber do Ecoparque Cultural da Montanha; não quer saber do Centro de Interpretação Judaica nem do Turismo Judaico; não vai haver Residência Artística na Rua Sacadura Cabral; não vamos ter obras na C+S de São Miguel; não vamos ter Solar dos Sabores, uma ideia que traria gente ao centro histórico. Não vamos ter o dinheiro da Direção-Geral das Artes, que o senhor está a negligenciar, num contrato de duzentos mil euros que esta entidade daria ao TMG. Consigo não vai haver Habitação Jovem na encosta da feira quinzenal. Perdemos o projeto da Sodecia para o leste da europa, numa parceria com a Volkswagen. Consigo não vai haver o novo projeto da intermodal de transportes. Em 2023, tem duzentos mil euros para intervir no centro histórico. Duzentos mil euros. Assim como tem duzentos mil euros para construir habitação social. É o que lá tem no orçamento. Consigo, perdemos uma obra de mais de um milhão de euros para Celorico da Beira, a Academia de Futebol da Associação de Futebol da Guarda. Mas o pior é mesmo constatar que a Guarda e este Executivo não contam para nada no plano nacional. No Dia da Cidade, era para vir cá um Ministro, vem um Secretário de Estado já despedido. Num dia dedicado à economia, não ouvi falar aqui uma única vez em Hotel Turismo e em Porto Seco. Passado uns dias, veio aqui o Ministro da Administração Interna dar-lhe um ralhete, senhor Presidente, ainda não criou as condições para que viessem para cá as UEPS. E sabe porque é que não as criou? Porque andou a brincar este tempo todo. Andou a ver qual é que era a melhor bola parda. Andou a ver qual é que era a melhor festarola. E depois temos esta questão, passa o ano inteiro a criticar o quê? A Capital Europeia da Cultura, os profissionais que nela estiveram envolvidos, e, depois, claro, a ruína do hospital privado. Senhor Presidente, ruínosa é a sua governação, porque o senhor tem que se lembrar que os guardenses, quando estiverem a caminho de Coimbra, de Viseu, quando virem um grande grupo de

saúde privado na Covilhã e lá tiveram uma consulta de especialidade, que se lembrem também da sua herança pesada e do porquê de não terem também mais uma alternativa de saúde privada na Guarda. É graças a si e à sua política. Muito obrigado.” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Segundo tema do Partido Social Democrata, Anjo da Guarda II.” -----

- **José Carlos Alexandre, Deputado (PSD):** “Boa tarde a todos. Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento todos os presentes. As dificuldades dos estudantes deslocados do ensino superior em encontrarem alojamento, não são novas. Porém, é um problema que se tem vindo a agravar. Este ano, os meios de comunicação social deram-lhe especial destaque devido a uma queda, a pique, na oferta de casas e de quartos. Os preços das rendas subiram, em média, quase 10% a nível nacional. Claro que a maioria das reportagens dos media se concentrou no Porto e sobretudo em Lisboa. Nessas cidades, pequenos quartos sem janelas, sem o mínimo de condições, podem custar 400€, ou mais, por mês. Um dos títulos principais da capa do Jornal Público, em 18 de setembro, nas vésperas do arranque do ano letivo, dizia o seguinte: “Pagar 300€ por uma despensa ou ficar sem casa. A realidade do alojamento estudantil em Portugal”. Os preços das rendas atingiram níveis incomportáveis para as bolsas dos estudantes e das suas famílias. Isto está a levar a um abandono maciço do ensino superior. O problema é sério. Segundo a tal reportagem do Público, de 18 de setembro, o preço médio por um quarto em Lisboa é de 381€, no Porto é de 324€, em Coimbra é 199€, na Guarda é de 125€, o valor mais baixo das cidades com ensino superior, em Portugal. À primeira vista, isto até poderia ser uma oportunidade para cidades médias como a Guarda, mas, infelizmente, não tem sido. Nos últimos três anos tem entrado, por ano, através dos concursos nacionais, cerca de seiscentos e cinquenta novos alunos nas licenciaturas do Politécnico da Guarda. Atualmente, o Politécnico da Guarda disponibiliza cerca de quatrocentas camas para estudantes. Infelizmente, essas quatrocentas camas, que até é um número bastante razoável, não chegam para a procura crescente. Todos os anos, há cerca de trezentos alunos, repito, trezentos alunos a desistirem dos seus estudos no Politécnico da Guarda. E um dos motivos principais é: não há alojamento. É preciso agir rapidamente. Antes de mais, claro, é necessária uma intervenção do Governo. Infelizmente, até agora, o Governo não tem cumprido os seus

anúncios e as suas promessas. Por exemplo, há dois anos, a 21 de setembro de 2020, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, anunciou que, e passo a citar uma notícia: hotéis, pousadas da juventude e unidades de alojamento, irão disponibilizar mais quatro mil e quinhentas camas para estudantes universitários. No total mais de dezoito mil camas passariam a estar disponíveis para os estudantes do ensino superior. Passados mais de dois anos, a promessa continua por cumprir. Mais recentemente, a 15 de setembro, isto foi apenas com base numa rápida pesquisa na Internet, o Primeiro-Ministro, António Costa, prometeu quinze mil e oitocentas novas camas até 2026, financiadas com o famoso PRR, o Plano de Recuperação e Resiliência. E passaríamos a ter, então, em 2026, vinte e seis mil camas, quase o dobro da atual oferta a nível nacional. Vamos acreditar que é desta, que o Governo, desta vez vai cumprir. Seja como for, isto vai demorar tempo e, entretanto, é preciso fazer alguma coisa. As Câmaras Municipais também têm um papel muito importante a desempenhar nesta história. Aliás, muitas já estão a desempenhá-lo. E bem. Num total nacional de cerca de quase catorze mil camas para estudantes de ensino superior, mais de mil resultam, precisamente, de protocolos com autarquias e instituições privadas. Como é sabido, o senhor Presidente da Câmara da Guarda, o Engenheiro Sérgio Costa, licenciou-se no Politécnico da Guarda, facto que menciona com orgulho e menciona muito bem. Acredito, por isso, que seja especialmente sensível a tudo o que diga respeito ao Politécnico, nomeadamente a este problema do alojamento. Até porque ele próprio, em tempos, foi um estudante deslocado na Guarda. Eu, enquanto Professor do Politécnico, reconheço, de facto, que a Câmara da Guarda se tem esforçado para resolver este problema do alojamento estudantil. Aliás, o próprio Presidente do Politécnico da Guarda, o Professor Joaquim Brigas, já fez questão de agradecer publicamente, mais do que uma vez, a colaboração da Câmara Municipal da Guarda. Aproveito aqui para me congratular com essa colaboração entre as instituições, porque se as instituições locais e os seus dirigentes não sabem cooperar uns com os outros, então estarão a condenar, sem desculpa, a Guarda a um triste destino. Dito isto, acho que a Câmara Municipal da Guarda pode fazer ainda mais. Tem de fazer mais. Há outras autarquias a fazer mais e nós temos de olhar para os bons exemplos e aprender com eles. Eis alguns desses bons exemplos. Todos os anos, o Município de Bragança recupera edifícios devolutos e entrega-os ao Instituto Politécnico de Bragança para alojamento estudantil. Como é

sabido, o senhor Presidente da Câmara sabe-o com certeza, há programas públicos específicos para o efeito. E o que é que a Câmara Municipal da Guarda tem feito para recuperar edifícios devolutos, nomeadamente no centro histórico, para alojamento estudantil? Deixo a pergunta. Outro exemplo, o Município de Chaves investiu mais de dois milhões de euros para ter uma Escola do Instituto Politécnico de Bragança, em Chaves. Guimarães, que já tinha um Pólo da Universidade do Minho, investiu mais de seis milhões para ter o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave. E poderia falar de Alcobaça, Leiria, Sines, Setúbal. O ponto é este, todos estes Municípios já investiram centenas de milhares ou milhões de euros a apoiarem as suas instituições de ensino superior. Porquê? Porque, obviamente, todos percebem o valor estratégico desse investimento para o futuro das suas terras e das suas gentes. Mais próximo de nós, a Câmara de Seia tem feito um enorme esforço financeiro para apoiar a Escola Superior de Turismo e Hotelaria. Um esforço também reconhecido, obviamente, pelo Presidente do Politécnico da Guarda. Por exemplo, este Município cobriu todas as despesas necessárias para preparar cem camas para alojamento estudantil, disponibilizadas pelo Centro Apostólico de Seia. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, qual é a sua posição relativamente...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço imensa desculpa. Já utilizou o tempo do Partido Social Democrata e já utilizou o tempo do CHEGA. Ainda tendes mais um outro tema, sobre o estado da arte, e já ultrapassaram em sete segundos.” -----

- **José Carlos Alexandre, Deputado (PSD):** “Posso só deixar duas perguntas?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O colega de bancada que vem a seguir é que já não tem tempo.” -----

- **José Carlos Alexandre, Deputado (PSD):** “Pronto, qual é que é a posição do senhor Presidente da Câmara da Guarda relativamente à Pousada da Juventude? Se concorda ou não que ela se transforme numa residência estudantil para os estudantes do Politécnico. E, por exemplo, outra questão, por que não os transportes públicos? Por que não investir, por exemplo, num pequeno vaivém elétrico, que passe de hora a hora pelo Instituto Politécnico da Guarda, de forma a permitir que os estudantes possam

arranjar alojamentos mais distantes do centro da cidade? Pronto, tinha aqui mais duas ou três perguntas, mas fico-me por aqui. Muito obrigado. Eram estas as minhas questões.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Perguntava ao líder do Partido Social Democrata, como é que quer fazer. Esgotaram o tempo. O estado da arte, era um estado. Já não têm. Senhor Deputado, peço-lhe imensa desculpa, os três grupos partidários, eu fiz contas, ultrapassaram o tempo em treze minutos e quinze segundos. O Presidente da Câmara andou mais ou menos a ultrapassar esse tempo. Por isso o deixei falar. Agora já o esgotaram... Isto é uma questão de gerir o tempo. Tem a palavra o grupo parlamentar do Partido Socialista, sobre o tema atualidade. Retirou o outro.” -----

- **Nuno Laginhas, Deputado (PS):** “Boa tarde, senhor Presidente. Na sua pessoa, permita-me cumprimentar todos os presentes e os que nos estão a ver online. Ora bem, a esta intervenção dei-lhe o título de: a seu tempo, brevemente será anunciado. E quase que podia não vos roubar mais tempo a ouvirem isto. Acho que este título dirá muito sobre o que é a governação atual do concelho da Guarda. Mas bem. É sobejamente conhecido dos presentes aqui neste órgão, dos que nos ouvem online e da comunicação social, ou seja, por todos nós, cidadãos, que são muitos os desafios que se colocam aos territórios. Vivemos a era da competitividade, não só pessoal, como também territorial e económica. Talvez seja o progresso, talvez seja a ambição, ou a procura de ambular necessidades para alcançar um novo patamar de satisfação. Tal como afirmado, os territórios não ficam fora desta ambição. São cada vez mais competitivos, procurando afirmarem-se no panorama regional e também no nacional, apresentando ações que promovem o desenvolvimento económico e o bem-estar dos cidadãos. A Guarda, concelho com atributos fabulosos, desde a paisagem natural, gastronomia, infraestruturas industriais, infraestruturas culturais, infraestruturas académicas, da localização geoestratégica, das suas gentes tão genuínas. Este concelho que tanto nos orgulha, infelizmente não se situa atualmente no grupo dos territórios competitivos. Pouco mais de um ano já passou desta administração municipal e o concelho é governado conforme a direção do vento, ou seja, incerto no rumo. E conforme já foi dito aqui hoje neste órgão, nem com a orientação deste órgão é capaz de governar. Vários

fatores contribuem para a competitividade do território, tal como já foi referido na descrição do nosso concelho. Mas não referi um fator essencial: a mobilidade. A facilidade de nós, cidadãos comuns, de se poderem deslocar, de terem a mesma oportunidade de chegar aos locais como um cidadão com viatura. Por exemplo, para o trabalho, para a escola, para o lazer, para o acesso à saúde. Ou, por exemplo, recorde, para satisfazer necessidades básicas como a alimentação. É lamentável! Preocupa-me ver jovens estudantes, por exemplo, a irem a pé até ao modelo/continente, ou até outro estabelecimento comercial, outro hipermercado. Não há um transporte, não há um autocarro que lá chegue. E com o tempo que temos hoje em dia, com o clima, custa-me um bocado observar isso. Portanto, senhor Presidente, já se apercebeu que estou a falar da mobilidade no nosso concelho. Foi uma inovação tão mínima que ninguém reparou. Um novo ou acrescentado “S”. Mas como tudo no passado o assusta, senhor Presidente, passamos de Transportes Urbanos da Guarda para Serviço de Transportes Urbanos da Guarda. Portanto, de TUG para STUG. E quanto ao resto? A seu tempo. Como a seu tempo, que é nunca, foge aos desafios do principal órgão, do órgão mais importante democrático do concelho da Guarda que é a Assembleia Municipal. Não bastou as peripécias do concurso público para a concessão do serviço de transportes urbanos, o tempo que demorou, como se piorou o serviço que tinha sido renovado há doze anos, mas que, na verdade, já precisava de ser melhorado atualmente. Senhor Presidente, em tanto tempo, até estar a operar a empresa a que foi atribuída judicialmente a concessão, não houve oportunidade para: colocar paragens condignas para os utilizadores dos STUG; identificar devidamente os locais de paragem; colocar nos locais de paragem os horários e a rota dos veículos; rever as rotas e horários; mais rotas, mais horários; integrar os alunos do IPG na mobilidade urbana, ou seja, na nossa cidade, oferecendo transportes a horas e condições adequadas, por exemplo, para o campus universitário. E os habitantes das freguesias rurais não merecem melhor mobilidade? E os transportes escolares? À data da discussão do caderno de encargos aqui neste órgão, para a concessão dos transportes urbanos da Guarda, eu deixei, neste órgão, um alerta para responder a estas simples necessidades. Mas tudo virá a seu tempo, não é senhor Presidente? Mas é ao seu tempo e não ao tempo das necessidades dos cidadãos guardenses. Do que o senhor Presidente já referiu aos órgãos de comunicação social sobre os transportes urbanos da Guarda, é um exemplo claro que a sua gestão municipal

do concelho anda sem rumo. Não houve tempo para fazer a transição entre uma operadora e a outra? Mas bem, continuando. No Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, 3 de dezembro, apareceu numa rede social uma publicação do Município da Guarda a congratular os novos STUG e a acessibilidade dos mesmos para pessoas com mobilidade reduzida. Pergunto: o senhor Presidente, a senhora Vereadora da Ação Social, ou seja, o seu Executivo com pelouros, usam os veículos que circulam como transportes urbanos da Guarda? Não acredito que isso aconteça, porque se isso acontecesse não permitiam que colocassem uma informação errada nas redes sociais. Sou utilizador de transportes urbanos da Guarda. Circulam veículos que, de onde vieram, já estava em fim de vida. Veículos que não oferecem acessibilidades a pessoas com fraca mobilidade, quanto mais a pessoas que têm necessidade de se deslocar em cadeira de rodas. Veículos com degraus para aceder ao mesmo. Veículos com degrau para aceder ao lugar sentado. Retrocedemos, senhor Presidente. O Concelho não pode ser gerido no tempo do senhor Presidente. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não havendo mais temas de inscrição, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara da Guarda... Então, é sobre?” -----

- **Hugo Fernandes, Deputado (PSD):** “Muito obrigado pela oportunidade e muito obrigado ali ao grupo municipal do CDS-PP. De facto, ultrapassámos um bocadinho. O tema escolhido prende-se com... desculpe. Cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa e cumprimento todos os presentes na sua pessoa, uma vez que tenho pouco tempo. O tema escolhido prende-se com o atual estado da arte relativamente à política cultural do município e aos poucos esclarecimentos obtidos até ao momento. Passemos aos factos. No passado dia 20 de abril, foi notícia na comunicação social a conferência de imprensa que o município realizou, onde anunciou o resultado do concurso da Direção-Geral das Artes de apoio à programação da Rede de Teatros e Cinetatros Portugueses do Ministério da Cultura. O TMG era uma das trinta e oito estruturas culturais que podia usufruir, entre 2022 e 2025, do apoio financeiro. A estrutura, considerada uma referência de programação, destacou-se, sendo contemplado o apoio máximo do concurso, oitocentos mil euros, no referido quadriénio, classificando-se entre as doze salas que recebem o valor máximo. Segundo

o Presidente do Município, o TMG asseguraria quinhentos mil euros/ano para programação, sendo duzentos mil da DG Artes e trezentos mil do orçamento municipal. Na candidatura apresentada, teve de ser incluído o plano de programação com linhas orientadoras e estratégicas para o período de quatro anos que justificassem o apoio. Também foi apresentado o plano de programação e orçamento detalhado para o primeiro ano de atividades, 2022. Pois bem, após essa conferência de imprensa e não tendo existido mais qualquer referência a este apoio, constatámos, no passado dia 19 de julho, que o senhor Ministro da Cultura afirmou que a Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses e respetivo financiamento contribuem para dar estabilidade aos agentes culturais e facilitar o acesso à cultura através da descentralização de espetáculos. Afirmou ainda que apoiar a programação, confere estabilidade e previsibilidade aos agentes culturais, contribuindo para a sua autonomia e para combater a precariedade entre os recursos humanos do setor. Finalmente, referiu que dos trinta e oito projetos iniciais aprovados, vinte e sete tinham já assinados os contratos de apoio financeiro. Entretanto, no passado dia 23 de novembro, o Ministério da Cultura menciona que apenas um município não assinou contrato, apesar de ter sido aprovada a sua candidatura. A Guarda surge como a única cidade que tinha sido sinalizada como tendo um dos doze teatros com financiamento máximo, não assinou ainda o contrato de financiamento para quatro anos. Perante estes factos enumerados cronologicamente, fica evidente, senhor Presidente, que entre abril e a data de hoje, algo mudou na estratégia da cultura na Guarda. Se em abril disse claramente que tal aprovação só foi possível por vontade expressa deste Executivo, o que mudou para até hoje não ter mantido essa vontade de beneficiar deste apoio financeiro, que visa precisamente contribuir para autonomia cultural do Município e combater a precariedade entre recursos humanos do setor? Já nos parece tempo de explicar aos guardenses o que se passou e o que se passa. Será que não há condições para assinar este compromisso e manter o TMG entre os doze teatros municipais do país com melhor classificação, e, com isso, a garantia de uma excelente programação cultural? Terá percebido que a programação contemporânea eclética e de qualidade com que o TMG ganhou o apoio de oitocentos mil euros para cinco anos, não se coaduna com a visão que têm sobre a política cultural e o papel do TMG? Senhor Presidente, o tempo passa e não vemos a linha condutora para a cultura. Não vemos clareza da estratégia, não vemos tomadas de

decisões. O que vemos sim é o ano de 2022 a acabar. As oportunidades não surgem sempre e esta está a deixá-la fugir. Com uma candidatura preparada durante largos meses, que viu a sua aprovação garantida, em que publicita e se vangloria com este financiamento e, decorridos oito meses, não assina o contrato. Não beneficia do apoio de duzentos mil euros para o primeiro ano, vai hipotecar oitocentos mil euros em quatro anos para a cultura da Guarda. Afinal de contas, o que os guardenses podem esperar deste Executivo relativamente ao planeamento da estratégia cultural para o concelho? Decorridos oito meses, já será tempo de obtermos alguma resposta. Muito obrigado.” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Dava, agora, a palavra ao senhor Presidente da Câmara.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Obrigado, senhor Presidente. Uma vez mais, em si, cumprimentar toda a Assembleia Municipal. Sobre aquilo que a senhora Deputada Isabel Gonçalves apresentou, bem-haja pelas palavras, senhora Deputada. Sobre a questão do espaço tecnológico e a nova empresa na Plataforma Logística e as novas empresas que assinaram as escrituras, bem-haja pelas palavras. De facto, são palavras encorajadoras. Estamos no caminho certo. No caminho certo de atrair investimentos, de atrair pessoas e atrair empresas para o nosso concelho. Foi esse o nosso propósito e, ao fim de um ano, conseguimos já atrair várias empresas como aquelas que bem referenciou. E outras já faladas no último ano e, certamente, nos próximos tempos, poderemos falar sobre a sua instalação também. -----

Sobre a questão dos Passadiços do Mondego, já falámos antes de almoço. Não vale a pena falar outra vez sobre essa matéria. -----

Sobre a questão do Hotel Turismo, senhor Deputado Daniel, continuaremos a fazer o caminho exatamente da mesma forma, até que fique todo o processo preto no branco, como se costuma dizer, sempre de braço dado com a tutela governamental. Foi assim que nós fizemos desde a primeira hora, no recato, nos gabinetes a conversarmos sobre essas matérias. E é assim que nós vamos continuar a fazer até que o processo esteja totalmente concluído. -----

Sobre as questões das heranças que aqui foram faladas. De facto, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, eu só devo dizer uma coisa. A Guarda

merece mesmo mais e melhor. As eleições em 2021, as eleições autárquicas em 2021 foram muito claras. Foram muito clarividentes. Mas parece que ainda dói. Se calhar, é altura de mudar o tipo de comprimido porque a dor ainda continua a ser muita. Continuemos todos e cada vez mais a falar bem da Guarda. Não me canso de o dizer, nunca me cansarei de o dizer aqui ou em qualquer outro lugar. Todos somos poucos para falarmos bem da Guarda. -----

Sobre a questão das residências de estudantes, bom, é um trabalho contínuo que continuamos a fazer com o Instituto Politécnico, com as cerca de cem camas que nós já entregámos e estamos disponíveis para entregar mais algumas. Estamos continuamente a dialogar sobre isso. E devo dizer que, neste momento, o Município da Guarda está a ter, eu não lhe chamaria custo, é um investimento de cinco mil euros por mês nos custos que nós assumimos. Os custos de manutenção, dos combustíveis, do aquecimento, tudo isso. Nós estamos a assumir esse valor. É um valor, naturalmente, já elevado. Mas certamente que, no futuro, seja por via de outros avisos do PRR que possam existir, porque, como bem sabemos, os avisos do PRR que houve este ano não foi possível enquadrar nem a Guarda, nem Castelo Branco, nem Faro, nem outros locais do país com candidaturas aprovadas no PRR. Esperemos que, num futuro próximo, é esse o trabalho que o senhor Presidente do Instituto Politécnico está a fazer, e nós acompanhamo-lo nessa matéria, naturalmente, para que possam ser feitas novas candidaturas para podermos requalificar espaços existentes, se necessário for, para podermos dar mais condições aos estudantes que querem ficar na nossa cidade. -----

Sobre a questão dos transportes públicos. Bom, como bem sabemos, entrou no dia um de dezembro um novo operador e, o novo operador, a primeira preocupação foi estabilizar a nova empresa. Novas formas de atuação e queremos que a empresa estabilize e, nas próximas semanas, serão divulgados novos horários, novos trajetos, novos locais de paragem, sempre num processo contínuo de melhoria do serviço ao nosso cidadão. É esse o trabalho está a ser feito pelos técnicos do Município, pela divisão de mobilidade. -----

No que diz respeito, já aqui se falou também do território pouco competitivo. Bom, aquilo que eu falei há pouco e o que fizemos no dia da cidade é a prova que o território continua a ser competitivo e cada vez mais. Pela primeira vez conseguimos atrair uma

grande empresa que estava apenas sediada em Lisboa e conseguimos atraí-la para o nosso território. Para poder, no espaço de três anos, empregar cento e cinquenta pessoas, grande parte delas vindas de fora da Guarda. É um desafio constante. É um desafio constante que temos para atrair pessoas para o nosso território, seja com algumas alavancas que o Município da Guarda possa ter, seja usando também alguns planos que o Estado central possa ter por essa via. Temos que dar todos as mãos para podermos puxar pessoas para a Guarda. Pessoas, investimentos e empresas. E é esse, efetivamente, o grande desafio político. Não é só do Presidente da Câmara e do Executivo que faz o favor de me acompanhar. Não. É de todos nós. É um dos grandes desafios do nosso futuro. -----

Sobre a questão das peripécias do concurso público, nós estamos à vontade. Nem fomos nós que o lançámos, nem fomos nós que aprovámos o caderno de encargos. Nós estamos, tão só e simplesmente, a dar seguimento àquilo que estava plasmado e aprovado em reunião de Câmara e Assembleia Municipal. É isso que nós estamos a fazer. Naturalmente, sempre tentando melhorar o serviço prestado aos cidadãos. -----

No que diz respeito à questão dos transportes interurbanos, é uma matéria que todos os Presidentes de Câmara têm vindo a discutir, de uma forma incessante, no seio da Comunidade Intermunicipal. E esperamos que, durante o ano de 2023, possa estar resolvido o problema dos transportes interurbanos. Infelizmente, não é só no Município da Guarda. É em toda a Comunidade Intermunicipal. Esperamos que a Comunidade Intermunicipal possa, durante o ano de 2023, resolver toda essa situação. Porque, como bem sabem, está delegada na Comunidade Intermunicipal os transportes urbanos de toda a nossa sub-região. -----

Por último, a candidatura da DG Artes. Após alguns meses de avaliação e depois de um relatório técnico que nos fizeram chegar, um relatório bem feito, diga-se, meus senhores, o estado da arte seria este: a candidatura que foi aprovada obrigaria a que o Município da Guarda para receber, em 2022, duzentos mil euros, teria que gastar setecentos e oitenta mil euros. Porque a programação que estava na candidatura prevista, a programação DG Artes, 85% é da responsabilidade da DG Artes. É de acordo com, permitam-me a expressão, de acordo com o catálogo que existe. Setecentos e oitenta mil euros, mais os restantes 15% da programação que estaria a nosso cargo,

ainda iria, fosse ela qual fosse, ainda iria crescer a este montante. Portanto, estamos a falar num custo, em 2022, ou num investimento se quiséssemos, para recebermos duzentos mil euros, teríamos que gastar, ou que investir, bem mais do que oitocentos mil euros. Ou seja, estamos a falar em um terço, ou em menos de um terço. Pouco mais do que um quarto do financiamento. E nós, ao fazermos essa análise, depois de termos este relatório técnico... e isto iria continuar a acontecer durante os próximos três anos. Ou seja, para podermos receber, em quatro anos, oitocentos mil euros, teríamos que executar cerca de três milhões de euros por esta via. Ora bem. Então, tivemos que fazer as contas. E tivemos que ir ver aquilo que se fazia antes, num ano dito normal. Um ano dito normal, completo, é o de 2019. Não é o de 2020, nem o de 2021, como bem sabemos. É o ano de 2019. Ora, em 2019, o Teatro Municipal investiu, chamemos-lhe assim, trezentos e sessenta e três mil euros. Foi o orçamento executado pelo Teatro Municipal em 2019. Este ano, nós teríamos que investir os ditos oitocentos mil euros. E nós nem quisemos fazer a comparação com a bilheteira, porque nós não devemos olhar sempre às questões da bilheteira. Aliás, podemos dizer que, em 2019, as receitas de bilheteira foram cinquenta e oito mil euros. Não é por aqui. Mas, ainda assim, as previsões de bilheteira durante o ano de 2022 é de metade, é de vinte e nove mil euros. Metade. E estamos em anos ditos normais. Vamos aos espectadores. Em 2019, o TMG teve catorze mil e seiscentas pessoas. Catorze mil, seiscentos e vinte e um para ser mais preciso. Foram as pessoas que passaram pelo grande auditório. E descontando aqueles congressos que, digamos assim, não faz parte da programação paga, digamos assim. A perspectiva deste ano são nove mil pessoas. Nove mil pessoas. O que é que isto quer dizer? Não estamos no caminho certo. E, se não estamos no caminho certo, temos que fazer uma inflexão e mudar o tipo de programação. Porque nós não podemos obrigar as pessoas a ir ao Teatro Municipal. Não. Nós temos é que colocar uma programação certa e adequada para ir de encontro àquilo que as pessoas precisam, àquilo que as pessoas querem, aos diversos públicos que nós temos, não só no concelho, mas também na nossa região. E foi isso que passou a ser feito. E nós não assinámos o contrato com a DG Artes. E não vamos assinar este contrato com a DG Artes. E aquilo que eu transmiti ao senhor Diretor Geral foi que esperamos que, num futuro próximo, podermos estar em condições para podermos estudar um outro tipo de candidatura que não nos obrigue a termos que cumprir com esta, chamemos-lhe, ligeira de número. Nós não o podemos

fazer. Não podemos hipotecar o Município gastando, ou investido oitocentos mil euros e ter apenas nove mil pessoas. Não. Não é este o caminho. O caminho que nós queremos é que haja cada vez mais pessoas no Teatro Municipal, ao contrário daquilo que aconteceu este ano. E, por isso, senhor Presidente, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, foi esta a inflexão que nós fizemos, sendo agora o grande desafio para o futuro apostar, cada vez mais, no tipo de programação que a população da Guarda e que a população da região pretende, para podermos almejar aumentar o número de espectadores no nosso Teatro Municipal. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Passávamos, agora, ao período do ponto 2 da ordem do dia.” -----

Ponto 2.2 - Discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal do Município da Guarda para o Ano de 2023. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, deseja intervir já? No fim. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier Deputada (BE):** “Então, boa tarde a todas e a todos. Nós temos algumas questões aqui para fazer e que esperamos ver esclarecidas. A primeira tem a ver com as candidaturas de CEI e CEI+. Do mapa de pessoal do ano passado para este, nós temos um aumento de 193.648,70 cêntimos. Ou seja, há um há um grande aumento. Peço desculpa, 63.707. Estava a ler o valor do ano passado. Peço desculpa. Ou seja, nós temos um aumento muito grande no investimento de programas CEI e CEI+, que toda a gente sabe que são programas precários, não é? Há exatamente um ano, foi proposta na informação do senhor Presidente que em candidatura seriam cerca de vinte e nove candidaturas a CEI e CEI+. Na última Assembleia falámos sobre isto, porque os números eram assustadores. Quarenta candidaturas, por parte de uma Câmara, para programas novamente, repito, precários. Agora, na informação, o que nos foi apresentado são vinte e oito candidaturas. Mas temos um aumento bastante grande deste valor aplicado nos programas do IEF. Portanto, deixamos as várias questões. Quantos profissionais a trabalhar para esta instituição estão realmente previstos para este regime durante

2023? Quantas pessoas, que no ano transato se encontravam nesta situação, estão agora contratadas pelo Município? Se é que alguma o foi. Quantas já foram descartadas, para que novas entrassem neste esquema de exploração que é mantido pela Câmara? Reafirmamos, assim, a vontade de viver num Município que dá o exemplo ao combate à precariedade e não o contrário. Achamos curioso também, nas áreas funcionais e habilitacionais, haver tão pouca gente relacionada com ciências sociais. E também já falámos da importância, várias vezes, de termos mediadores culturais ou mediadoras culturais neste Município, para que seja trabalhada a paz social entre a vasta diversidade de pessoas. Não obtendo respostas satisfatórias, obviamente vamos votar contra uma manutenção de programas CEI e CEI+ que, obviamente, não servem nenhum funcionário.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se... faça favor, senhor Deputado Miguel Borges.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Boa tarde, mais uma vez. Ó Senhor Presidente, só... e é mesmo porque, provavelmente, não estou a perceber. É assim. Estão aqui previstos mais cento e noventa e seis postos de trabalho para o próximo ano. No entanto, se nós formos ver os valores previstos em custos com postos de trabalho para o ano de 2023, temos 16 milhões, 102 mil, 876 euros. No ano passado, com menos gente, tínhamos 17 milhões, 344 mil euros. Eu gostaria, se fosse possível responder já, agradecia-lhe. Só porque posso estar eu equivocado e poderá... É mesmo só uma questão. Não responde? Tudo bem. Pronto, sendo assim, achamos que é um exercício de imaginação. Depois, relativamente àquilo que temos aqui, é assim, dizem-nos que grande parte destes postos de trabalho se devem à transferência de competências. Analisando o documento, estamos a falar de cinquenta postos de trabalho, mais ou menos. Temos aqui mais cento e noventa e oito. Senhor Presidente, explique-nos para que servem. Eu percebo que, neste momento, o senhor Presidente precisa de ajuda. Nós sabemos exatamente aquilo que tem acontecido na Guarda nos últimos tempos. E aquilo que tem acontecido na Guarda é nada. Agora, e se estes números não estiverem corretos, como nós achamos, aquilo que vai pôr em causa vai ser o próximo ano e vai pôr em causa o orçamento do próximo ano, senhor Presidente. É só isto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada... faça favor, senhora Deputada.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e, na sua pessoa, todos os que assistem a esta Assembleia. Senhor Presidente, trago dois pedidos de esclarecimento relativamente ao mapa de pessoal para 2023. Refiro-me, dentro da divisão do ambiente, ao Centro de Recolha Oficial da Guarda. Primeiro, verificamos que existe um lugar previsto, da área de medicina veterinária, para o Centro de Recolha Oficial da Guarda, Canil-Gatil, que hoje em dia chamamos CRO. Pergunta-se, com o lugar de médico veterinário do CRO, Canil-Gatil a ficar vago em 2023, para quando está previsto o início do processo concursal para esse médico veterinário, uma vez que a sua presença é imprescindível no Centro de Recolha Oficial. Segundo pedido de esclarecimento. No mapa pessoal do ano passado, estava dado como ocupado um lugar de assistente administrativo e estava dado como previsto um segundo assistente administrativo. No mapa de pessoal de 2023, vê-se que esse lugar previsto nem foi ocupado, nem continua previsto. Como não há ninguém para substituir o atual assistente administrativo, quem fica na receção do CRO, e a desempenhar as suas múltiplas funções, quando este se encontra doente ou de férias? Como se pretende ultrapassar esta lacuna? Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja intervir sobre esta matéria? Senhor Presidente, deseja responder? Tem a palavra.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Muito telegraficamente. Nenhum município deste país, nem o Estado central estarão nunca interessados em aumentar qualquer tipo de precariedade. Por outro lado, a Câmara da Guarda não pode simplesmente contratar. Os contratos de emprego inserção, é proibido pela lei. Concursos públicos, sabemos todos como é que isso se faz. Eu já aqui, há uns meses atrás, disse isso à senhora Deputada. A Câmara é uma entidade pública e rege-se pela contratação pública. Ainda mais também nos recursos humanos. Não é simplesmente quer pela vontade do Presidente atual ou dos anteriores ou dos próximos, que se contrata a pessoa A, a pessoa B ou a pessoa C. E aquilo que tem acontecido durante este ano e aconteceu muitas vezes, talvez demais, é verdade. Nós temos muitas

peças na situação de baixa médica e que nos obriga constantemente, seja na esfera do município, seja na esfera das escolas, mas são mesmo muitas dezenas de pessoas, e que nos obriga, muitas vezes, a termos que contratar por esta via, por este programa do Instituto de Emprego e Formação Profissional. Naturalmente que ninguém quer recorrer a ele. E no futuro teremos que encontrar outras formas. Até porque, neste momento, aquilo que acontece cada vez mais é que o Instituto de Emprego já não tem, na sua bolsa, pessoas suficientes para dar resposta. Está a acontecer, infelizmente. Mas é à Câmara da Guarda e a qualquer outro serviço público ou privado do nosso concelho e da nossa região. É o que está a acontecer. E, portanto, temos que encontrar outras formas de colmatar essa necessidade. Mas, enquanto conseguimos e não conseguimos, porque os concursos demoram meses a fio, naturalmente que temos que continuar a ter aqui alguma previsão para podermos contratar por essa via, digamos assim, de uma forma de precária, naturalmente, mas que seja tendencialmente para zero o número de contratos de emprego de inserção. Só mesmo nos casos excecionais e é isso que nós queremos fazer. No que diz respeito à questão da redução de custos, senhor Deputado. A redução de custos, que são cerca de 800 mil euros a menos, tem a ver com uma questão muito simples. Ou mais, aliás. É mais. A redução é de 1 milhão e 200 mil euros. Durante este ano, aquilo que aconteceu, mais de quarenta e cinco trabalhadores saíram do município, pelas aposentações e por outras razões. Estamos a falar em pessoas que estavam no topo da carreira e as pessoas que agora nós vamos contratar começam no início da carreira. E aqui está a diferença dos valores. Esta é a justificação. São as contas que não somos nós, políticos, que as fazem. São serviços que as fazem, e bem, tendo em conta aquilo que está previsto no quadro pessoal. No que diz respeito ao número efetivo, a previsão para 2023 são mil e oitenta e uma pessoas. Aquilo que estava no quadro pessoal anterior eram mil e trinta e oito. O que estava no quadro pessoal, que foi aprovado em meados deste ano com a estrutura orgânica, eram mil e trinta e oito pessoas. E aquilo que está para o próximo ano são mil e oitenta e uma pessoas. E o porquê deste aumento? A grande parte do aumento deve-se às AEC's, à contratação de trabalho a tempo certo parcial. São quarenta postos de trabalho por esta via. Não estavam previstos no mapa de pessoal anterior e agora passam a estar. Entre outros lugares, aí já estamos a falar de um valor muito reduzido que estão previstos neste quadro pessoal. E esta é a justificação, naturalmente, para as questões que os

senhores acabaram de colocar. No que diz respeito à questão do médico veterinário. Como sabem, nós temos um médico veterinário. E a previsão que lá está de contratação de outro médico veterinário tem a ver com as competências do matadouro municipal. Que é um assunto que se vai arrastando no tempo, por razões financeiras. Não é só na Guarda, é em todo o país porque é uma matéria muito sensível e, portanto, ainda não houve consenso nessa matéria. Nem com a DGAV nem com a Câmara da Guarda nem com outras Câmaras. Ainda não há consenso sob esse ponto de vista. Bom, mas à cutela, nós colocámos lá mais um lugar para um médico veterinário. Mas nós temos um médico veterinário que continua a trabalhar, e bem, na parceria que existe com a Direção Geral de Alimentação e Veterinária já há muitos anos. Há vinte anos ou mais. No que diz respeito a quando existe alguma falha nos serviços administrativos do Centro de Recolha Oficial de Animais Errantes, naturalmente que os serviços, o senhor Chefe de Divisão trata imediatamente de remediar a situação durante algum tempo, até que o funcionário naturalmente seja colocado lá novamente. Está claro que nunca é a solução ideal, mas nós não podemos ter duas pessoas uma a olhar para a outra. Quando há falha de alguma, tem que haver outra pessoa que ocupe o posto de trabalho. E é, naturalmente, esta interação que as chefias de divisão vão sempre fazendo. E não precisam de falar com os políticos para isso, têm plena liberdade para o poderem fazer. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- José Relva, Presidente da Assembleia: “Senhor Presidente, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada deseja falar? A Mesa gostava de por à consideração do plenário o seguinte. Estamos aqui a discutir o mapa de pessoal e estão aqui presentes na sala alguns funcionários do município. A Mesa entende que não estão numa situação de incompatibilidade, até porque qualquer outro dos presentes pode amanhã vir a concorrer em função do mapa. De qualquer modo, a Mesa, humildemente, porque não tem a certeza, gostaria de vos por à consideração se, por acaso, alguém entende que estão sujeitos a alguma situação de incompatibilidade. A Mesa pensa que não. Por uma questão de lisura e de honestidade... Aceita-se. Então, colocaríamos o tema à votação.”

Resultado da votação do Ponto 2.2 - Discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal do Município da Guarda para o Ano de 2023. -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e oito votos a favor, dezoito abstenções e um voto contra. -----

Ponto 2.3 - Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município da Guarda para o Ano de 2023. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, deseja falar já no início ou no fim? Muito obrigado. Tem a palavra. Depois o Partido Socialista, depois o PSD e depois o CDS.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos. A apresentação e aprovação do orçamento municipal é um passo de máxima importância para a governação de uma cidade e concelho...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço imensa desculpa. Deixe-me só aqui ler a informação do Conselho Municipal de Juventude à Assembleia Municipal. «Em virtude da não execução de todos os preceitos regulamentares expostos no Regulamento do Conselho Municipal de Juventude da Guarda, consensualizou o Plenário do Conselho Municipal de Juventude da Guarda, em reunião de 15 de dezembro de 2022, não emitir parecer relativo às linhas de orientação geral da política municipal para a juventude constantes do plano anual de atividades da Câmara Municipal da Guarda e ao orçamento municipal, no que respeita às dotações afetas às políticas de juventude e às políticas setoriais com aquelas conexas. Não obstante, após apresentação sumária das linhas de orientação geral da política municipal e orçamento municipal, no que respeita às dotações afetas às políticas de juventude e às políticas setoriais com aquelas conexas, à qual se seguiu um período de esclarecimento de dúvidas e auscultação dos conselheiros presentes no Plenário supramencionado, foi decidido dar conhecimento à Assembleia Municipal de alguns aspetos que se consideraram relevantes salientar: - Reconhecimento da integração, na área da Juventude, de diversos temas e problemáticas que afetam os jovens, como educação, emprego, habitação, saúde e qualidade de vida, entre outros; - Implementação e regulamentação, dentro do investimento previsto para Habitação, de apoios municipais para a habitação jovem; - Reforço dos horários e paragens das rotas de autocarros, que

tenha em conta as necessidades da população jovem e/ou estudantil do concelho. Neste assunto, foram também salientadas duas necessidades específicas: Horários e paragens das rotas de autocarros mais adequados à realidade das instituições de Ensino Superior (Instituto Politécnico da Guarda e Escola Superior de Saúde), idealmente após auscultação das Associações de Estudantes; Reforço da oferta de transportes públicos para o Hospital de Sousa Martins. - Possibilidade de candidatura às Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior por parte de estudantes do concelho da Guarda que estudem no estrangeiro; - Reforço dos espaços para prática desportiva, com condições adequadas às condições climatéricas do concelho. Neste assunto, salientaram-se especificamente as modalidades de ténis e padel; - Aposta na criação de novos percursos pedestres e manutenção regular dos já existentes; - Melhoria, em termos de infraestrutura, das Piscinas Municipais da Guarda; - Procurar, no âmbito do ciclo urbano da água, que haja mais fontes de água própria para consumo no concelho da Guarda.» Portanto, esta é a informação do Conselho Municipal da Juventude. Muito obrigado. Peço desculpa de o ter interrompido.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos, de novo. A apresentação e aprovação do orçamento municipal é um passo de máxima importância para a governação de uma cidade e concelho. O orçamento surge acompanhado das Grandes Opções do Plano, um documento que serve para planear a nossa cidade, a nossa vila e as nossas aldeias, a médio e a longo prazo. O documento descritivo que acompanha o orçamento é minucioso e explica, de uma forma clara, o que o Executivo pretende fazer no próximo ano e seguintes. É um orçamento de rigor, pragmático, que reflete as opções de políticas públicas, mas também ambicioso. Reflete os princípios da boa governança, legalidade, transparência, entre outros e não quer estar condicionado pelo atraso no acesso aos fundos comunitários. Está centrado nas pessoas, famílias e empresas, tendo em atenção a conjuntura internacional altamente desfavorável e uma inflação galopante, o que se refletiu nas despesas correntes do município com aumentos significativos com combustíveis, aquecimento, alimentação, iluminação pública, águas, juros dos empréstimos, etc. Mas também se refletiu em cada uma das famílias, pelo que, os mais vulneráveis poderão contar, desde logo, com a ajuda da autarquia, com os 500 mil euros inscritos no Plano de Emergência Municipal. Este é o orçamento possível que

indica onde estamos e o que pretendemos percorrer para fazer do nosso concelho o melhor para se viver, estudar, trabalhar, investir e visitar. O grupo municipal do PG deseja, assim, que este orçamento e as Grandes Opções do Plano mereçam o apoio e o voto favorável de todos os deputados municipais. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado Miguel Borges. Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Boa tarde. Antes de mais, gostaria de salientar a importância destes documentos. O Orçamento e as Grandes Opções do Plano são os documentos que, se aplicados com rigor, guiarão o futuro próximo do nosso concelho. O senhor Presidente não poderá falar em união, em defesa da Guarda e todos em prol da Guarda quando não permite que haja discussão. Estes documentos não foram discutidos com tempo na reunião do Executivo, senhor Presidente. No ano passado votámos favoravelmente o Orçamento e as Grandes Opções do Plano. Esse voto, foi um voto pela democracia. Dissemos, à data: quem ganha deve governar e deve concretizar o seu programa. Hoje, tal como há um ano, vamos votar pela democracia. Mas hoje, e tal como avisámos há um ano, estamos aqui para defender a Guarda e não para apoiar o marasmo e, por isso, vamos divergir. No ano passado, votámos favoravelmente porque o vosso orçamento contemplava, no essencial, o vosso programa eleitoral e não tínhamos tido tempo para avaliar o vosso comportamento. Hoje, como há um ano, o vosso orçamento tem falhas, incongruências e falta de rigor. Hoje não existem desculpas e o vosso orçamento, apesar de contemplar aspetos positivos, diverge no essencial daquilo que é a nossa visão para a Guarda. Tem aspetos positivos como a aposta na reabilitação de vias de acesso à cidade e ao centro da cidade, as transferências para as juntas de freguesia e associações, a reabilitação e beneficiação da Escola de Santa Clara. Outro aspeto positivo é o valor incluído para a reabilitação dos parques infantis. Esperamos que estes passem a ser adaptados para pessoas com deficiências, dando corpo à moção aprovada nesta Assembleia já no decurso deste ano. Mas essas são apenas obrigações, senhor Presidente. E não ações que necessitem de planeamento e aposta no desenvolvimento da Guarda. São aquilo que tem de ser, o inevitável. Contudo, são positivas e temos de as reconhecer. Mas, e depois? E depois vem o tudo. E esse tudo é a aposta na continuidade. O ano de 2023 será um ano de passagem. Um

ano onde os guardenses continuarão a ansiar por uma Guarda moderna, capacitada, povoada, voltada para o futuro. Não terão nada disso. Terão mais do mesmo. A vossa introdução de vinte páginas não apaga os números. Quando se fala numa aposta no social, os números trazem aquilo que vêm trazendo nestes últimos anos: festas, romarias e tapa olhos. Quando se fala numa aposta nas empresas e no setor económico, os números desmentem. No ano passado, as funções económicas representavam, nas grandes opções do plano, 49,82%. Hoje, representam 44,8%. No ano passado, as funções sociais representavam 36,71%. Hoje, representam 33,84%. Gostaria de destacar a vossa aposta na agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca. Para o ano de 2023, existe uma previsão de despesa de 380 mil euros. Para este ano, a previsão era 930 mil euros. Estamos conversados. Reflitamos agora sobre a vossa introdução. Aposta-se num plano de emergência social. Concordamos. Mas os números falam de transformação e falta de rigor. A verba de 500 mil euros existe, mas apenas são acrescentados mais 200 mil euros, relativamente ao ano passado. O Plano Guarda Saudável e Solidária, que no ano passado tinha verba prevista de 300 mil euros, deixou de existir. No âmbito do parque habitacional público e privado, fala-se de uma revolução no setor social com uma verba de 800 mil euros, prevista para 2023, para reabilitação e aquisição de imóveis. Em 2022, esta rubrica contemplava 1 milhão e 100 mil euros. E, só para habitação social, estavam previstos 700 mil euros. Onde é que está a revolução? Outra aposta, instalação do Centro de Investigação Nacional do Envelhecimento. Verba prevista para 2023? 150 mil euros. No ano passado, 150 mil euros. Diferença: no ano passado não estava contemplada na vossa introdução. No ano passado, o município tinha previsto adquirir 2 milhões de euros em água. Pretende hoje adquirir, para o ano de 2023, 2 milhões, 480 mil euros. Se contabilizarmos o aumento previsto na introdução, o município irá adquirir mais ou menos a mesma quantidade de água. Onde está a eficiência hídrica, senhor Presidente? Onde estão as verbas para a reabilitação de condutas, senhor Presidente? Onde estão as verbas para a deteção de fugas, senhor Presidente? Onde estão as verbas para parques infantis mais sustentáveis, senhor Presidente? Para o próximo ano, dizem, continuamos com o mesmo ímpeto do ano transato e investimos mais 700 mil euros na terceira fase da plataforma logística. No ano passado estavam previstos 710 mil euros. Quanto foi gasto, senhor Presidente? Qual é a verba para a área empresarial e tecnológica no primeiro e segundo piso do mercado

municipal, senhor Presidente? Plano de Ação de Pessoas e Empresas - PAPE, grande aposta! 100 mil euros. Quer explicar melhor, senhor Presidente? O que é? Como vai ser desenvolvido? Nova cidade desportiva, 50 mil euros. Nova mata municipal, em 2022, 50 mil euros. Em 2023, 50 mil euros. Na realidade, zero mil euros. Rota dos miradouros, mais uma aposta para 2023. Valor em orçamento, 10 mil euros. Sabe quanto estava previsto em 2022, senhor Presidente? 50 mil euros. Só não aparecia na introdução. Parque biológico Quinta da Maunça, 50 mil euros este ano, 50 mil euros para o próximo. Na introdução é referida a agenda estratégica para 2035. Muito bem! Será ou seria um instrumento de gestão estratégica do município? Em que parte do documento está novamente referenciado esse projeto? Poderei estar enganado, mas ele não consta nem das grandes opções do plano, nem das atividades relevantes, não havendo qualquer valor alocado a este projeto. Estamos preocupados. Existem projetos que desapareceram do orçamento e que estavam contemplados em 2022: zona económica e especial simbiótica; centro de inovação transfronteiriço, centro de valorização de produtos endógenos. Já estão realizados, senhor Presidente? Outro projeto mencionado sem verba prevista é o museu de arte contemporânea. Referem que o conselho municipal da juventude continuará a ser um fórum de diálogo e participação ativa. Mas os atos, aparentemente, contrariam as palavras. Vamos agora às vossas apostas reais, àquelas que vocês não colocaram nesta introdução. Seminários, exposições e similares, todos nós sabemos o que são. Para o ano de 2023, 1 milhão, 975 mil euros. Publicidade: 290 mil euros. Vigilância e segurança: 402 mil euros. No ano passado, 200 mil mais ou menos. A diferença em valores destes três itens para o ano de 2022 é de 900 mil euros. Sempre a subir. Agora que já descobrimos as vossas prioridades, vamos às vossas promessas. Hoje, o Executivo pode dizer aos guardenses que não será responsável ou razoável baixar impostos, mas não esquecemos as promessas que fez durante a campanha, época na qual já muita da incerteza que hoje se vive era uma evidência. O PS propôs que fosse dado incentivo, através de discriminação, para o abaixamento de impostos para a juventude. Nada foi feito. Onde está a redução da taxa de IMI prometida durante a campanha eleitoral? Onde está a redução de 50% para as taxas de licenciamento? Onde está a redução de 50% na taxa de Derrama? A criação do cartão de Bombeiro Municipal? Onde estão as novas áreas de localização empresariais espalhadas pelo concelho? Onde está a criação do gabinete de

apoio psicológico ao munícipe? Onde para o plano para despoluição das linhas de água? A revisão do PDM? Já passaram muitos seis meses, senhor Presidente. A variante dos F's, senhor Presidente? Onde está o projeto e a desafetação de terrenos? Senhor Presidente, ainda está em tempo de seguir um outro caminho. Não podemos votar favoravelmente este documento. Iremos optar pela abstenção, deixando, no entanto, um aviso. Não receamos votar contra. Se o marasmo continuar, essa será a nossa votação para 2023. Mas gostaríamos que o senhor Presidente começasse a trabalhar, deixasse de inventar problemas e obstáculos, e se focasse na Guarda. A Guarda e os guardenses poderão sempre contar com o PS. Foram demasiados anos perdidos. Não haverá nem mais um ano perdido para a Guarda, senhor Presidente. Tem a palavra, senhor Presidente. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Gostaria de esclarecer que está contabilizado, no sistema, mais três minutos e quarenta e sete que gastou. Mas, neste tema, há um adicional de cinco minutos. E, portanto, ainda sobrou tempo. Só um pequeno esclarecimento para se interpretarem as coisas como deve ser. Tem a palavra o grupo parlamentar do PSD.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Boa tarde, senhor Presidente da Mesa. Por uma questão de economia de tempo, cumprimento todos os presentes e quem nos vê nos meios audiovisuais, na sua pessoa. Na Câmara Municipal da Guarda, a tradição ainda é o que era. E não tem havido postura mais tradicional do que a forma de elaboração do orçamento previsional. E digo isto com bastante preocupação, pelo facto deste Executivo nos ter presenteado, mais uma vez, com a mesma arquitetura que tem seguido desde que tomou posse. Uma vez mais, e contrariando todo e qualquer princípio da racionalidade e prudência económica, não se está a utilizar o orçamento como um verdadeiro instrumento financeiro e de gestão, mas sim como um documento meramente administrativo e de carácter propagandístico. Este modelo previsional, que ultrapassa claramente os 67.7 milhões de euros, representa uma subida de quase 7% em relação ao ano passado. E ainda falta aqui integrar o saldo de gestão que há de ser integrado lá mais para a frente, para o ano se Deus quiser. Ora, numa altura em que atual conjuntura económica pressupõe uma atitude de contenção em relação aos gastos, e todos sabemos que vamos ter pela frente um dos anos mais difíceis desde a

década de setenta do século passado, o presente Executivo vem propor-nos um acréscimo de mais de 4,3 milhões de euros em relação ao período transato. Se analisarmos as despesas verificamos que a nível de capital, ou seja, o investimento, estas diminuem 0.35, ao passo que as despesas correntes, aquelas que são o sorvedor de recursos, aumentam mais de 10 %. Todos os economistas e governantes sabem que a situação que estamos a viver é extremamente complexa e difícil de combater, porque não compartilha, então, o Executivo, essas dificuldades com os munícipes? A gestão das expectativas é a resposta a essa questão. A Câmara da Guarda está convencida que tem que ter um orçamento otimista e espera que essa visão menos realista atue como fator de galvanização do eleitorado descontente que, ultimamente, tem sentido que tem vindo a perder. Gerir o que as pessoas esperam do futuro, exige uma aproximação, mínima que seja, ao que de facto se está a passar. Se assim não for, enfrenta-se o sério risco de obter um resultado oposto ao que se desejava. Mais grave ainda, há o risco de se transmitir uma ideia de desconhecimento ou de desorientação face à realidade. Tomemos como exemplo o orçamento plurianual do município da Guarda. Na previsão do ano passado, ao nível da receita total, previa para 2023 um valor de 61 milhões de euros. Para 2024, 55.6, e, para 2025, 54.5. Ou seja, verificava-se uma prudente redução da receita para os anos vindouros, em função da crise que vivemos e que certamente se agravará. No documento deste ano, para além de se considerarem 67.7 milhões de euros para 2023, ou seja, mais 6.7 milhões de euros que na previsão do ano passado, imprudentemente considera-se que as receitas totais serão de 70.5 milhões de euros em 2024, 73.2 em 2025. Ou seja, mais 14.9 e 18.7 milhões de euros, respetivamente. Senhor Presidente, por favor, explique-nos que magia é esta que faz disparar a receita previsional em forma de progressão geométrica, quando o bom-senso mandaria que fosse o contrário. O que aconteceu do ano passado para este ano, para poder fazer esta afirmação financeira? Porque é que criam expectativas às pessoas, quando sabem, claramente, que não têm capacidade de materializar o que propuseram? Mas, mais do que o rigor dos números, importa discutir o rigor, a relevância e a pertinência das políticas, cuja tradução financeira se materializa neste orçamento. Ultimamente, a Guarda tem vindo a perder terreno competitivo em relação a outros concelhos que felizmente tinha conseguido recuperar. Tem consistentemente esbanjado oportunidades únicas de afirmação no panorama regional e não está a ser capaz de

captar investimento produtivo e gerador de riqueza. Veja-se o exemplo das UEPS, em que mais de cento e cinquenta profissionais altamente qualificados e respetivas famílias, estão impedidos de se sedear na Guarda porque este Executivo, que muito fala, mas que pouco age, ainda não encontrou um imóvel com condições para esse fim. Mas, para isso, é preciso rigor, competência, determinação, seriedade e um rumo claramente definido. Se estamos à espera deste Executivo para o conseguir, admiro a paciência e a estoicidade de quem nisto acredita. Mas vejamos, por exemplo, os gastos previsionais em publicidade. Publicidade à atuação deste Executivo que aumentaram quase 200% do ano passado para este. E não, senhor Presidente. Não me venha dizer que teve a ver com a promoção dos Passadiços, porque o grande grosso já foi gasto este ano, em 2022. Como tal, leva-me a crer que, à semelhança da cigarra, este Executivo tem necessidade de se promover, pois se tivesse seguido o exemplo dos dois mandatos anteriores, onde por acaso até pertenceu, a obra feita era a melhor forma de publicidade. Da mesma forma que a rubrica comunicações cresceu 80%, da previsão de 2022 para 2023, chegando, nesse ano, a quase meio milhão de euros. Que acontecimento ou acontecimentos tão relevantes vão existir para obrigarem a que uma verba tão significativa seja considerada nesta matéria? No próximo ano, talvez lá para abril, quando falarmos sobre as contas de 2022, talvez aí a realidade dos números se veja refletida na incongruência da taxa de execução global do orçamento. Deus queira que eu me engane. Então, pergunto, com que veleidade se vem aqui a esta casa propor um documento fictício que, na sua essência, não reflete, de forma alguma, aquilo que realmente se vai fazer no próximo ano? Porque razão, mais uma vez, se inflaciona enormemente o orçamento, quando já se sabe, à partida, que não vai haver capacidade de materializar aquilo que aqui é proposto? Gostaria, senhor Presidente, de ver respondidas estas questões. Será que o Executivo do PG tem mesmo vontade de fazer, ou estará mais interessado em apregoar? O orçamento da Câmara da Guarda, para 2023, deveria ser uma oportunidade para o Executivo falar ao concelho sobre as dificuldades que, neste momento, se avizinham no horizonte. As contas da autarquia deveriam estar a transmitir a preocupação de quem governa e não a irrealidade de um Executivo que, pelos vistos, quer consolidar o seu poder. Por isso, estas opções orçamentais e governativas espelham a postura de atuação irrefletida e asfixiante da iniciativa empreendedora que caracteriza o atual Executivo da Câmara da Guarda. Como

tal, o nosso concelho necessita urgentemente de um novo modelo de gestão, de uma nova estratégia, de uma visão abrangente e inovadora, mas, acima de tudo, de uma atitude séria e credível para com os seus habitantes. Coisa que este Executivo não tem sabido fazer. E não queria terminar sem antes desejar um Santo e Feliz Natal a todos, e, ao mesmo tempo, formular um pedido para 2023, mas que, na realidade, representa um direito fundamental de todos os munícipes e de todos os guardenses: o direito à verdade dos números e à realidade dos factos. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado do CDS-PP.” -----

- **Pedro Narciso, Deputado (CDS-PP):** “Muito boa tarde, Senhor Presidente e sintam-se todos, desta forma, também, cumprimentados. Ora, quem viveu na Guarda nos anos 80, familiarizou-se com um termo que era o da nossa posição geoestratégica e, em simultâneo, com uma condenação. Era a condenação, a condenação ao desenvolvimento. E nós dizíamos: Olha, que boa condenação, já viram? Estamos aqui, nascemos nesta terra feliz, das maravilhas, como já ouvimos aqui tantas maravilhas também que já nos passaram por aqui hoje. Eu penso que não devo viver na mesma cidade. Mas tudo bem. A ausência de sono também me provoca algumas alucinações, com certeza. Esse desenvolvimento não chegou. E chegaram os anos 90 e a Câmara Municipal, à altura, encomendou um estudo chamado plano Estratégico de Desenvolvimento do Município, que apontava claramente para dois vetores essenciais: o desporto e a saúde. Basta olhar para hoje, querem falar sobre saúde, novamente? Querem falar sobre o desporto, novamente? Sabemos que não temos o melhor acesso à saúde, nem temos o melhor acesso a condições da prática desportiva. Isso é óbvio e são possivelmente as nossas maiores carências. Portanto, falhámos no óbvio. Porquê? Haverá muitas razões. Com certeza que já foram faladas aqui anos a fio. Mas não chegámos a essa solução. E, então, enveredámos pela monocultura económica da massificação do emprego que foi a Delphi, até que a Delphi também encerrou. E, então, vamos tentando. Vamos tentando aqui e ali pequenas coisas. Tentámos, agora, a Capital Europeia da Cultura, perdemos a Capital Europeia da Cultura. Mas já sabemos que agora, em relação à cultura, vamos ter aquilo que as pessoas querem ouvir. Portanto, se todos gostarem muito de Quim Barreiros, vamos ter Quim Barreiros, de manhã à noite,

no Teatro Municipal. Não será essa a nossa posição e, atenção, eu estou a exagerar. Isto é uma hipérbole, com certeza que todos perceberão. Não vale a pena abanar com a cabeça, porque acho que toda a gente percebe que isto é uma hipérbole. A cultura não pode ser só aquilo que as pessoas querem ouvir, com toda a certeza. Cultura é alargar horizontes. E, então, chegamos... também agora temos o turismo, também tentamos enveredar pelo turismo. Ou seja, nós tentamos ir a todo lado, mas não chegamos a lado nenhum. Não chegamos a lado nenhum, porque não temos um plano. Não seguimos aquilo que era o plano estratégico e isso, possivelmente, é o nosso erro desde o início. E, então, chegados ao nosso aniversário como cidade, o aniversário da atribuição do Foral, temos um novo desiderato. A Guarda quer ser um hub. Um hub. Alguém sabe o que é um hub? Eu fui ver, atenção. Eu fui ver. Eu fui ver. Um hub é, então, um eixo. É um eixo, um centro, uma roda. Ou seja, voltámos ao início. Queremos ser novamente a posição geoestratégica central. Ou seja, nós continuamos sempre no mesmo. Queremos ser o hub. Mas, se calhar, é por ser em inglês. Soa melhor. Somos um hub, vamos ao sunset, temos o rooftop da torre de menagem e, possivelmente, deixamos de ter Presidente da Câmara Municipal e vamos passar a ter um CEO. Se calhar é esse o objetivo. Se o Ministério da Saúde tem um CEO, nós também temos que ter o nosso CEO municipal. O grande problema, o grande problema é que, olhando para estas grandes opções e para este orçamento, e já foi aqui escamoteado, já vimos aí várias camadas que são, obviamente, passíveis de crítica e que eu também sublinho, mas que eu acho que este plano plurianual de investimento não reflete aquilo que tem que ser uma visão de futuro para a nossa cidade. E, bem ou mal, nesse plano, temos alguns pontos que estão mencionados com quase nada, nem uma linha têm de menção e outras têm algo de ridículo ou diminuto que, obviamente, vê-se claramente que não há um interesse em concretizar aquela obra. Temos, por exemplo, o rio Diz e Noeme, que já foram aqui falados também. Não pode ser só uma questão da campanha eleitoral. Falamos todos de água, queremos todos preservar a água. Vamos ver este plano plurianual, não há uma linha. Quando já foi gasto dinheiro. O projeto Guarda Rios já gastou, em tempo, dinheiro alguns milhares de euros, pelo Engenheiro Pedro Teiga, um dos melhores experts na área e que, se passarem por lá, hoje não, porque a água levou, felizmente, toda aquela poluição embora. Era uma boa oportunidade, já que os pontos de poluição estão todos identificados, de o fazer e, de uma vez por todas, acabarmos com esta história, porque

até já eu um canso de falar do Rio Diz e do Rio Noéme. Temos, também, a questão do dos resíduos sólidos. Nós temos uma fatia significativa de resíduos sólidos, dois milhões e meio de euros aqui orçamentados. Foi feito algum esforço para que as pessoas possam fazer compostagem? Para que as pessoas reduzam aquilo que são os seus detritos, para que possamos aproveitá-los e para que a fatura possa ser reduzida por essa via? Se foi feito, eu não tenho qualquer conhecimento disso. Em relação à reconversão dos espaços de verdes, ainda na matéria do ambiente. Foi feito, está feito algum estudo de reconversão? Reconverter os nossos espaços verdes em espaços que necessitem de menos água? Sabemos que hoje não é o dia certo para falar disso, porque, felizmente, há bastante. Mas sabemos que será cada vez mais ocasional e, portanto, é uma matéria que se reveste de uma importância elevada. Na questão da mata municipal, já foi dito, 50 mil euros. Eu recorro que, em 2016, aquilo que foi gasto para aquisição de árvores na Avenida Cidade de Salamanca, meia dúzia de árvores, o que está no portal base foram 60 mil euros. Então, o quê, vamos plantar dez árvores de cada vez na encosta mais fria da cidade? Em que o desenvolvimento delas é aquilo que se sabe? Pouco ou nenhum. Passem lá a ver aquelas que foram plantadas no dia de árvore, para verem o tipo de desenvolvimento que têm. A questão de um milhão de árvores. É sempre bom um milhão de árvores. Mas quê, é um milhão de eucaliptos? Mas é um milhão de árvores, porque é que não são cinco milhões? Como é que se chegou a este número? Vamos plantar um milhão de árvores. É porque fica bem? Então, eu punha cinco. Eu punha já cinco milhões de árvores. Mas estes cinco milhões de árvores, se fossem duzentas mil plantadas em locais estratégicos, tal como deve ser, valorizando as nossas ruas, as nossas praças, teriam uma outra dignidade, dar-nos-ia uma melhor qualidade de vida. Vai ser o quê? Eu não percebo como é que isto vai ser feito. Vai ser um quilometro quadrado de árvores e estão então aquilo não de árvores. Eu penso que a repercussão que têm na nossa vida, não será exatamente o mesmo. Em relação à habitação. Falámos aqui da UEPS e dissemos: sim, a UEPS pode trazer cento e cinquenta postos de trabalho, vêm as famílias e pode chegar aos trezentos. E todos batemos palmas, acenamos com a cabeça, está tudo bem. Onde é que eles vão viver, sabem-me dizer? Têm visto as plataformas online ou diretamente em imobiliárias o que é que há para alugar, ou o que é que há para comprar na Guarda? Diga-me onde é que vão pôr cento e cinquenta, cem, cinquenta pessoas? Não conseguem. Portanto, este é um problema fundamental. Como

é que queremos chamar gente para a Guarda se nós não conseguirmos criar condições de acelerar, facilitar, desburocratizar e acelerar aqueles que querem realmente empreender? Que eu já nem vou pela questão, porque já sabemos que a Câmara Municipal, no caso, é um péssimo senhorio, que não consegue, num espaço de um ano, arranjar uma rampa para os seus edifícios. Portanto, não vou aqui pela questão de ser a Câmara a construir, que é um encargo oneroso e que sabemos que se reflete ao longo de vários anos. Mas vamos por esta matéria mais fácil, que depende muito do funcionamento da própria Câmara Municipal. E também na redução das suas taxas. Se calhar, temos aqui o corolário daquilo que é o desnorte dos projetos municipais. A ciclovia. A ciclovia é o quê? A ciclovia é um espaço, eu sei que está naquele local porque era o único que era elegível, porque, de outra maneira, não tínhamos financiamento. Mas aquilo, honestamente, pensemos todos e vamos refletir. Alguém, tirando aquelas pessoas que já o fazem e que gostam do desporto por si, vai deixar de utilizar o seu carro para fazer sete quilómetros, oito quilómetros pela Viceg para vir trabalhar para a Guarda? Honestamente, pensem nisso. Mas são 3 milhões de euros. Primeiro eram 3, depois eram 1,3. Depois, afinal, já há problemas com a segurança... Não conseguíamos ter investido melhor estes 3 milhões de euros na mobilidade urbana? Eu lembro-me assim de uma série de coisas e com certeza que todos nos lembraremos em que este dinheiro teria sido muito, mas muito melhor aplicado. Os Passadiços. Os Passadiços, há bocado, o senhor Presidente disse: 100% das pessoas na sala estão a favor dos Passadiços. Olhe, eu, sou sempre um desmancha prazeres. Eu não sou grande fã. Eu vou, eu acho que é bonito. Mas, por 4 milhões de euros, compro caminhos..." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, peço desculpa. Já ultrapassou o seu tempo já com o acréscimo de cinco minutos." -----

- **Pedro Narciso, Deputado (CDS-PP):** "Pronto, então temos só aqui as grandes deceções do plano. Porque não são só as grandes opções, temos as grandes deceções. O CET, já não necessitamos de pavilhão multiusos? Pelo menos não perdemos os 300 mil euros. Quarteirão das Artes, o Solar dos Sabores ainda existe? Qual é que é o projeto? A variante da Sequeira, o Centro de Inovação da Indústria Automóvel, o Porto Seco que já falámos, a requalificação viária que foi prometida para São Miguel. O Centro Histórico, 100 mil euros, vamos fazer o quê? Um botox? Vamos requalificar algumas pedras? 100

mil euros, o que é que dá para fazer com 100 mil euros no Centro Histórico? Passamos a vida a falar do nosso Centro Histórico, passou na televisão, eu tive vergonha do que vi na televisão. Casas sem telhados, uma cidade fantasma, não, porque tinha pessoas, mas aparentemente muito desleixada. Portanto, senhor Presidente, se se quer desmarcar do que de mau acontece, neste momento, na Câmara, não se pode esquecer que está lá há nove anos. Não se pode esquecer desta questão. São nove anos de que não se pode desmarcar. Esteve no bom, esteve no mau. E agora continua. Portanto, não vamos deixar que a Guarda continue a ser um veículo que circula, não se sabe para onde vai e também não interessa, desde que continue a ter combustível. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra a senhora Deputada Bárbara.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Boa tarde a todas e a todos. Nós, no ano passado, abstivemo-nos em prol da confiança neste Executivo. Referimos, na altura, que não era aceitável a não discriminação de tópicos que para nós, durante este ano, mostramos que são intransigentes e que deveriam ser para bem do nosso município. Este ano, tendo em conta que a situação se repete, seremos obrigados a votar contra, de forma a que, no futuro, o Executivo municipal se comprometa em ações que são importantes. Precisamos de verbas decentes para desenvolvimento do município, desde a ação social, florestas, culturas, espaços verdes. Temos aqui o Centro Histórico, temos aqui projetos que sumiram. Portanto, verbas decentes é, sem dúvida, o primeiro ponto. Porque, obviamente, toda a gente aqui sabe que podemos planear muita coisa. Se não houver dinheiro nem recursos humanos para tal, elas não vão acontecer. Participação no programa nacional de mediação cultural, já falámos hoje. A Guarda, felizmente, tem muitas culturas, muitas etnias. É necessário que o Executivo o admita e que trabalhe a paz social no município. Os valores afetos à requalificação das casas de responsabilidade municipal, a habitação social, não são suficientes. Até para a única situação que já falámos. O valor que lá está, não sei se dá sequer para requalificar o tópico que falámos em São Miguel. Não existe uma verba que seja real para a requalificação de margens e leitos dos rios do nosso concelho e não há identificação, sequer, específica, destas atividades. Se fizerem a pesquisa de rio e rios, isto surge no meio de palavras como comunitários. Não estão previstos, também, programas de apoios municipais à

habitação. E sim, sabemos a ideia do parque habitacional. Eu não estou a falar de casas no futuro. Estou a falar de apoiar as pessoas na Guarda com casas já existentes. Portanto, consideramos, e também já houve aqui esta referência, programas municipais de apoio à habitação de casas que já existem, já estão construídas e que podem permitir que mais pessoas venham para cá. Deixamos aqui duas considerações que são, apesar de já ter sido referido hoje o apoio às equipas de sapadores, o senhor Presidente afirmou que esta equipa estaria prevista nestes recursos humanos. Portanto, nós vamos, obviamente, confiar na sua palavra e esperamos que não tenhamos que vir cá outra vez falar sobre isto. Em termos dos parques infantis adaptados, também já falámos sobre esta situação. Esperemos que esteja previsto, até porque a palavra acessibilidade é uma palavra que não existe nestas propostas. A menos que tenha a ver com acessibilidade rodoviária. Portanto, há aqui uma série de questões que nós não compreendemos como é que não são previstas. A política é para servir a população da Guarda. Portanto, o orçamento deve prever essa mesma proteção das pessoas que cá vivem. No entanto, tenho ouvido tantas opiniões negativas destes grupos parlamentares, que são meus colegas, que também suponho que se vão opor a este orçamento. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Boa tarde. Ora, não venho aqui falar sobre o orçamento, o meu amigo Ricardo já deu a opinião do PSD relativamente ao orçamento, mas venho falar sobre uma coisa que foi aqui posta, sem estarmos à espera, que foi a informação sobre o Conselho Municipal da Juventude que o senhor Presidente leu. Ora, isto veio, finalmente, repor algumas verdades que estavam a ser ditas ou inverdades que estavam a ser ditas durante a manhã. Afinal, no meio daquele berreiro todo, os meus amigos Deputados do Bloco de Esquerda e do PS, afinal tinham razão. Porque, afinal, não foi bem aquilo que o Presidente estava a dizer, que tinha havido um parecer e que tinha havido consenso. E agora ficámos todos a saber disso. E ficámos a saber de alguns desrespeitos, digamos assim, que se fizeram, então, ao Conselho Municipal da Juventude. O primeiro, talvez seja de não ser tido em conta para a proposta de orçamento, como diz nos regulamentos. A segunda, de que não foram fornecidos documentos aos senhores conselheiros. A terceira, de que queria que ali se votasse sem estar uma coisa na ordem dos trabalhos, que essa votação estivesse na ordem dos

trabalhos da reunião do Conselho Municipal da Juventude. De seguida que, sem os documentos, foi apresentado um sumário de coisas sobre juventude no orçamento, mas depois não falava propriamente sobre habitação jovem, falava sobre habitação para todos, para velhos também, para crianças, para tudo. E há mais desrespeitos porque, apesar disso tudo, ainda se chega a umas conclusões que foram ditas e houve contributos de alguns conselheiros, nomeadamente das associações, e isso torna-se tudo num pseudo-parecer. O que aí está não vincula o Conselho Municipal da Juventude, mas é tido como se fosse. Por último, à última da hora, é aqui lido para os Deputados, sem termos qualquer hipótese de ler verdadeiramente o que é que aí está. E, ainda, para cúmulo, nem se ia falar desta questão. Portanto, repor as verdades e repor o devido respeito que o Conselho Municipal da Juventude merece. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, só um bocadinho. Faça um favor.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Boa tarde, novamente. Em relação a este assunto, isto foi discutido numa reunião do Conselho Municipal da Juventude. O Rodrigo também estava. Nunca foi emitido um parecer, nunca foi decidido um parecer. Acredito que tenha sido uma confusão do senhor Presidente, porque o que foi decidido era dar uma informação e é o que está escrito no documento que foi lido. Mais importante aqui realçar é que o Conselho Municipal da Juventude discutiu este assunto. O João Vaz, e bem, no ano passado, quando aqui estivemos, salientou este ponto. Este ponto foi integrado numa reunião do Conselho Municipal da Juventude previamente ao orçamento. De facto, e há que reconhecer, não foram seguidos todos os trâmites que estão estabelecidos, reunir antes da reunião na Câmara, de disponibilizar atempadamente o orçamento para poder ser emitido um parecer. Isso foi reconhecido pela senhora Vice-Presidente de forma bastante clara e depois foi colocado à discussão: querem emitir um parecer, o que é que querem fazer? Chegámos à conclusão que não devíamos emitir parecer. Ainda assim, isto é que é importante, todas as associações e todas as pessoas que estavam presentes, consensualizou-se que iam ser dadas sugestões, que é este documento que foi lido, para o exercício, para a execução do ano de 2023. E é isto que aqui está. Os conselheiros intervieram. Nós reunimos dia 15 e foi dito: eu comprometi-me a redigir o documento, que é este; vamos enviar por e-mail a

todas as pessoas presentes; votem, se concordam ou não; se houver maioria, isto envia-se para a Câmara. Das associações presentes, votaram oito a favor. Éramos treze, se contássemos com os Deputados indicados. Se não contássemos com os Deputados indicados pela Assembleia, oito, em nove, votaram a favor do envio deste documento. Para além disso, lembrar. Este parecer, do que eu encontrei nos últimos oito anos, corrija-me se estiver enganado, nunca houve nenhum parecer. E há que reconhecer também, que desde que há um Conselho Municipal da Juventude, 2011, 2012 e 2013, o Partido Socialista reuniu, apresentou parecer, muito bem. Mas, do que eu li nas atas, o parecer também era só lido no momento do orçamento. Nunca havia conhecimento antes. Eu solicitei as atas e li as atas. E o que eu vi era que o Presidente da Assembleia lia o parecer no início do ponto. Portanto, também para repor algumas verdades, está aqui o esclarecimento cabal do que foi feito neste processo. E estou convicto de que a senhora Vice-Presidente da Câmara, Presidente do plenário do CMJ, e eu e o João como Secretários da Mesa desse plenário, pugnaremos para que, no próximo ano, seja tudo feito no devido tempo. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra. Pediu-me a palavra primeiro.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente, mais uma vez. Antes de falar do orçamento, eu queria aqui salientar que é óbvio a primeira ausência de respostas. O Presidente da Câmara, quando interpelado aqui pelos Deputados, foca-se naquilo que não interessa, tenta atirar areia para os olhos e não responde a absolutamente nada daquilo que lhe é perguntado. Isto é claro, é óbvio. E quando uma pessoa não nos responde, sabemos que não tem nada para dizer. Ou, então, tem coisas péssimas para nos dizer e, portanto, está a ocultá-las. E, portanto, quem cala, consente. Eu queria dizer, em relação ao orçamento, que já estivemos aqui a discuti-lo, por assim dizer, entre aspas, na generalidade, mas eu queria-me focar aqui num ponto especial que me chocou. Que é uma questão que, em campanha eleitoral, também tivemos essa sensibilidade. Já há muito tempo que se tem essa sensibilidade. É uma questão premente. É um problema gravíssimo, um problema social e que é, de facto, o Bairro do Fomento e da Fraternidade. E, o senhor Presidente, em 2023, vejam bem, o senhor Presidente tem 200 mil euros para construir habitações sociais. Eu quero-lhe perguntar,

senhor Presidente, que verba é esta? E queria-lhe perguntar se o senhor não tem vergonha de apresentar às famílias uma verba destas. O senhor tem que responder perante estas pessoas e tem que dizer que não vai fazer nada. Nada, em termos de habitação social. O senhor não vai fazer nada em 2023. E dir-me-á: mas vou fazer em 2024. Mas eu também lhe digo: não sei se vai. Nós não sabemos. Estamos a discutir agora o orçamento de 2023. Eu gostava que o senhor Presidente, por exemplo, em 2024, eu sei que já lá tem uma verba de 2 milhões. É que a Câmara fez propaganda com isto no *Site* do Município. Os senhores metem no Facebook uma verba de 800 mil euros, está tripartida. Muito bem. Mas isso não é suficiente. Os senhores sabem perfeitamente disso. E os senhores, este ano, podiam investir mais. Estava na vossa disponibilidade, mas não fizeram. Não o vão fazer. E estas famílias precisam que se comecem... eu sei que já há uma demonstração de intenções, já sei que têm o projeto alinhavado, que já o adjudicaram. Mais uma razão para investirem em 2023, para avançarem com o processo, para colocarem lá 1 milhão, 1 milhão e meio, 2 milhões, tal como têm em 2024/2025. Não têm lá nada! Têm lá 200 mil euros. E depois querem que nós estejamos aqui a discutir, quando estas questões sociais, estas questões prementes, questões para as quais o Executivo já tem fundos, já tem verbas afetadas, e os senhores querem andar aqui a manobrar. Mas, depois, isto coloca outra questão. Eu estou a pensar que, se calhar, há aqui segundas intenções nesta atitude. O senhor está a pensar iniciar o processo quando, em 2025? Três meses antes das eleições? Um mês? Está a pensar fazer eleitoralismo com o Bairro da Fraternidade? É isso que o senhor quer? É esta política baixa que temos na Guarda? O senhor anunciou uma revolução na habitação, um projeto que foi começado pelo PSD, chega a 2023 e tem 200 mil euros para construir casas! Quero que me explique isso, senhor Presidente. Eu nem passava mais deste ponto. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **Hugo Fernandes, Deputado (PSD):** “Boa tarde, novamente. Esta intervenção é articulada com o grupo municipal do PS, do PG e do PSD, nomeadamente dos Deputados municipais que fazem parte e integram a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, às quais também me associo eu como Comissário e outra Comissária que ali está presente. Portanto, isto foi discutido na última reunião e fiquei de apresentar isto aqui,

conjuntamente pelos três grupos municipais. «A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco está, como sabem, sediada no Município da Guarda, à semelhança do que acontece a nível nacional com todas as Comissões. As instalações e os meios materiais de apoio necessários ao funcionamento das Comissões de Proteção são assegurados pelo município, o fundo de maneiio é de responsabilidade do município, o apoio administrativo também é da responsabilidade do município. Em 31 de julho de 2017, a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco celebrou um protocolo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, o qual enquadra a comparticipação que aquela entidade integra a cada município, para apoio ao funcionamento de cada CPCJ, de acordo com o artigo 14º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. Ora, é precisamente sobre esta matéria que entendemos que é premente melhorar e corrigir algumas situações. A nossa sugestão passa pela criação de um centro de custos específico para as despesas da Comissão de Proteção de Crianças e jovens no orçamento de 2023. Fica aqui a sugestão para que tal possa acontecer ou já, mas julgo que não é possível, mas, pelo menos, numa futura revisão orçamental, prever um centro de custos específico para aferir, de facto, as reais despesas da CPCJ. Só com esta imputação clara de receitas e despesas, que é benéfica para todos, o município conseguirá ter a noção clara se o subsídio recebido atualmente é suficiente para a despesa que tem assumido, a própria CPCJ terá oportunidade de saber a imputação das despesas que vai fazendo e se, de facto, tem financiamento para ir mais além. E, portanto, este protocolo assinado com a Associação Nacional de Municípios já tem cinco anos, é possível que esteja para revisão a curto prazo, e, ao criarem este centro de custos específicos, ficarão dotados das ferramentas próprias para que possam chegar e negociar mais subsídio, caso tal seja necessário. Caso, efetivamente, se verifique que a CPCJ está a ser demasiado onerosa face ao subsídio que recebe, ficará com as ferramentas próprias para tal, em futuras negociações. Realçar aqui que esta situação se arrasta desde a instalação das CPCJ's, tendo já passado por Executivos anteriores. Portanto, não é uma situação do atual. Não é, portanto, uma intervenção aqui de crítica política. Não é, de maneira nenhuma. Mas sim de cidadania construtiva. Por outro lado, aproveitar também esta intervenção para mencionar que o apoio administrativo que está previsto, não está ainda assegurado pelo município. Nem agora nem no passado. Pelo que importa, também, tentar resolver a situação com a brevidade possível. Dotar

esta Comissão de todos os meios necessários ao seu bom funcionamento, é um investimento que ajudará, certamente, a que o trabalho realizado com as crianças e jovens em risco do concelho da Guarda seja melhorado. É apenas e só pelo superior interesse da criança que aqui vimos. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. O Partido Socialista pediu para falar o Deputado João Vaz e o Deputado Virgílio Bento. Estive aqui a fazer umas contas em função do que já foi ultrapassado e, para não irmos muito além porque já são 17h00, terá dois minutos e quarenta e quatro segundos para os dois.” ---

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Pronto, eu queria só clarificar que, no documento que foi apresentado com as propostas, há uma expressão que dá a entender que se salienta que aquelas propostas estão incluídas no orçamento e que não é verdade. Aquilo são propostas adicionais por não estarem no orçamento e que serão, certamente, utilizadas pelo Executivo no próximo orçamento. Espero eu que sim, porque são muito válidas. No próximo, não neste. Pronto. Mas dizer só, aproveitando que estou aqui, que, na minha opinião, o orçamento, na parte da juventude, está muito limitado. Foram destinados dois parágrafos. No plano eleitoral do Movimento pela Guarda, era o tema que abria o plano eleitoral e tinha lá várias medidas que não estiveram vertidos no último orçamento. Também não estão vertidas neste orçamento. E, portanto, parece-me fraco. Mais do que uma crítica, isto é um apelo, senhor Presidente. É urgente criarmos condições para que eu, os meus amigos, as suas filhas, todos os jovens que assim o desejam, aqui possam trabalhar, viver, constituir família, desenvolver seus projetos. Deixo este apelo para que o próximo orçamento possa ser melhor. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Dr. Virgílio Bento, mesmo o seu poder de síntese.” -----

- **Virgílio Bento, Deputado (PS):** “Não era para intervir, mas depois de ouvir as palavras do senhor Presidente da Câmara, achei, em consciência, que tinha que dizer alguma coisa. Quando se faz um orçamento ou uma proposta do orçamento e as grandes opções do plano, elas devem simbolizar a visão que nós temos para a cidade e a visão que nós temos para o concelho. E quando a Câmara Municipal da Guarda, há uns anos, decidiu candidatar-se a Capital Europeia da Cultura, eu, seguramente, fora do universo Câmara,

fui a primeira pessoa a defender essa ideia. E defendi essa ideia por uma razão muito simples. Porque o investimento que a Câmara tinha feito em equipamentos culturais, em programação cultural, em projetos inovadores a nível nacional, merecia que a Guarda fosse Capital Europeia da Cultura. Não foi por conveniência política, porque politicamente não tem nada a ver com o PSD, foi exatamente por uma: que a Guarda merecia isso. E, por isso, o que nós estamos a assistir, senhor Presidente de Câmara, digo isto com a frontalidade e com a amizade que tenho consigo, começa a ser preocupante. Preocupante o que se passa na cultura e preocupante um abaixamento do nível de qualidade de programação cultural do Teatro Municipal da Guarda. A Câmara investiu cerca de 11 milhões de euros num equipamento que é referência a nível nacional. Seguramente, o melhor dos melhores, tirando o Porto e Lisboa, o melhor equipamento cultural. E foi, durante muito tempo, uma instituição de referência em toda a região e em todo o país. Tirando a casa da música do Porto e tirando um pouco de Lisboa, tínhamos Guarda e Guimarães como duas referências culturais da região. E quando o Ministério da Cultura avança com este programa, a que eu chamo programa de itinerância cultural, essa ideia surgiu na Guarda e de uma necessidade que a Guarda tem. A Guarda, estranhamente, passado o primeiro ano que teve a programação financiada pela troika nacional, nunca mais teve qualquer financiamento do Governo Português. Mas teve financiamento do Governo Espanhol. A Guarda pertencia a uma rede de programação cultural da Junta de Castilla León. E estávamos neste paradoxo, a única instituição portuguesa que era financiada pela Junta de Castilla León e o Teatro era a única instituição que estava ligada à rede espanhola e à rede de Castilla León...” --

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado...” -----

- **Virgílio Bento, Deputado (PS):** “Já vou terminar. Vou terminar, senhor Presidente, só para terminar. E, portanto, foi esta necessidade absolutamente que levou a quem hoje ocupa a função de Diretor Geral das Artes, e que foi Diretor deste Teatro, da necessidade que sentiu na pele de criar esta rede. E, portanto, senhor Presidente, é uma oportunidade única que nós não podemos parar e é uma oportunidade que nós andámos há muito tempo a reivindicar. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Deseja intervir? Faça favor.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Boa tarde. Só umas breves notas acerca das intervenções. Primeiro lugar, dizer que não estamos em campanha eleitoral, ao contrário do que outros grupos parlamentares que parece que estão. Há um mantra nacional do PS e do PSD que diz: contas certas. Nós queremos ou não queremos contas certas? Eu vou-vos dar uma informação, para quem não sabe. A Câmara Municipal, só este ano, graças à conjuntura internacional, teve um aumento de 3 milhões de euros em combustíveis, gás natural, aquecimento, alimentação com as sete cantinas. Ok? Portanto, teve uma diminuição de receita de 460 mil euros, porque tem a Derrama no valor mínimo. Ok? E teve um aumento de cerca de 500 mil euros com os custos de distribuição de água que incorpora este orçamento. Estamos a falar de cerca de 4 milhões de euros. Isto é uma manta curta. Não podem dizer que está suborçamentado nalgumas rubricas, quando não dá para tudo. Porque não se esqueçam que, à semelhança do orçamento de Estado, nós somos.... de onde é que vem o dinheiro? De onde é que vem o dinheiro? Vem de transferências do orçamento de Estado, vem dos impostos sobre os municípios e as empresas, vem de fundos europeus. Essa é a proveniência do dinheiro. Nós não podemos querer fazer muito com pouco. Ou seja, se nós temos determinado valor, temos que perceber quais são as prioridades. E, claramente, as prioridades deste Executivo são as pessoas. Ok? Tentar minimizar os impactos da conjuntura internacional. Portanto, e é só isto. Ninguém está aqui a fazer campanha eleitoral, ok? Portanto, é um orçamento com os pés assentes na terra. Depois, deixem-me só dizer. Taxa de IMI, Derrama? Bom, posso dizer que foi votado por unanimidade. Portanto, vocês estão a falar contra a própria decisão a nível da reunião de Executivo. Ok? Por unanimidade. Foi votado, por unanimidade, a manutenção desses valores. Portanto, não dá para mexer aí, ok? Portanto, há uma máxima interessante, que eu fiz questão de ir ali ao Doutor Google: o problema com o socialismo é que acaba-se o dinheiro das pessoas. E parece que o PSD também se está a querer juntar claramente a isto. E, aliás, o Dr. Ventura deve estar todo contente com o que ele já conseguiu espalhar. Parece que aquilo já alastrou ao próprio PSD. Por isso é que eles já se dão ao luxo de dar tempo ao PSD para falar. Porque a forma caceteira, o estilo completamente caceteiro, porque não tem outra forma de o classificar, com que o senhor Francisco Robalo veio para aqui hoje... vou dizer algumas palavras: eleitoralista, ditador, sem

vergonha. Mas estamos a falar... ó senhor Deputado, nós podemos expressar as nossas ideias sem sermos brutos. Fica-lhe mal. Fica-lhe mal. Percebe? É só isso. Obrigado.” ----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Para? Senhor Deputado, de manhã, já tivemos um pequeno quiproquó. É para defesa da honra, senão eu retiro-lhe a palavra.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Certo. Aquilo que o senhor apelida de bruto e de brutalidade, de loucura, de mal-estar, eu digo-lhe uma coisa: é irreverência, é juventude. Mas, acima de tudo, acima de tudo os senhores não toleram ter oposição. Os senhores não toleram o contraditório. Os senhores não toleram o contraditório...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado, eu corto-lhe a palavra. Porque não quero utilizar uma palavra... é para defesa da honra, não é para voltar a atacar. Porque o senhor está a fazer aquilo que, em processo civil se chama: um instaura a petição inicial, o outro contesta. E, o senhor, em vez de defesa da honra, replica. Isto é o que se chama, em termos de processo civil. Portanto, é para defesa da honra, muito bem. Se extravasa, tiro-lhe a palavra.” -----

- **Francisco Robalo, Deputado (PSD):** “Eu queria apenas dizer que aquilo que o senhor... certo, muito bem. O meu estilo é o estilo de um jovem irreverente. Não, mas a questão é esta. Agora, esse juízo de valor do meu carácter, esse juízo de valor do meu carácter vincula-o apenas a si. Portanto, não vincula a sala. Não vincula a sala. E não vincula a Guarda que nos está a assistir online. É só isso que eu quero dizer.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Não havendo mais intervenções sobre o plano e orçamento, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Sobre o orçamento que é proposto às senhoras e aos senhores Deputados, às senhoras e aos senhores Presidentes de junta de Freguesia, trata-se de um orçamento com uma componente social muito presente para ajudar as famílias guardenses, sem hipotecar o investimento nos projetos de futuro, a atração de empresas e a criação de emprego. Esta é a substância principal. Este é o conteúdo principal deste orçamento. Mas podemos falar em alguns casos bem concretos. O Plano Municipal de Emergência Social, com o meio milhão de euros que lá está incluído. Não sei se todos, alguns já se

aperceberam, certamente, da pobreza escondida e envergonhada que já paira na nossa sociedade. E aqui na Guarda também está a acontecer. Mas nós estamos preparados para, juntamente com outros programas, com outros planos que já existam, sendo regionais ou sendo nacionais, estamos preparados para poder ajudar, na medida das nossas possibilidades e das nossas responsabilidades, para ir de encontro às necessidades da população. Mas podemos falar também do Plano de Atração de Pessoas e Empresas que necessita ser regulado. É um Regulamento que nós vamos ter que fazer para este plano e está lá uma verba já bem sinalizada. Mas nós não podemos, porque eu, a senhora Vereadora ou a senhora Vice-Presidente, não vamos dar 100 ou 200 euros a uma pessoa ou a uma qualquer empresa para vir para a Guarda. Não. Tem que haver um Regulamento bem concreto e bem definido, que faz força de lei. E é isso que nós temos que fazer durante este ano, para podermos atrair pessoas e empresas e, como tal, investimento para a nossa região. Mas também estamos preparados para aquilo que vai acontecer no ano de 2023. E esperamos que aconteça rapidamente, que é o início da execução do Portugal 2030. Sabemos bem que está atrasado. Há diversas negociações difíceis e complicadas que estão a ser feitas, mas esperemos que, durante o ano de 2023, esteja em pleno funcionamento. E este orçamento está preparado para poder ir aos avisos necessários do Portugal 2030. Mas também o Programa de Apoio ao Voluntariado. Há pouco alguém falou por aí. O Programa de Apoio ao Voluntariado está lá. Ninguém falou. Ainda bem que descreveram aí as rubricas, já me pouparam algum tempo. Porque as rubricas estão lá, muitas delas sinalizadas, muitas delas para fazer os projetos que não existem. Sim, não existem nenhum desses projetos na Câmara da Guarda. São os projetos que têm que ser feitos. E, sem projeto, não há obra. Connosco é assim. É connosco e com todos vós. Sem haver um projeto bem concreto e bem definido, não há obra nenhuma. E por isso é que as vendas estão lá perfeitamente sinalizadas. E se houver obra e se houver financiamento para ela, naturalmente que uma qualquer alteração orçamental reforça essa rubrica. Só não vê quem não quer. Mas isto já não convém dizer aqui na Assembleia Municipal. Mas por isso, esse Programa de Apoio ao Voluntariado, seja para Bombeiros Voluntários, seja para a índole social, muito importante para fazer face à situação social que eu, há pouco, falava. Mas falando também no apoio às associações culturais e desportivas do concelho. No outro ano, estavam sinalizados 300 mil euros. 300 mil euros que estavam sinalizados no ano

transato. Reforçámos com mais verba e, no próximo ano, está lá, no orçamento, 500 mil euros de apoio às cerca de cento e vinte e cinco associações desportivas e culturais do nosso concelho. Mas podemos continuar. Os incêndios. Ainda não ouvi aqui ninguém falar dos incêndios hoje. Das coisas que lá estão, no orçamento, para fazer face à estabilização para os incêndios e a limpeza das linhas de água. Os 2,6 milhões de euros, que nós, simplesmente, assumimos a responsabilidade da APA e do ICNF, através do Fundo Ambiental, para podermos fazer essas intervenções, que estão perfeitamente balizadas, como já tive oportunidade de transmitir aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Estão perfeitamente balizadas, financiadas pelo Fundo Ambiental, para poderem ser executadas durante o ano de 2023. Está lá sinalizado com o financiamento respetivo, com o financiamento bem definido. E as infraestruturas municipais? Recordam-se bem que, na última Assembleia Municipal, eu falei que os danos nas infraestruturas municipais, provenientes dos incêndios, em todas as freguesias, estamos a falar em cerca de 8 milhões de euros. São os danos nas infraestruturas municipais. Depois de nós termos apresentado estas verbas à tutela e à CCDR, não era possível fazer face a tamanhos investimentos a partir do Fundo de Emergência Municipal, porque não têm dotação orçamental, nem este ano, nem no próximo ano, para tamanhas verbas. E, então, foram encontradas formas para que, com a esperança do futuro, algumas das intervenções possam entrar no ciclo urbano da água, no que diz respeito a alguns abastecimentos de água de algumas aldeias que estão deficitárias e com problemas. Houve esse compromisso para o futuro, ciclo urbano da água, no Portugal 2030. E, então, foi reduzida a candidatura. E foi apresentada uma candidatura de cerca de, em números redondos, 4 milhões de euros. Apresentámos essa candidatura. Pois bem, recebemos uma comunicação a dizer que o máximo que poderíamos receber, por força da dotação orçamental do Fundo de Emergência Municipal, era de 2,6 milhões de euros. E sobre esses 2,6 milhões de euros, o município da Guarda tem que pagar metade. São as regras do Fundo e não há mais verba disponível para isso. Mas nós estamos obrigados a executar estas intervenções durante o ano de 2023, sob pena de termos que devolver as verbas. Os cerca de 1 milhão e 400 mil euros que iremos receber, por esta via, do Fundo de Emergência Municipal. Mas podemos falar também no apoio aos Bombeiros Voluntários e às Equipas de Sapadores. Com as verbas, os apoios ordinários anuais, com o apoio às equipas de intervenção permanente, os tais 50% que o município da Guarda

paga para as oito (é bom repetir o nome) oito equipas de intervenção permanente que existem no nosso concelho. É o concelho da região centro que mais EIP's tem e está no pódio nacional. Mas nós não dizemos isto com vaidade. Não. Dizemos isto com realidade. Porque, de facto, o nosso território, em função daquilo que aconteceu este ano, temos que estar... este ano nos incêndios e esta noite, por exemplo, que os Bombeiros andaram aí mobilizados, e bem, e agradecemos muito o trabalho que andaram aqui e ali a fazer. Mas estas verbas estão lá sinalizadas, mais os 80 mil euros para os Sapadores Florestais. Estamos a falar em mais de meio milhão de euros de apoio aos bombeiros e às equipas de sapadores florestais. E a Escola de Santa Clara? Tantas vezes adiada a sua requalificação, mas tantas e tantas vezes! O Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Afonso de Albuquerque, há tantos anos que fala sobre esta necessidade. Pois bem, já está adjudicado. Está na fase de assinatura do contrato, penso eu, já, a primeira fase para reabilitar a C+S de Santa Clara. Ainda não temos garantia de qualquer financiamento até agora. Não temos garantia ainda de qualquer financiamento. Apesar da descentralização de competências, ainda não temos garantia. Estamos a reclamar. Aliás, já reclamámos três vezes, por escrito, para que venha financiamento, não só para a Santa Clara, mas também para as outras necessidades das outras escolas, que acabaram de passar para a esfera do município, por via da descentralização de competências. Mas, da mesma forma, temos que continuar a requalificar o restante do parque escolar, principalmente no primeiro ciclo. Que o digam os professores e os alunos da escola primária de Vila Fernando, ou da Castanheira, ou do Barracão, ou do Bairro da Luz, ou do Bairro do Pinheiro, que necessitam de grandes requalificações. E são estes os projetos que nós temos em mãos, para que possa ser uma realidade durante o próximo quadro comunitário de apoio. E, claro está, a conclusão da reabilitação da Escola Secundária da Sé. Que ainda a segunda fase não terminou e já está a precisar de uma terceira fase, porque os alunos não têm um espaço de convívio condigno e os professores não têm um parque de estacionamento condigno dentro da escola. E, portanto, temos que trabalhar para irmos buscar o financiamento para essas necessidades. Mas, enquanto isso, temos que concluir, durante o ano de 2023, a reabilitação desta escola. E as bolsas de estudo? Na última Assembleia Municipal, nós aprovámos aqui a revisão do Regulamento. 160 mil euros. 160 mil euros, a distribuir entre quarenta a cinquenta bolsas, que podem ir até cerca de 4 ou 5 mil euros. E, desta

forma, os alunos já podem, efetivamente, estudar no ensino superior. Na Guarda, ou na Covilhã ou no resto do país. É uma aposta forte na nossa educação e na ação social escolar. Já aqui foi falado o Centro de Investigação Nacional do Envelhecimento. Porque é que não foi executado? Não perguntem a nós. Senhor Deputado, pode perguntar ao Conselho de Administração da ULS. Nós assinámos um protocolo, já foi definida a equipa de trabalho e, portanto, há que fazer o projeto de execução. Sim, o município da Guarda não tinha qualquer responsabilidade nesta matéria. Nenhuma. Mas achámos por bem ajudarmos, com esta alavanca, a reabilitar o pavilhão Rainha Dona Amélia. Faça-se o projeto durante o próximo ano, que o município da Guarda pagará os 150 mil euros para o projeto de execução. É preciso, rapidamente, encontrar um qualquer aviso para reabilitar o pavilhão Rainha Dona Amélia. E o parque habitacional? Foram 6,7 milhões de euros que assinámos e foi homologado aqui nesta mesa, e muito gratos estamos à senhora Secretária de Estado da Habitação a homologação do protocolo com o IHRU. 6,7 milhões de euros para poder executar no âmbito do PRR. Mas, para isso, é preciso terminar o projeto. Não havia projeto nenhum. É preciso terminar o projeto, é preciso resolver o problema de três casas de propriedade resolúvel, que é um problema que existe há muitos anos e que muitos escamotearam, mas nós estamos a tentar resolver isso da propriedade resolúvel com três habitações que existem no Bairro da Fraternidade. Terminar o projeto, como eu dizia, lançar o concurso da obra, ir ao Tribunal de Contas, a candidatura ser aprovada, do PRR, naturalmente. Já fizeram contas aos meses que vão passar? E, portanto, o valor que lá está depositado, ou o que lá está previsto, sinalizado, é perfeitamente realista. Não vale a pena andarmos a colocar valor dentro de rubricas, se depois não conseguimos ter a taxa de execução das mesmas, essa despesa. É este o caminho que nós estamos a fazer para que, até ao final da execução do Pano de Recuperação e Resiliência, este montante seja totalmente executado. Mas a recuperação também prevista dos edifícios degradados dos núcleos históricos da cidade e do concelho, cujo regulamento irá, em breve, para discussão pública. Então, vamos lá colocar mais dinheiro para depois não o conseguirmos gastar? Tem que haver um regulamento, seja ele qual for. Se damos em valor monetário ou se damos em materiais, conducente ao apoio à recuperação das fachadas e das coberturas. Foi esse o compromisso que nós assumimos e é isso que nós estamos a dar seguimento com esse regulamento que, em breve, irá à discussão pública. Tal como o ciclo urbano da água.

Há aqui Presidentes de Junta de Freguesia que almejam há tantos anos, e os seus antecessores, que se resolva o problema do abastecimento de água e de saneamento nas suas Freguesias. Felizmente, sob o ponto de vista do abastecimento de água, já pouco falta fazer. Qualquer coisa como 3 ou 4 milhões de euros e resolve-se o problema do abastecimento de água em todo o Vale do Massueime, por exemplo, e nas anexas de João Antão e mais algumas outras. E no que diz respeito ao saneamento? Santana da Azinha, continuamos sem saneamento. Ou algumas das anexas da Freguesia da Ramela, entre outras que aqui estão. No passado, foi possível, graças ao POSEUR, resolver esse problema em muitas aldeias. Em cerca de dezasseis aldeias, se não me falha a memória. Pois bem, temos que continuar a fazer o caminho. Mas esse ciclo urbano da água já faz parte do Portugal 2030. Temos que fazer os projetos e estão lá as verbas sinalizadas para podermos fazer esses projetos, iniciarmos algumas das intervenções. E os parques infantis? Senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, com exceção do Parque Polis, que está mais ou menos, todos os parques infantis da cidade estão num estado deplorável. Estão assumidamente. E por isso é que nós temos aí mais de 100 mil euros de multas às costas, a ver o que é que dá. Pois bem, ao mesmo tempo era impossível fazermos esses investimentos. E, por isso, lançámos o primeiro concurso, que estará já na fase de adjudicação, para reabilitar os primeiros parques. Aqueles que foram logo sinalizados pela ASAE na cidade. E é o plano que nós queremos fazer, depois destes executados, depois destes prontos, e com acessibilidade, naturalmente, no todo, ou em parte, têm lá equipamentos acessíveis. Foi esse o estudo que os técnicos bem fizeram. Estou muito agradecido por isso. Mas, quando este estiver pronto, iremos lançar outro. E assim, de uma forma consecutiva, para que, nos próximos três anos, consigamos ter uma grande parte dos parques infantis, dos nossos bairros da cidade, reabilitados ou substituídos. Sim, porque os equipamentos já não admitem qualquer reparação e tem que ser tudo novo. Mas podemos falar também na mata municipal, cujo projeto tem que ser feito. Projeto. Podemos ir para lá todos plantar umas árvores. Mas se as coisas não forem feitas com regra, as coisas não resultam. E, por isso, no âmbito do projeto Cencyl, foi feita essa candidatura (o senhor Chefe de Divisão sabe bem daquilo que eu estou a falar, porque ele tem acompanhado, e bem, esse processo de perto) para conseguir esse financiamento para fazermos o projeto e depois podermos almejar executar a intervenção necessária para a mata municipal da

nossa cidade. E a cidade desportiva? Sobre a cidade desportiva, olhe, foi uma das propostas do Partido Socialista para integrar o orçamento. Tal como outras propostas fizeram. E estão cá praticamente todas no orçamento. Tal como as propostas do PSD, que estão quase todas também vertidas no orçamento. Está lá tudo. Então, mas em que pé é que nós ficamos? Nós pedimos contributos e do CDS-PP também, com a requalificação do eixo central da cidade, também está convertido, tal como o PG também fez chegar boas sugestões. Então, se nós pedimos as sugestões, coisa nunca vista aqui nesta Assembleia Municipal, nos Executivos municipais. Nunca, mas nunca mesmo foram pedidas sugestões aos partidos da oposição, aos Vereadores e a quem está presente na Assembleia Municipal, para os orçamentos. Nunca. Pois bem, nós iniciámos um novo modus operandi. Ainda bem que o fizemos no passado ano e este ano continuamos. E assim vamos continuar a fazer, se Deus quiser, para darem bons contributos. Sem utopias. Sem utopias, com os pés bem assentes na terra. Com os pés bem assentes no chão. Mas vamos continuar a fazê-lo. E esta é mais uma razão, naturalmente, para que se possa votar favoravelmente este orçamento. Mas, dizia eu, a cidade desportiva. Para a cidade desportiva, é preciso um concurso de ideias de projeto, para depois se fazer o projeto de execução. E é um projeto que vai custar caro, como diz o brasileiro. Vai custar caro mesmo. Está lá uma verba sinalizada para iniciarmos, fazermos um concurso público. Fazermos um concurso público para os concursos de ideias da cidade desportiva. Falaremos durante os próximos meses. E a transformação, a reabilitação da Quinta da Maunça? Mas tudo isto que nós estamos a falar, custará centenas, milhões de euros. Nós tivemos a coragem de verter o que está no nosso programa eleitoral no orçamento. Fizemo-lo em 2022 e continuamos a fazê-lo em 2023, para podermos fazer os projetos necessários. Para quê? Para preparar a execução dos quadros comunitários de apoio que aí estão presentes. De outra forma, não é possível. A rota dos miradouros? Claramente que sim. Temos que a projetar e fazer. O plano municipal da reflorestação, o regulamento de fornecimento de árvores florestais está em discussão pública. Façam o favor de poderem opinar em razão da matéria. O Centro de Inovação e Promoção Agropecuária do Interior Centro já está executado, senhor deputado. Está pronto e está em funcionamento. Quando as coisas já estão feitas, não se deixam no orçamento. Retiram-se. Não está lá a fazer nada! Não é de agora, é desde sempre. É assim que se faz nas execuções orçamentais. Tal como eu

disse, penso que de manhã, nas infraestruturas dos Passadiços do Mondego está lá a verba para as terminar, para as pagar e para as poder executar. E para que os fundos comunitários possam apoiar ainda aquilo que não apoiaram. Está lá tudo no orçamento. E na mobilidade e no urbanismo? Claro que vamos terminar a pedovia/ciclovia. O incremento dos modos suaves no acesso ao parque industrial. Vamos ter que terminar a obra que estava adjudicada, bem como o reforço das condições de segurança. Sim, porque todos e cada um de vós se iria recusar a andar naquela infraestrutura se não tivesse segurança. E tivemos que gastar mais dinheiro. E tivemos que gastar, só por essa via, mais cerca de 1,3 milhões de euros para reforçar a segurança. Caso contrário, poderíamos ter consequências graves na sua circulação. Mas o início dos projetos para a requalificação do eixo central da cidade. E os acessos ao centro da cidade, onde destaco a Avenida Cidade de Bejar, cuja adjudicação vai à próxima reunião de Câmara. E a estrada da Pocariça e a estrada dos Galegos, tudo obras que nós já lançámos e estão previstas no orçamento. Tal como o projeto necessário, o concurso de ideias para a requalificação da Praça Velha e da zona envolvente. Nós não queremos que, simplesmente, se deite tudo fora o que lá está. Não. Aquilo custou muito dinheiro, à época. E ainda bem que foi feito. Não foi feito da melhor forma, sabemos todos. Mas tem que ser aproveitado tudo o que lá está. E o polidesportivo da Rua das Flores nas Lameirinhas? A sua cobertura? Mais de 700 mil euros de uma obra adjudicada. E, tudo isto, nós estamos a falar em cerca de 4 milhões de euros, na mobilidade e no urbanismo da nossa cidade. Está lá previsto no orçamento. Mas, voltando ao desporto. O compromisso que nós temos com o complexo desportivo de Casal de Cinza e de Gonçalo também. Os projetos que têm que ser feitos para poder requalificar essas infraestruturas. Tal como o pavilhão desportivo do Porto da Carne. Está lá tudo devidamente sinalizado. Mas nós tivemos a coragem de lá colocar tudo. Tivemos essa coragem. Porquê? Porque a população da Guarda sufragou o nosso programa eleitoral como sendo o vencedor. E é isso que nós iremos continuar a fazer, todos os anos em todos os orçamentos. Na área económica, é claro que temos que concluir a requalificação da Plataforma Logística com o reforço de verba que teve de ser feito. Nós não o queríamos fazer. Nem temos financiamento ainda assegurado para isso, para a escavação adicional, acessória, nos lotes privados. O que estava previsto era que se fizessem os arruamentos, mas os lotes ficavam com cinco ou seis metros de rocha para

cima. E, naturalmente, nenhum empresário iria investir. Pois bem, tivemos que lançar um novo concurso público e adjudicá-lo para fazer face a esta necessidade. E a comunidade de energia renovável? É um montante muito elevado. A candidatura que foi aprovada, e foi aqui, nesta sala, assinada no início do ano, a candidatura que foi apresentada são cerca de 8 milhões de euros do PRR. 8 milhões de euros. Das dez candidaturas nacionais da comunidade de energia renovável do parque industrial, a única que não foi apoiada a 100% foi a da Guarda. Foi apoiada em 57% apenas. Aquilo que nós já dissemos à CCDR foi que, se não houver forma de financiar como as outras, este projeto pode ficar pelo caminho. Porque o município da Guarda não terá 3,5 milhões de euros para fazer face a este investimento na sua tesouraria. É um problema que temos em mãos, é verdade. Estamos a negociar a forma de isto poder ser executado. Os consultores que estão a trabalhar nesta área, estão a trabalhar naturalmente connosco e com a CCDR para se poder encontrar uma forma de se poder avançar com este projeto. E o mesmo é dizer em relação à área empresarial tecnológica, que nós anunciámos na Feira Farta, no primeiro e segundo pisos do Mercado Municipal. Um excelente projeto que nós queremos levar a efeito, cujo projeto está na sua fase final para poder ser lançado nos próximos meses. E vejam só, o espaço tecnológico que nós inaugurámos no Dia da Cidade, mal o abrimos, encheu. É bom sinal. É um bom problema. É um bom problema para que nós possamos acelerar a necessidade da execução da reabilitação dos pisos superiores do Mercado Municipal, para ali podermos instalar novas e mais empresas. Ao nível da descentralização de competências para as Juntas de Freguesia, tal como no ano passado, continuam a estar previstas. E agradecemos aqui a toda a Assembleia Municipal, sem exceção, porque foi aprovado, por unanimidade, a delegação de competências nas Juntas de Freguesia e por isso está lá 1 milhão 50 mil euros previstos para a continuidade dessas competências. E se as Freguesias que não quiseram todas as competências, se quiserem renegociar, estamos de portas abertas, dispostos a isso. Vamos a isso. Mas está lá mais uma verba também, de 700 mil euros, para acordos de cooperação. 700 mil euros para concluir os acordos de cooperação que estão pendentes desde 2000 e desde 2021. Ainda há dezenas de acordos pendentes. E tem que lá estar a verba consagrada, naturalmente. Foi um compromisso desta Assembleia Municipal. Mas nós vamos iniciar, também, aqui, um outro tipo de acordos de cooperação, para além dos tradicionais. E já algumas Juntas de

Freguesia sinalizaram que querem fazer, no início do ano, querem conversar, querem negociar os acordos de cooperação, muito bem, vamos a isso. Mas há outro tipo de acordos de cooperação que nós já assumimos fazer. E vamos fazer com todas as Juntas de Freguesia, sem exceção. Com as quarenta e três Juntas de Freguesia. E, aqui, o valor será igual. Nós temos que conseguir aumentar a capacidade de resiliência nas nossas freguesias, nos nossos territórios ditos mais rurais. E, por isso, nós iremos fazer uma proposta que virá, certamente, à próxima Assembleia Municipal, para podermos apoiar, em 10 mil euros, cada uma das quarenta e três freguesias, para poderem adquirir um equipamento de proteção e de prevenção contra incêndio. Seja um kit de incêndios, seja uma cisterna, seja um trator com os equipamentos necessários ou alguma viatura. Sabemos bem que algumas freguesias já têm uma grande parte destes equipamentos, mas há outras que não têm. Este é o caminho que nós estamos a querer fazer para aumentar a capacidade de resiliência nas nossas freguesias. Não há, e devemos dizer, não há qualquer aviso, nem no PRR, nem no 2020 e no 2030 veremos, qualquer aviso para equipar as juntas de freguesia sob esse ponto de vista. Até agora, não existe. Nós, de uma forma insistente, estamos a fazer esses apelos. E veremos aquilo que irá ser desenhado nos próximos meses. Mas, enquanto isso não existe, nós assumimos, da tesouraria municipal, atribuir esta verba a cada uma das juntas de freguesia. Mas, com esta afirmação, naquilo que queremos como sendo um orçamento muito vocacionado para a área social para ajudar as nossas famílias, mas também para o investimento para a atração de pessoas e empresas, devemos dizer também as dificuldades que temos. É bom que todos saibam as dificuldades que temos. Vejam só. Recordam-se que o município da Guarda, aliás, foi um dos pioneiros a nível nacional em receber refugiados da Ucrânia. Nós gastámos centenas de milhares de euros com esta despesa. Não há dotação orçamental para apoiar a Câmara da Guarda. Houve muitas candidaturas que foram feitas das despesas que nós submetemos. A previsão é que não venhamos a receber nenhum cêntimo por esta via. Foi aquilo que nos foi comunicado na passada semana. Esperemos que haja reforço das dotações orçamentais necessárias, para que nós possamos receber esta verba tão importante que é para a nossa tesouraria. Mas e as revisões de preços extraordinários? Houve uma legislação recente, e bem, que permite que as empresas possam fazer as revisões de preços extraordinárias das empreitadas de algumas prestações de serviços. Mas é o município da Guarda que tem

que pagar a fatura. É o município da Guarda e cada um dos outros municípios que temos que pagar estas faturas. E, só por esta via, nós já estamos a ser solicitados em pagamentos na ordem dos 400 mil euros. Certamente, vai haver aqui alguma dialética jurídica, nesta matéria. E vamos ver os próximos meses o que é que ditará. Porque isto é verdadeiramente abrir a caixa de pandora. E vamos ver onde é que isto vai estabilizar, porque, até agora, não há qualquer garantia que, mesmo nas obras financiadas, que haja mais cobertura de verba por via das revisões de preços. Mas falar também no aumento de custos com a energia e com os combustíveis. A previsão de aumento, e estamos a falar de aumento de despesas correntes. É o aumento das despesas correntes. São os bens essenciais, para aquecer as nossas escolas, designadamente, e para fazer funcionar os transportes escolares. 1 milhão de euros de aumento para o próximo ano. Já há pouco foi falado. Mas podemos falar em mais 1 milhão de euros de aumento nas unidades autónomas de alimentação. Nos refeitórios. Nos sete refeitórios que o município gere, alguns deles que foram absorvidos com a descentralização de competências. 1 milhão de euros que nós iremos despende mais, por força do aumento de preços para o próximo ano. E o mesmo é dizer em relação ao aumento de juros. Já estamos a pagar o dobro do valor dos juros, por força do aumento das taxas de juro. Em tudo isto, estamos a falar em cerca de 3 milhões de aumento de despesa corrente. Senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta, 3 milhões de aumento. Mas há outras coisas que vão rolando e que nós devemos também aqui dar nota disso. O município da Guarda, tal como outros municípios, mas nós falamos na nossa dimensão, de 2021 para 2022 houve um corte no orçamento de Estado, por força da redução das receitas fiscais, de 1,5 milhões de euros. De 2022 para 2023, ainda falta recuperar, desse montante, 600 mil euros. Esperemos que haja outras soluções e que, no próximo ano, no orçamento de Estado para o para o ano seguinte, para 2024, possa existir um reforço desta verba. O mesmo é falar em relação a pedidos de indemnização que nós estamos a ser solicitados, neste momento. Alguns processos que já decorriam e outros novos dos terrenos ainda do Polis, do Parque Urbano do Rio Diz. Já passaram vinte anos ou quase vinte anos. Neste momento, estamos a braços com pedidos de indemnização de cerca de 3 milhões de euros, senhores Deputados. Claro está que nós não vamos pagar isto de ânimo leve. Nem de perto, nem de longe. Irá tudo parar às barras dos Tribunais, certamente. Temos que proteger o erário público. Sim, até porque,

certamente, haverá sempre algum e um grande aproveitamento sobre esse ponto de vista. Mas, naturalmente, os juristas irão continuar a analisar estes pedidos com que nós estamos a braços neste momento. E há uma outra situação, que este ano ainda não se vai colocar, pelo menos na primeira metade do ano, que tem a ver com os bio-resíduos. Esta legislação que regula os bio-resíduos, vem fazer acarretar ainda mais despesas para os municípios. Vejam só. No caso concreto do município da Guarda, há uns anos atrás, e bem, foi feito um concurso para fazer a prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos, não só na cidade, como já acontecia, mas também nas nossas freguesias rurais. Ora, aquilo que está em cima da mesa é que o município da Guarda, porque as entidades em alta não o querem fazer e a entidade reguladora dos serviços do setor de águas e resíduos também não o permite, terão que ser os municípios a fazer esta recolha, outra vez, porta a porta. Uma recolha de bio-resíduos. Isto vai fazer acarretar um aumento de despesa brutal nas taxas respetivas. Esperemos que isto, durante o ano de 2023, possa sofrer alguma inflexão, sob pena... aliás, não é só na Guarda. No conselho consultivo que houve na passada segunda-feira, foi um assunto amplamente discutido por todos os municípios, sem exceção. Seja na Resiestrela, seja em toda a esfera da EGF. E, portanto, é um problema que nós esperamos que seja devidamente acautelado no futuro, sob pena de continuarmos a aumentar as despesas correntes do nosso município. Senhoras e senhores Deputados, por todas estas razões, aquilo que vos pedimos é a aprovação do orçamento para 2023. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente da Câmara. Colocava, então, o plano e orçamento para 2023, à votação.” -----

Resultado da votação do Ponto 2.3 - Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município da Guarda para o Ano de 2023. -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta votos a favor, dezasseis abstenções e treze votos contra. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço desculpa, senhor Deputado. Declaração de voto? Faça favor.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “É uma constatação. Obviamente que votámos a favor e é só para constatar que, na reunião de Executivo, o PSD absteve-se e a bancada votou contra.” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “Bem, chegou a uma constatação. Efetivamente que o senhor Deputado leva-nos aqui a depreender que confunde o poder deliberativo com aquilo que é o poder executivo. Não confunda. Acho que, antes de ser Deputado, deveria saber quais são as funções do poder deliberativo. De qualquer das formas, o tempo é conselheiro, é bom conselheiro nesta questão da tomada das decisões. Nós sentimos hoje que, de todas as bancadas, inclusivamente do Partido Socialista, o Bloco de Esquerda, também o senhor Deputado CDS, o nosso grupo municipal... o nosso grupo municipal do PSD... se calhar, estas interpelações do público ou dos senhores Deputados é que se evitavam. É que eu tenho que conseguir explicar a declaração de voto. Mas vim em consequência de uma intervenção que não foi uma declaração de voto. Portanto, se me permite, senhor Presidente, tenho que enquadrar a minha presença aqui. Então, como estava eu a dizer, foram diversas as interpelações colocadas ao senhor Presidente. Eu ouvi com muita atenção o senhor Presidente. E acredite que ouvi mesmo. E até acredito que seja possível e exequível grande parte deste orçamento. De qualquer das maneiras, as dúvidas persistem. Sentimos que não fomos esclarecidos. Respeitamos muito a decisão de voto dos nossos Vereadores do Partido Social Democrata, respeitamos esta abstenção que já denotava algumas dúvidas destes nossos três elementos. Mas de qualquer das maneiras, nós, grupo municipal do PSD, não sentimos qualquer coação, não nos sentimos subvertidos em nada, nem submissos a decisão dos Vereadores. Respeitamos, somos um grupo harmonioso, e, normalmente, estamos quase sempre em sintonia. Era só isto que eu queria dizer.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado... Eu peço imensa desculpa, a Mesa não interveio... Pronto, a Mesa não interveio. Agora... Ó senhor Deputado, não chame agora a defesa da honra outra vez. Deixe lá a honra sossegada. Deixe lá a honra sossegada. A rapariga anda aqui hoje a ser muito chamada. Deixe-a lá sossegada... Dr. Valbom, é só declaração... A Mesa já respondeu... Não retirei a palavra à senhora Deputada, pois não? Ó senhor Deputado. O senhor, há pouco, invocou que é jovem, que é tudo. E eu aceito que é jovem e eu sou um velho. Agora, não ponha nas

minhas palavras e não faça intenções daquilo que eu digo. Fica isto dito. Não lhe admito que faça interpretações daquilo que eu disse e muito menos daquilo que eu não disse. É jovem, mas tem que ter calma. Vamos ver se nos entendemos. Isto, é como diz o Deputado Miguel Borges, na última reunião que tivemos do regimento, isto é uma casa da discussão política. E é. Tem toda a razão. Mas não é da chacota, nem da ofensa. Comigo, não!” -----

Ponto 2.4 - Discussão e votação da proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Como no ano passado foi hábito, chamava os senhores líderes dos Partidos. O ano passado englobámos estes pontos que vêm agora a seguir: o IMI, a Derrama, a participação variável no IRS, os direitos passagem, e agora também estará relacionado com estes temas a suspensão da aplicação plano de saneamento financeiro. Para não estarmos aqui a abrir a discussão, ponto por ponto, se concordassem faríamos a discussão de todos eles e, depois, teríamos, obviamente, que votar em separado. Isto é se estiverem de acordo, é óbvio. Se não estiverem de acordo, vamos discutir um por um. Parece uma ideia? 4,5,6,7,8. Portanto. Para estes, digamos, cinco temas que, no entender da Mesa estão relacionados, alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir? Senhor Presidente, deseja intervir agora ou no fim? No fim. Tem a palavra, senhor Deputado Miguel Borges.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Muito obrigado. Senhor Deputado do PG, Deputado Breia Lopes. É para o tornar a espantar. O Partido Socialista, ao contrário do que fez o seu Vereador, vai-se abster em todos estes pontos, com a exceção do último ponto, a suspensão do plano de saneamento económico financeiro. E, portanto, esteja à vontade. Mas, já agora, deixe-me esclarecer algumas coisas, senhor Deputado. E aproveitava, gostaria de, nesta minha intervenção, cumprimentar o Deputado Valbom, uma vez que é o novo líder do grupo Pela Guarda e manifestar a minha solidariedade profunda com o antigo líder Tiago Gomes, a quem aqui endereço os melhores cumprimentos. Mas dizer-lhe uma coisa, senhor Deputado, e espero, quer dizer, se calhar é a novidade desta Assembleia. Temos novos protagonistas e por isso vejo-o aí

nessa ânsia grande de intervir. Deixe-me dizer uma coisa. O senhor Presidente dizia, há pouco, que eu, na última Assembleia, falei que esta era a casa da democracia. Mas não é com ataques da maneira que o senhor fez, não é com ofensas da maneira que o senhor fez, que se defende a democracia, senhor Deputado. Ok, senhor Deputado? Senhor Deputado, esta é a casa da democracia. Não é aqui a falar de formas de estilos, da forma que o senhor deu. Sabe, temos que ser superiores a essas coisas, senhor Deputado. Nesta casa, temos que ser superiores. Temos que ter altivez, entende? Não lhe queria dizer isto, até porque acho que já é um Deputado concorrido por vários grupos parlamentares e, portanto, de certeza absoluta que também já tem algum conhecimento relativamente a isto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “É mesmo para defesa da honra, faça favor.” --

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Eu acho muita piada. Eu estava à espera que um dia viesse isto. Não há problema nenhum. É agora mesmo. Sabe, é que a vantagem das pessoas verdadeiramente independentes é esta. Eu estou com quem acho que devo estar em cada momento. Mais nada. Eu, bem, a única vez que estive filiado em alguma coisa foi no PSD. E sabem o que é que aconteceu? Quando eu cascava no hipotético Presidente da Câmara, num lado... sim, mas é que é... quando, a mim, me tentaram calar, eu saltei fora. E sou independente, estou onde quero e estou muito bem. Ok? É só isso.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Sobre estes cinco pontos. Senhora Deputada, faça um favor.” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “E nem vou falar da independência e da isenção do senhor Deputado Breia Lopes, portanto, vou já passar à intervenção que tem a ver com o ponto 2.8, a propósito da suspensão da aplicação do plano de saneamento financeiro. Ora bem, esta proposta apresentada vai merecer o voto contra do grupo municipal do Partido Social Democrata. Isto porque o equilíbrio financeiro do município da Guarda foi alcançado no primeiro semestre do ano de 2015, aquando da governação Social Democrata, conforme resulta do relatório da prestação de contas do município desse ano, apresentando uma margem, face ao limite estipulado, de pouco mais de 7 milhões e 370 mil euros. A proposta apresentada neste ponto 2.8., omite este facto substancial e propõe que a suspensão opere retroativamente a 1 de janeiro do corrente

ano, sem qualquer justificação que fundamente a atribuição do efeito excecional da retroatividade. Esta forma de decidir contraria o conteúdo da proposta aqui apresentada, o qual, sufragando o sentido da lei, previsto no n.º 9 do artigo 58º do regime financeiro das Autarquias Locais, que determina que a suspensão da aplicação do plano financeiro deve acontecer após a aprovação dos documentos de prestação de contas, se se verificar que o município cumpre, a 31 de dezembro do ano a que dizem respeito, o limite da dívida total prevista no artigo 52º. A ser assim, como está a acontecer, retiramos duas conclusões. Primeiro, esta deliberação carece de sentido de oportunidade, pois deveria ocorrer sempre e após a aprovação dos documentos de prestação de contas, o que não é o caso. E, em segundo lugar, e a ser atribuído esse efeito retroativo a esta deliberação, sendo conseqüente com a verdade, os seus efeitos deveriam operar a partir de 31 de dezembro de 2015, onde resulta evidente, e de acordo com a prestação de contas aprovadas nesse ano, e pela primeira vez, o equilíbrio financeiro do município da Guarda. Nesse sentido, insiste e reitero, o voto do grupo Municipal do PSD, em relação ao ponto 2.8, será contra.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Eu sei que são 17h50. Há estes pontos e depois haverá mais dois. Eu pedia um esforço aos senhores Deputados para mantermos o quorum. Penso que isto é importante, já que estivemos aqui o dia inteiro. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Pedro Narciso, Deputado (CDS-PP):** “As adições são complicadas. Há pessoas que são aditas ao álcool, há pessoas que são aditas às drogas e temos governos e municípios aditos aos impostos. Estes impostos e isto é tema recorrente na campanha eleitoral, muitas vezes é dito e sempre que há propostas para baixar os impostos, todas elas são classificadas como eleitoralistas, popularuchas e que não são exequíveis. E, no caso, observando este orçamento, realmente não me parece que seja exequível baixar, neste momento, os impostos vamos votar. Mas, como tal, eu queria deixar aqui uma sugestão, até porque a hora vai avançada, que era uma sugestão de, progressivamente, quer o IMI, quer a Derrama (disseram-me, há pouco, que já estaria no valor mais baixo) e todos os impostos municipais deveria haver a preocupação, por parte do Executivo municipal, em, progressivamente, deixar de estar viciado nos bolsos dos seus munícipes. E isto também se aplica às águas, porque nós sabemos que, apesar do nosso défice, como está

aqui plasmado neste orçamento e será verdade e será mesmo assim, continuamos a pagar uma das águas mais caras, continuamos a ter uma das taxas de IMI que também, comparativamente com concelhos que estão ao nosso lado, nos tornam menos competitivos. E isto aplicado também a outros impostos. Também a participação no IRS, temos vários concelhos aqui à nossa volta, como Sabugal, Trancoso, Belmonte, que já não cobram e já não têm e que devolvem esses 5% do IRS. E nós não o fazemos. Portanto, a minha sugestão era que, progressivamente, o Executivo municipal pudesse baixar e deixasse de onerar os munícipes. E, olhe, eu dou-lhe uma primeira sugestão. Eu cheguei a casa e tinha lá esta revista. Esta revista, neste papel, fica bastante cara E, olhe, eu até gosto de saber do trabalho do Executivo Municipal. Mas, para saber que foi feita uma visita às obras de requalificação da estrada do Carvalhal, com toda a gente com colete, eu dispensava bem. É que isto nem sequer é bom para limpar os vidros, digo-lhe já. Até já.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhora Deputada Bárbara Xavier, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, vou falar diferenciadamente cada um dos pontos. No ponto 2.4, na taxa de IMI, nós vamo-nos abster. No entanto, há aqui uma série de considerações que queremos deixar. Tendo em conta que o município deve ter responsabilidade de promover uma redução da especulação em relação à habitação, promover a qualidade de vida e estimular o incentivo ao investimento habitacional justo, consideramos: No ponto 2, a discriminação por número de dependentes apenas não é justa, tendo em conta que não é previsto o rendimento do agregado. Ou seja, uma família com quatro filhos ou quatro filhas, pode ter uma menor necessidade de uma redução do que uma família com um, dois filhos. Portanto, para nós, isto não é um parâmetro justo. Antes era em percentagens. Por proposta do BE a nível nacional, felizmente é um valor fixo, mas, mesmo assim, achamos que deveria ser feito algo a nível local para tornar este ponto mais justo; No ponto 3, consideramos que deviam estar incluídos os prédios devolutos, de forma a fazer oposição à especulação criada por quem mantém as habitações neste processo contínuo de compra e venda. Acrescentamos, também, que deveria ser acrescentado um ponto para minorar a taxa de imóveis com contrato de arrendamento válido, imóveis afetos à habitação e

devidamente registados na caderneta predial, contrato de arrendamento que se destine unicamente a fins habitacionais e a renda mensal fosse limitada pelos valores de renda máxima admitida para o ano de 2022, que podem ser previstos na Portaria 277-A/2010, de 21 de maio, do portal da Habitação 65. Há municípios com estas questões aplicadas, não é de todo uma utopia. Exigentes também na eficiência energética, obviamente seria necessário contemplar esta redução na taxa dos prédios urbanos com eficiência energética, principalmente quando estamos numa cidade em que as temperaturas médias são tão baixas. Novamente, é possível, está prevista em lei que os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem fixar uma redução até 25% da taxa do imposto municipal. Portanto, em relação ao ponto 4, vamos abster-nos, porque é melhor do que nada. Mas consideramos que há muito ainda para andar e que há uma série de questões que deveriam estar aqui previstas e que não estão, apesar de já termos falado muito aqui em eficiência energética, da pobreza das famílias, mas depois, na prática, isto não aconteceu aqui. 2.5, o valor de Derrama, sim, está em 1%. A nossa questão é que, 150 mil euros de lucro real, por ano, não consideramos que seja assim tão justo. Se a ideia é diferenciar positivamente o valor pago por empresas mais pequenas, na realidade da Guarda este valor não tem grande sentido. Portanto... Está no mínimo a taxa. Estou a falar a redução da taxa que vocês propõem é até valores de lucros de 150mil euros. De lucro real. Ou seja, isto não é uma diferenciação positiva, de todo. Porque 150 mil euros de lucro não é uma empresa que tenha de ser apoiada. Isto vai buscar aos cofres do município. Tanto falámos do orçamento que não há dinheiro para, mas 150 mil euros de lucro numa empresa, se calhar é algo que temos que começar a considerar. Ponto 2.6, aqui voltaremos, obviamente, contra. Porque já foi dito aqui, sim, nós, este ano, entre inflação, guerra, crise pandémica, obviamente justifica-se que a taxa variável de IRS seja a zero. Existem, sim, municípios que já o fazem, inclusivamente no distrito da Guarda: Aguiar da Beira, Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Manteigas e Sabugal, são os exemplos. Ou seja, o que está aqui proposto é, de 5%, devolver 0,5 aos contribuintes. Nós não consideramos que isso seja justo. Fazendo aqui uma ponte do 2.5 para 2.6, parece que queremos cobrar aos munícipes e isentar as empresas, não é? Porque a taxa de Derrama fica com uma isenção para empresas até um lucro de 150 mil euros, no entanto, em termos de devolver IRS aos contribuintes, de

5%, vamos-lhes dar 0.5. Portanto, novamente, a política serve para servir as pessoas e não é bem isso que nós vemos nestas propostas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos. Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. José Relva, cumprimento todos. E venho aqui falar um pouco sobre estas temáticas, no âmbito dos pontos 2.4, 2.5, 2.6, 2.7 e 2.8 da ordem de trabalhos, sobre política fiscal municipal e saneamento financeiro, em representação do Movimento pela Guarda, uma intervenção de afirmação política e de respaldo às decisões do Executivo quanto à manutenção da atual política e à importância da suspensão do plano de saneamento financeiro. Num contexto de crise económica e de forte impacto inflacionista na vida das pessoas, com perda de rendimentos e acréscimos de custos e encargos para os empresários e empresas, importa, aqui e agora, enaltecer e relevar a continuidade da política fiscal do município sem agravamento fiscal, ainda que o próprio município se veja confrontado com fortes acréscimos de custos. Como já foi dito, mais de 1 milhão de euros com alimentação, mais de 1 milhão de euros com custos com energia e combustíveis. Senhor Presidente, a ambição do Executivo municipal, em matéria de política fiscal, deve manter-se e continuar a ser o seu desígnio, pois, como todos sabemos, esta variável é determinante para a vida das pessoas, famílias e empresários em nome individuais e empresas e PME’s. É determinante para a decisão de fixação de pessoas e empresas no interior do país, é determinante na captação de investimento, povoamento do território. Ciclicamente, alguns políticos e outras personalidades de relevo nacional, discutem, sobretudo em contexto eleitoral, e depois esquecem a importância e a possibilidade de o interior do país beneficiar de discriminação fiscal positiva para famílias e empresas que cá estão e que queiram cá fixar-se. Mais uma vez, nós não nos esquecemos e não nos vamos esquecer, pois somos nós que cá estamos e queremos estar. Em resumo, manter-se-á o direito à participação de 4,5% na taxa variável no IRS dos passivos com domicílio fiscal no nosso concelho. No nosso concelho, a taxa de IMI sobre prédios urbanos destinados a habitação própria permanente, manter-se-á em 0,375% e, atendendo aos agregados familiares, manter-se-ão as atuais minerações e também majorações. A Taxa Municipal de Direito de

Passagem para o exercício de 2023, manter-se-á em 0,25%. Ainda que o nosso município possa deliberar uma Derrama de até 1,5% sobre o lucro tributável, manter-se-á em 1%. Para sujeitos passivos com um volume de negócios, em 2021, inferior a 150 mil euros, o município deliberou, para 2022, uma taxa perfeitamente residual de 0,01% da Derrama. Ou seja, é muito evidente a preocupação do nosso Executivo com os desempenhos dos pequenos negócios e microempresas e rendimentos das suas famílias. Como tem vindo reiteradamente a ser afirmado pelo senhor Presidente da Câmara, a estratégia política do Executivo visa o crescimento económico, a coesão social e a competitividade territorial. Como já foi dito, veja-se a boa iniciativa do passado Dia da Cidade, dedicado à economia, com registo de várias ações e iniciativas com sinais evidentes de sucesso. Depois de tudo isto, permitam-me que, aqui e agora, seja enaltecido um importante feito da Guarda e seu município. O Plano de Saneamento Financeiro será suspenso, com data-valor a 1 de janeiro 2022. Não vou discutir datas anteriores porque também cá não estava. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores e Vereadoras e meus caros Deputados desta Assembleia, esta marca histórica parece pouca coisa, mas não é. Para melhor compreensão, se tal fosse comparável, obviamente com o devido distanciamento, esta suspensão é como que a saída limpa, fim de resgate financeiro a que o país foi submetido em abril de 2011. O então Plano de Saneamento Financeiro para vigorar até 2027, obrigou, condicionou o município a adotar um conjunto de medidas com vista a fundamentais objetivos. Ou seja, reduzir stock da dívida, alcançar bom desempenho económico-financeiro que, no essencial, passava por mais receita, menos encargos e mais eficiência. Era necessário, por exemplo, contratar dívida mais barata para liquidar dívida mais dispendiosa, então em vigor, como sucedeu, por exemplo, em 2016, com uma operação de 10,8 milhões. A suspensão do Plano de Saneamento Financeiro com data-valor em 1 de janeiro de 2022, é agora possível pela verificação de melhores indicadores, nomeadamente o que respeita à melhor capacidade de endividamento. O indicador é total de dívida orçada inferior a uma vez e meia a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios que, por acaso, a 31 de dezembro de 2021, era de 38,2 milhões. Ou seja, 0,46 vezes a referida média. A suspensão do Plano de Saneamento Financeiro será, daqui a instantes, submetida a votação a esta Assembleia que, com toda a certeza, vai ser aprovado, se não por unanimidade, pelo menos por esmagadora maioria. Senhor

Presidente, confiamos em si e na sua gestão para que o nosso município continue, cada vez mais, a ser uma entidade credível, com capacidade de negociação, com bom rating e, como dizem alguns ilustres políticos, com contas certas. Peço, por favor, não ao PG, mas à cidade, uma forte salva de palmas para a população da Guarda, que, sem o seu esforço coletivo, tal objetivo não seria possível. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. (...) Bom, depois deste momento de boa disposição, não sei se há mais alguma intervenção de algum senhor Deputado? Não havendo, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Muito telegraficamente, aquilo que é proposto à Assembleia, em matéria de impostos, é a não alteração em nenhuma das taxas respetivas, seja no IMI, seja na Derrama, seja no IRS, seja na Taxa Municipal de Direitos de Passagem. Dito isto, importa referir aquilo que aconteceu o ano passado em matéria de impostos. O ano passado, nós reduzimos a taxa de Derrama para o mínimo legal possível: 0,01%. Abaixo disto, só estando devidamente regulamentado. E é esse processo que está a ser feito, um regulamento conducente à possível redução da Derrama e do IMI para as empresas, para algumas empresas. Só aí é que é possível fazer isso. E, por isso, nós perdemos, verdadeiramente, perdemos, entre estes dois anos, cerca de 400 mil euros de receita. Parece uma coisa pequena, mas é muito dinheiro. 400 mil euros de receita que perdemos. Ou melhor, decidimos investir, devolvemos às empresas por força deste abaixamento da Derrama no ano transato. Este ano, não é possível reduzir qualquer imposto. Nós temos que ter contas sólidas e boas contas, como alguém já há pouco disse. Ainda não ouvi falar aqui hoje nas taxas de água, de saneamento ou de resíduos. Ainda não ouvi falar. Mas vou falar eu. Este ano, para o ano de 2023, por força do aumento das entidades em alta da água, do saneamento, dos resíduos sólidos urbanos, da TRH e da TGR, nós vamos estar sujeitos a um aumento de mais de 500 mil euros. É aquilo que já nos foi comunicado pelas entidades em alta, seja as Águas do Vale do Tejo, seja a Resiestrela. É um aumento colossal, como alguém dizia há uns anos atrás, destes valores para o município da Guarda. Na percentagem de consumos de cada município, isto está a acontecer de uma forma transversal na nossa região, no caso concreto da Resiestrela. Porque o que pende mais é, efetivamente, mais

de metade deste aumento vem por força do aumento das Taxas de Resíduos e da TGR. Nós não sabemos se, no próximo ano, isto vai continuar a acontecer assim. Mas nós decidimos, tal como no ano passado já tínhamos decidido não aumentar as taxas, decidimos, no ano passado, aportar, no nosso orçamento, o aumento de 130 mil euros a que fomos sujeitos. É bom recordar isto. Também no próximo ano nós não vamos aumentar as taxas para grande parte da população. E este meio milhão de euros, é bom que se diga, que é superior àquilo que seria a redução de 0,5% em qualquer taxa de IRS ou de IMI, é bem superior a isso, nós vamos aportar no município, nas nossas contas, no nosso orçamento. E não vamos aumentar. Exceção seja feita aos grandes consumidores. Acima de quinze metros cúbicos, vai haver um aumento de cerca de 1% a 2%, por força do equilíbrio orçamental também e dos indicadores económicos que a ERSAR nos obriga. É isto que, em matéria de impostos, em matéria de taxas e tarifas, vai acontecer no próximo ano. Se, por um lado, nós aportamos, acomodamos meio milhão de euros no nosso orçamento, não podemos reduzir as taxas de impostos, sob pena de pormos em causa a saúde financeira do nosso município. No que diz respeito à suspensão da aplicação do Plano de Saneamento Financeiro. Nós não podemos tomar decisões sobre atos de gestão do passado. E a questão que se deve colocar é: porque é que no ano transato, ou no ano anterior, não foi proposto isto? É essa a questão que deve ser colocada. Por distração, por esquecimento? Provavelmente, sim. Mas nós não podemos tomar decisões... eu sei bem o trabalho, senhora Deputada, o trabalho que foi feito desde 2015. Como sabe, eu, nessa altura, ainda estava lá. Ainda lá estava. E até deixei 8 milhões de euros nos cofres quando se extinguiram os SMAS, veja só. 8 milhões que lá deixei. Eu e os senhores Vereadores que me acompanhavam no Conselho de Administração. E, depois, alguém perdeu um milhão e meio de euros, quase da noite para o dia, por não ter respondido a um processo em tribunal... Senhor Presidente, eu acabei de ser interrompido e não posso admitir isso, senhor Presidente. Já é a segunda vez no dia. E, portanto, eu vou reler aquilo que diz a legislação em vigor. A Câmara Municipal pode propor à Assembleia Municipal a suspensão da aplicação do Plano de Saneamento Financeiro se, após a aprovação dos documentos de prestação de contas, coisa que aconteceu em abril último, verificar que o município cumpre, a 31 de dezembro do ano a que estas dizem respeito, o limite da dívida total previsto no artigo respetivo. E, por isso, aquilo que é proposto aos senhores Deputados é a aprovação de

todos estes cinco pontos, seja a manutenção das taxas dos impostos do IMI, da Derrama, do IRS e da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, bem como a proposta de suspensão da aplicação do Plano de Saneamento Financeiro. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Então, colocava à votação cada ponto de per si.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.4 - Discussão e votação da proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis.** -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e oito votos a favor e dezassete abstenções. -

Ponto 2.5 - Discussão e votação da proposta de Taxa de Derrama para o Ano de 2022.

- **Resultado da votação:** -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e nove votos a favor e dezoito abstenções. ----

Ponto 2.6 - Discussão e votação da proposta de Fixação da Participação Variável no IRS. -----

- **Resultado da votação:** -----

- Aprovado, por maioria, com quarenta e sete votos a favor, vinte e oito abstenções e um voto contra. -----

- **Ponto 2.7 - Discussão e votação da proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o Ano de 2023.** -----

- **Resultado da votação:** -----

- Aprovado, por maioria, com sessenta votos a favor e dezasseis abstenções. -----

Ponto 2.8 - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de suspensão da aplicação do Plano de Saneamento Financeiro. -----

- Resultado da votação: -----

- Aprovado, por maioria, com sessenta e dois votos a favor, quatro abstenções e dez votos contra. -----

Ponto 2.9 - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de nova aprovação do projeto da Área de Reabilitação Urbana da zona norte da cidade da Guarda e conjuntos urbanos envolventes. -----

- José Relva, Presidente da Assembleia: “Está aberta a discussão. Senhor Presidente, deseja falar já ou no fim? Algum senhor Deputada deseja pronunciar-se sobre este tema? Não. Senhor Presidente, deseja falar?” -----

- Sérgio Costa, Presidente da Câmara: “Senhor Presidente, muito rapidamente. Apenas dizer que este ponto é uma quase republicação, na íntegra, de um documento que estava em vigor, mas que iria caducar no início do próximo ano. E, se ele caducasse, ter-se-ia que fazer um documento novo, com todas as consequências que daí poderiam advir para a redução do IMI, para quem faz a reabilitação urbana, quer por força da redução da taxa de IVA de 23% para 6%. Isto acontece porque nós estamos a votar uma ARU, Área de Reabilitação Urbana, o projeto consequente que é uma ORU, Operação de Reabilitação Urbana, tem que ser feito. E, portanto, foi isso que nós já demos seguimento, processo esse que não estava em curso, mas já tem o seu seguimento e esperamos que, durante o próximo ano, possamos vir aqui também poder aprovar, depois da discussão pública toda, poder aprovar a Operação de Reabilitação Urbana esta Área de Reabilitação Urbana. Eu sei que a linguagem não é das mais simples, mas devemos dizer também que temos uma outra Área de Reabilitação Urbana na cidade, cuja Operação de Reabilitação Urbana já está em discussão pública. É o processo conducente, também, para que seja possível continuarmos a poder ser apoiados pelos fundos comunitários, que obrigam que este instrumento de gestão do território seja uma realidade. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, este ponto, à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.9 - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de nova aprovação do projeto da Área de Reabilitação Urbana da zona norte da cidade da Guarda e conjuntos urbanos envolventes.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e oito votos a favor. -----

Ponto 2.10 - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de participação do Município da Guarda como Associado Fundador na Login Colab - Associação para o Laboratório Colaborativo: Center for Technology Transfer and Innovation in Logistics”.

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Algum senhor Deputado ou senhora Deputada deseja pronunciar-se? Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, muito obrigado. Eu venho aqui apenas para dizer que vamos votar a favor. Não tenho muito mais a dizer. Dizer também que é ótimo esta associação neste laboratório com o IPG. Mas, acima de tudo, dizer que foi muito bom trabalhar lado a lado, aqui com o Deputado Tiago Gomes que nos deixa a partir de hoje. Aqui e nas reuniões de líderes e na comissão que reformulou o Regimento desta Assembleia. E cumprimentar o meu amigo Dr. Valbom, que vai passar a liderar e que já liderou hoje, melhor dito, o seu grupo. E, finalmente, desejar a todos os guardenses e a todos os que estão aqui nesta sala e aos que nos estão a ouvir, Festas Felizes e com muita saúde. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Deseja intervir? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Uma boa tarde, senhor Presidente. E, no senhor Presidente, cumprimentar todos os presentes. Ainda não tive oportunidade de cumprimentar a senhora Ministra, a senhora Deputada seja bem-vinda. A casa é sua também. E, de certa maneira, só dois pontos sobre a metodologia do laboratório Colab. É efetivamente uma metodologia de trabalho que eu aprecio. Todos juntos somos efetivamente mais fortes. E não há que ter medo dos contributos de ninguém. Todos

são úteis, nomeadamente os da Espanha, porque hoje o mundo é global e os espanhóis são cidadãos do mundo como nós. Depois, agradecer ao senhor Deputado Borges, ao nosso amigo João Correia, ao nosso amigo Borges, a todos os que, de certa maneira, desejaram boa sorte. É difícil, a quem não tem jeito, fazer um bom desempenho. Mas vamos tentar. Depois, porque é a minha última intervenção de hoje e porque estamos no Natal, desejar a todos os cidadãos da Guarda um ótimo Natal e um excelente Ano. E desejar a todas as forças políticas, a todos os funcionários da Câmara, ao Executivo, mas a todas as forças políticas estão aqui nesta sala, um Santo e Feliz Natal. Começando pelo nosso amigo do CHEGA, continuando pelo nosso amigo do CDS, começando pelo nosso amigo do PSD, versão CHEGA, o nosso amigo Robalo, continuando pelo PSD, versão social democracia, João e colegas, continuando pelo PSD, versão sentados a olhar para mim, continuando pelo PSD, versão dos senhores Vereadores e, depois, aos nossos colegas, obviamente, do PG, o Partido Socialista. A todos, no fundo, um excelente Natal. Ao Bloco de Esquerda. É sempre assim, é sempre assim. Os melhores ficam para o fim. É sempre assim. Eu, efetivamente, estava com muita dificuldade a expressar os votos de Boas Festas, porque eu nunca sabia se ia falar o Deputado ou o amigo, ou aquele apreciador de coisas bonitas. Um bom Natal para sua família, para si e para toda a gente. Um abraço.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Presidente da Câmara, deseja usar da palavra? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Sim, rapidinho, senhor Presidente, muito obrigado. Apenas enaltecer o trabalho que foi feito ao longo de um ano, é justo dizê-lo aqui nesta Assembleia, quer pelo Instituto Politécnico da Guarda, em primeiro lugar, mas, naturalmente, também com todos aqueles que se associaram, desde a primeira hora, a este projeto. Em primeiro lugar, a um antigo Ministro Manuel Heitor, que foi ele que, em primeiro lugar, apadrinou esta iniciativa e a Senhora Ministra da Coesão territorial. É justo dizê-lo. E a senhora Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Isabel Ferreira. Foram estas pessoas que estiveram nas reuniões, sempre com a prestimosa colaboração do município da Guarda, onde eu estive presente em todas as reuniões, com o Nerga que também esteve presente, com várias empresas que estão sediadas na nossa cidade e algumas associações da área da logística de Portugal e de

Espanha. É, efetivamente, conforme disse e bem o Deputado José Valbom, quando todos nos juntamos, o trabalho será mais positivo e seremos sempre mais fortes. E devemos estar muito gratos por este trabalho que todos conseguimos fazer. E certamente que, no futuro, será, ou queremos que seja, uma grande marca também no nosso território, produzindo, afinal de contas, conhecimento a partir da Guarda para Portugal, para a Europa e para o Mundo. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, este ponto 2.10, à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.10 - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de participação do Município da Guarda como Associado Fundador na Login Colab - Associação para o Laboratório Colaborativo: “Center for Technology Transfer and Innovation in Logistics”.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e sete votos a favor. -----

Ponto 2.11 - Conhecimento do Relatório sobre a Situação Económica e Financeira do Município da Guarda com referência ao semestre findo em 30 de junho de 2022. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “É para conhecimento, não sei se... Era só para conhecimento.” -----

Ponto 2.12 - Informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da atividade municipal. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “É obrigatório constar. Penso que também foi disponibilizada na plataforma. Quer dizer alguma coisa? Então, faça favor, senhor Deputado. Sobre o ponto 2.11 ou 2.12? 2.12? Muito obrigado, faça favor.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Boa tarde, mais uma vez, a todos os presentes. Senhor Presidente, permita que traga um pouco da minha experiência profissional para a análise da atividade reportada em relação ao centro de recolha oficial. Estamos a falar do canil, o ex-canil. Quando se analisam textos literários ou mesmo textos jornalísticos,

identificamos muitos deles não apenas pelo seu conteúdo, mas por aquilo que omitiram, aquilo que ficou nas margens, como nós dizemos, o que foi deixado de fora. O que fica de fora diz-nos sempre muito sobre quem escreve as suas preocupações, o seu empenho ou não por determinadas causas. Senhor Presidente, na secção relativa ao centro de recolha oficial, ou CRO, e estamos a falar do que eram antes o canil e o gatil, são fornecidos dados relativos a três categorias de animais. Os animais entregues, os animais errantes capturados e os animais adotados no CRO. Vou passar por cima do facto de os totais apresentados não estarem corretos. Há um total de cento e cinquenta e sete cães, mas declaram-se mais dois, ou seja, cento e cinquenta e nove, e contém um total de quarenta e quatro gatos, mas declararam-se trinta e três. Peço, antes, para centrar a sua atenção no facto de terem sido apenas apresentados alguns dados e não todos os que decorrem da aplicação da Lei 27/2016, de 23 de agosto, designadamente do ponto 9 do artigo 3º, ou seja, o número de animais eutanasiados, de animais vacinados e de animais esterilizados. Senhor Presidente, a ausência destes dados, especialmente dos dados relativos às esterilizações, preocupa-nos bastante, porque um dos propósitos de terem transformado o canil e o gatil municipais em centros de recolha oficial, foi exatamente a fim de abolir o abate como método utilizado para controlar estas populações de animais errantes, e passar a usar o método da esterilização de machos e fêmeas. Ora, da grelha apresentada, não consta um único animal esterilizado, o que defrauda o espírito e a letra da Lei em vigor e denota uma falta de preocupação com este processo de controlo, exceto se o senhor Presidente tiver a amabilidade de nos dar um esclarecimento sobre esta lacuna do relatório, ou mesmo de nos conseguir fornecer a informação sobre o número de esterilizações levadas a cabo no mesmo período de tempo. Em consonância com esta falta de informação sobre o número de esterilizações dos animais adultos do CRO, falta aqui também informação sobre as esterilizações específicas de gatos silvestres ao abrigo do programa CED. CED significa, para quem possa não estar a par, a captura, a esterilização e a posterior devolução dos gatos à colónia respetiva ou ao seu lugar de origem, o que também é obrigatório por Lei. Remeto para o artigo 4º da mesma Lei e para o artigo 9º da Portaria 146/2017, onde, aliás, se prevê também que as esterilizações possam ser levadas a cabo pelas associações zoófilas, desde que com autorização do CRO. Senhor Presidente, esclareça-nos, também, por favor, se esta falta de informação sobre a aplicação do programa CED

resulta da falta de aplicação do programa, ou da falta de preocupação com o assunto. Caso negativo, queira informar-nos do número de gatos esterilizados pelo programa CED no ano de 2022. E esclareça-nos, ainda, por favor, sobre a atividade seguinte, também prevista no programa CED: foi dada continuidade ao procedimento da alimentação e tratamento das, pelo menos, duas colónias de gatos assilvestrados que estão ao cuidado do CRO? Senhor Presidente, há mais informação sobre a atividade do centro de recolha oficial que gostaríamos que nos tivesse transmitido, mas o facto de tal não ter sido feito, leva-nos a pedir mais três esclarecimentos. 1) Que campanhas ou iniciativas a Câmara está a pensar fazer, para dar a conhecer a existência de ajuda na esterilização destes animais de companhia a famílias carenciadas? 2) Que campanhas ou iniciativas a Câmara, de acordo com a Lei, está a pensar fazer para sensibilizar as pessoas, na cidade e nas aldeias, para a necessidade de esterilização dos animais, e, assim, reduzir ninhadas indesejadas e entradas de animais no CRO? 3) Foram retomadas e devidamente divulgadas as visitas pós COVID-19 ao CRO, por parte das escolas e de IPSS? Por fim, da informação escrita de Vossa Excelência, foi-nos ainda dado a conhecer que o município apresentou candidatura a três programas de apoio e incentivos financeiros para programas de bem-estar animal, promovidos pelo Instituto de Conservação da Natureza e da Floresta, ICNF. Destes, quero apenas focar-me no primeiro, que é um programa de incentivos financeiros para a construção e modernização do CRO. Aliás, um procedimento que vem expresso na Lei citada anteriormente. Segundo ponto 4º, do artigo 2º, da referida Lei, os centros de recolha oficial de animais devem e cito: responder às necessidades de construção e modernização destas estruturas, com vista à sua melhoria global, dando prioridade às instalações e meios mais degradados, obsoletos ou insuficientes. Ora, o gatil instalado é claramente insuficiente. Diria que nem se lhe pode atribuir a classificação de gatil. Talvez enfermaria com espaço insuficiente, pois é constituído por celas de uns cinquenta centímetros por cinquenta centímetros, e de altura talvez ainda um pouco menos, dando um óbvio mal-estar aos gatos, que passaram a ter os seus movimentos coartados. Sobre este ponto, pedia ao senhor Presidente que explicitasse se alguns destes incentivos financeiros é então destinado à construção de um gatil com espaço suficiente que permita o bem-estar dos felinos. E, para o caso de pretender construir um gatil de dimensões e condições adequadas, pergunto se vai ter o cuidado de que o arquiteto ou

engenheiro encarregue do projeto, peça conselho às associações zoófilas, que saberão muito bem quais as necessidades destes animais e têm a perspetiva de quem está a observar de fora, mas com um conhecimento de experiência feito. Por último, pedia esclarecimento quanto ao que pretende fazer relativamente a instalações das associações zoófilas que menciona nesta informação. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, deseja responder ou aditar algo à informação escrita?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Sim, para esclarecer aqui alguns pontos, senhor Presidente. Muito obrigado, senhora Deputada. Bom, sobre a eventual falta de dados que existem no relatório, olhe, o Presidente da Câmara não lê uma vírgula deste relatório. Lhe garanto. É o à vontade e a transparência e a limpidez. Faço questão de não ler, porque são os serviços que fazem o relatório. E, portanto, o apelo que eu faço aos senhores Chefes de Divisão e aos responsáveis dos diversos gabinetes, façam o favor de, na próxima Assembleia e na próxima informação, de complementar com todos os dados necessários. No que diz respeito ao programa CED, continua a ser aplicado e vai ser aumentado. As esterilizações continuam a ser feitas. A alimentação das colónias da Câmara Municipal da Guarda, é feita a visita diária. As campanhas de sensibilização, claramente que sim, e cada vez mais é no contacto direto com as visitas das escolas e das IPSS que estas campanhas devem ser cada vez mais feitas, porque toda a gente sabe, sem exceção, na nossa cidade e nas nossas freguesias rurais, que existe um centro de recolha oficial de animais errantes, com animais para adoção e, portanto, esse trabalho é sempre feito e cada vez mais no contacto pessoal, independentemente de outras campanhas poderem vir a ser feitas. No futuro, e certamente que no próximo ano, assim que abram os novos avisos, será feita a melhoria necessária no gatil. Aliás, eu já falei, acho que aqui, nesta Assembleia Municipal, no passado, sobre essa matéria, porque há a necessidade efetiva de melhorar as condições dos gatos que por lá habitam. E no que diz respeito às instalações das associações, bom, nós damos um apoio anual para as associações. E, portanto, neste momento, não está em cima da mesa qualquer mudança de instalações das associações. E, sobre essa matéria, sobre Presidente, era aquilo que tinha para dizer muito. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Permitam-me só aqui fugir um bocadinho ao protocolo, mas a senhora Deputada Isabel queria só dar duas palavrinhas relativamente ao Deputado Tiago Gomes. Muito rápido, ok?” -----

- **Isabel Gonçalves, Deputada (PG):** “Peço-vos desculpa pelo adiantado da hora. Mas, em nome do grupo PG, eu queria publicamente agradecer ao nosso colega de bancada que nos deixou, Tiago Gomes, por todo o trabalho que ele teve nesta Assembleia, nos diferentes grupos de trabalho onde passou e desejar-lhe tudo bom. Bem-haja. E desculpem.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, pediu a palavra? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Agora que já estamos no final da Assembleia Municipal, um abraço de estima, amizade e consideração para com o meu amigo Tiago Gomes. Isto é sempre um até breve. O futuro a Deus pertence e, portanto, temos que estar sempre presentes em muitas circunstâncias. Por agora não é possível. Mas, certamente, dentro em breve, isso será, com certeza, uma nova realidade. E desejar apenas e tão-só um Santo e Feliz Natal a todas as Deputadas, os Deputados, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, aos Funcionários do Município, Chefes de Divisão, senhores Vereadores, a todos na sala e aqueles que assistem online, na paz daqueles que mais gostamos, mais amamos, mas sempre com um espírito de solidariedade. É esse espírito que deve estar cada vez mais presente nas nossas casas, mas também nos nossos atos que vamos praticando por alturas do Natal. É este o meu sentimento. É aquilo que eu, por esta altura, gosto de fazer e cada vez mais presente isso deve estar. E era esta nota de Boas Festas que eu queria dar, senhor Presidente da Assembleia, a todos os presentes e aqueles que nos acompanham por via da internet. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Antes de terminarmos a sessão, queria perguntar aos senhores Deputados se algum senhor Deputado se opõe a que as votações que aqui foram feitas, a aprovação destes vários pontos, se alguém se opõe a que sejam aprovados em minuta. Ninguém se opõe? Considero-os aprovados em minuta. Faço minhas as palavras do senhor Presidente da Câmara, para não me repetir.

